

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS – MG
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA IBÉRICA

ÉDERSON JOSÉ DE VASCONCELOS

***A Reconquista: pesquisa e ensino da história medieval ibérica
por meio de objeto educacional***

Orientador: Professor Doutor Adailson José Rui

ALFENAS/MG
2019

ÉDERSON JOSÉ DE VASCONCELOS

***A Reconquista: pesquisa e ensino da história medieval ibérica
por meio de objeto educacional***

Dissertação apresentada ao programa de mestrado profissional em História Ibérica da Universidade Federal de Alfenas pelo aluno Éderson José de Vasconcelos, sob a orientação do Prof. Dr. Adailson José Rui.

ALFENAS/MG
2019

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas

Vasconcelos, Éderson José.
V331r A Reconquista: pesquisa e ensino da história medieval ibérica por meio
de objeto educacional -- Alfenas/MG, 2019.
120f. : il. --

Orientador: Adailson José Rui.
Dissertação (Mestrado em História Ibérica) - Universidade Federal de
Alfenas, 2019.
Bibliografia.

1. Espanha - História - 711-1516. 2. História - Estudo e ensino. 3.
Minaarquia. I. Rui, Adailson José. II. Título.

CDD-946.9

Ficha Catalográfica elaborada por Fátima dos Reis Goiatá
Bibliotecária-Documentalista CRB/6-425

ÉDERSON JOSÉ DE VASCONCELOS

**“A RECONQUISTA: PESQUISA E ENSINO DA HISTÓRIA MEDIEVAL IBÉRICA
POR MEIO DE UM OBJETO EDUCACIONAL”.**

A Banca Examinadora, abaixo assinada, aprova a
Dissertação apresentada como parte dos
requisitos para a obtenção do título de Mestre em
História Ibérica pela Universidade Federal de
Alfenas. Área de concentração: Ensino e
Pesquisa de História Ibérica

Aprovado em: 19/08/19

Prof. Dr. Adailson José Rui
Instituição: Universidade Federal de Alfenas
UNIFAL-MG

Assinatura:

Prof. Dr. André Luiz Sena Mariano
Instituição: Universidade Federal de Alfenas
UNIFAL-MG

Assinatura:

Profª. Dra. Elaine Ribeiro da Silva dos Santos
Instituição: Universidade Federal de Alfenas
UNIFAL-MG

Assinatura:

AGRADECIMENTOS

A meus pais, Carlos Carmelo de Vasconcelos e Maria Sueli de Vasconcelos, e ao meu irmão, Everton Cesar de Vasconcelos, pelo incentivo e atenção que me dedicaram ao longo desses anos.

Ao Prof. Dr. Adailson José Rui, meu orientador, pelo acompanhamento, pelas discussões e ideias sugeridas, além do incentivo para o desenvolvimento do presente trabalho.

Ao meu amigo Mateus de Oliveira pelo incentivo e pela enorme ajuda no desenvolvimento do objeto pedagógico.

A Natania Silvia Ferreira pela paciência de ler e contribuir em muito na construção e no desenvolvimento desta pesquisa.

Aos vários amigos (Allisson Vieira, Angelo Junior, Allyson Lima, Kelly Siqueira), que me ofereceram hospedagem e carona durante os anos de mestrado.

A pessoas como Samuel Rezende, Guilherme Queiroz de Souza, Bruno Salles e Elaine Ribeiro da Silva dos Santos pelas sugestões de leituras, pelo compartilhamento de obras corsárias, bem como pela organização e revisão desta dissertação.

E, finalmente, aos vários professores de história, que dedicaram um tempo de seu corrido dia-a-dia para responder ao questionário desta pesquisa.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

“Mas de ocho siglos
Intentando poder recuperar
Una tierra que fue nuestra. Y en el camino
Muchos de ellos quedarán
Intentando hechar al enemigo de su hogar.
Reconquista. La batalla comenzó
Reconquista. Han luchado por su tierra
Por su pueblo y por su Dios
Han dejado en el camino
Su vida y su valor. Tras mil batallas
Acabó el reinado munsulmán
Y esta tierra fue ya nuestra. Y en el
recuerdo Una imagen quedará
La mirada de unos ojos tristes al marchar.
Reconquista. La batalla comenzó
Reconquista. Lo que un día como hombre
No supiste defender
Al dejar tu tierra lloras
Como llora una mujer.”

(Tierra Santa – Reconquista)

SUMÁRIO

RESUMO	9
RESUMEN	10
1 INTRODUÇÃO	11
2 A RECONQUISTA ENQUANTO CONCEITO	14
2.1 Breve história do desenvolvimento do conceito de <i>Reconquista</i>	18
2.1.1 As origens do uso do termo <i>Reconquista</i>	19
2.1.2 A <i>Reconquista</i> como chave da compreensão da história ibérica: uma história de longa duração.....	22
2.1.3 O movimento neogótico e o desenvolvimento da historiografia clássica sobre a <i>Reconquista</i>	26
2.1.4 Historiadores clássicos: rivalidades, reivindicações e interpretações distintas sobre a <i>Reconquista</i>	28
2.1.5 A <i>Reconquista</i> “que nunca existiu”: o olhar marxista.....	32
2.1.6 A ideia de (Re)conquista presente na <i>Crónica latina de los reyes de Castilla</i> e na <i>Primera crónica general de España</i>	34
3 AS MONARQUIAS MEDIEVAIS: ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO ATRAVÉS DAS GUERRAS E DO PODER DE CURA	42
3.1 O poder na Idade Média: as relações régias	43
3.2 As funções taumurgas e os dois corpos do rei, inexistência no mundo ibérico.....	47
3.3. O monarca ibérico e suas especificidades para o governo	51
4 CRISTÃOS <i>VERSUS</i> MUÇULMANOS: AS FUNÇÕES DA GUERRA.....	53
4.1 Guerra Justa e Guerra Santa: instrumentos legitimadores para ação guerreira dos reis medievais ibéricos.....	53
4.2 As diferenças entre Guerra Santa, Guerra Justa e <i>Jihad</i>	55
4.3 O posicionamento dos Almôadas acerca da <i>Jihad</i>	59
4.5 O confronto de 1212: Las Navas de Tolosa	67
5 OBJETO PEDAGÓGICO, DESENVOLVIMENTO E ESTRUTURA DA PROPOSTA EDUCACIONAL: A <i>RECONQUISTA</i> EM DEBATE	73
5.1 Os softwares eXe Learning e Adobe Flash Player: funções e usos no objeto pedagógico.....	76
5.2 O motivo pelo qual pensamos em elaborar um objeto pedagógico cuja função é similar ao livro didático	78
5.3 A Idade Média na atualidade	81
5.4 As tradições medievais no ensino de história no Brasil	83
5.5 Conteúdos e temas do objeto educacional: a <i>Reconquista</i> ibérica.....	85
5.5.1 Objeto pedagógico: público-alvo, texto de apoio pedagógico “livro didático digital”, atividades e exercícios	88
5.5.1.1 Plano de aula	88

5.5.1.2 Texto de apoio pedagógico “livro didático digital”: A <i>Reconquista</i> ibérica e o surgimento dos primeiros reinos cristãos peninsulares: a formação de Portugal e Espanha	89
5.5.1.3 Atividades: faça a leitura para responder.....	96
5.5.1.4 Atividades: questionário interativo do Adobe Flash Player	99
5.5.1.5 As questões do jogo interativo.....	103
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
REFERÊNCIAS	112

RESUMO

Tendo como referência a historiografia e fontes, como a *Crónica latina de los reyes de Castilla* e a *Primera crónica general de España*, ambas organizadas no século XIII, elaboramos uma pesquisa cujo objeto de estudo são temas relacionados à *Reconquista* espanhola. Nessa perspectiva desenvolvemos três estudos: o primeiro relativo ao conceito *Reconquista*, o segundo sobre as monarquias medievais e o terceiro sobre a função da guerra na Idade Média. A partir desses estudos elaboramos um objeto educacional digital destinado a professores e a alunos do Ensino Fundamental, em especial do 7º ano, referente aos temas estudados. Visamos, com isso, contribuir para que a história medieval ibérica possa ser também conhecida e estudada no âmbito do ensino básico.

Palavras-chaves: Espanha – História (711-1516). História – estudo e ensino. Monarquia.

RESUMEN

Utilizando la historiografía y fuentes como la *Crónica latina de los reyes de Castilla* y la *Primera crónica general de España*, ambas organizadas en el siglo XIII, elaboramos una investigación cuyo objeto de estudio son temas relacionados a la *Reconquista* española. Desde esta perspectiva desarrollamos tres estudios: el primero sobre el concepto de *Reconquista*, el segundo sobre las monarquías medievales y el tercero sobre la función de la guerra en la Edad Media. A partir de estos estudios elaboramos un objeto educativo digital para profesores y estudiantes de primaria, especialmente del séptimo grado, relacionado a los temas estudiados. Nuestro objetivo es contribuir para que la historia medieval ibérica también se pueda conocer y estudiar en la escuela primaria.

Palabras Claves: España - Historia (711-1516). Historia - estudio y enseñanza. Monarquía.

1 INTRODUÇÃO

No presente trabalho, com o objetivo de oferecermos aos professores e alunos do Ensino Fundamental um objeto educacional referente à história medieval, apresentamos, na primeira parte, três estudos relativos à temática da *Reconquista* espanhola e, na segunda parte, tratamos especificamente do objeto educacional, que consiste do desenvolvimento de atividades a partir de vários materiais, entre eles, leituras de fontes historiográficas e imagens relativas à *Reconquista*.

Como o conceito *Reconquista* tem sido objeto de várias pesquisas e discussões por parte dos historiadores, optamos por fazer três estudos relativos a assuntos que estão diretamente relacionados a ele. Seguindo essa perspectiva, desenvolvemos um primeiro estudo no qual apresentamos como e quando a *Reconquista*, enquanto conceito, surge na historiografia e como ela foi sendo tratada ao longo do tempo.

Na sequência, com o objetivo de entrarmos diretamente no estudo de uma temática que faz parte da história ibérica medieval, inserida no período compreendido pela historiografia como *Reconquista*, apresentamos um estudo sobre as monarquias medievais, procurando destacar a especificidade ibérica, precisamente a castelhana, em relação às demais, em especial quando comparada às da França e Inglaterra, durante o mesmo período. Como exemplo específico, trataremos do aspecto guerreiro vivenciado no reinado de Alfonso VIII, de Castela (1158-1214).

Alfonso VIII normalmente é lembrado por sua participação efetiva no confronto que ficou conhecido como Las Navas de Tolosa, batalha ocorrida em 1212. Tal batalha foi uma das mais relevantes na afirmação do poder cristão sobre o islâmico na Península Ibérica, uma vez que após ela, os cristãos passaram a dominar a maior parte do território peninsular.

Também conhecido como “o Nobre”, Alfonso VIII nasceu em Sória, a 11 de novembro de 1155, e faleceu em Gutierre-Muñoz, província de Ávila, a 6 de outubro de 1214. Em virtude da morte de seu pai, o rei Sancho III de Castela, ocorrida em 31 de agosto de 1158, herdou o trono do reino, ocasião em que tinha apenas três anos de idade. Em 1169, se casou com Leonor Plantagenet (1162-1214), filha do rei da Inglaterra, Henrique II (1133-1189). Devido à aliança entre o reino de Castela e a Inglaterra, Alfonso VIII foi reconhecido e ganhou notoriedade não só na Península Ibérica, mas em toda a Europa.

O historiador Manuel Cerda afirma a importância da aliança matrimonial entre o rei de Castela e a princesa de origem inglesa. Segundo ele, o casamento transformou-se num dos pilares legitimadores dos reinos cristãos na península. As relações estabelecidas por Castela com outros reinos, em virtude desse casamento, serão de grande utilidade para o desenvolvimento das relações políticas castelhanas, uma vez que o matrimônio entre Alfonso VIII e Leonor foi fundamental para inserir o rei castelhano no cenário dos importantes monarcas europeus. Essa aliança colaborou também com a formação das forças cristãs para o confronto contra os Almôadas, na batalha conhecida como Las Navas de Tolosa, ocorrida em 1212 (CERDA, 2012, p. 630-631).

Optamos pelo reinado de Alfonso VIII porque em seu decurso teve lugar a batalha anteriormente mencionada, cuja vitória liderada pelo próprio rei gerou a supremacia cristã na península. Tal vitória foi o resultado de um processo iniciado na derrota castelhana sofrida na batalha de Alarcos, ocorrida em 1195. Em virtude desse resultado e do iminente perigo representado pelos Almôadas, tanto para a península como para a cristandade como um todo, a pedido do rei castelhano e da colaboração do Papa Inocêncio III (1161-1261), que emitiu uma bula de cruzada, ocorreu a união de forças provenientes dos reinos de Navarra, Aragão e Portugal, das forças constituídas por cruzados franceses e as do reino de Castela, para juntos impedirem o avanço dos Almôadas; fato que culminou, em 1212, com a vitória cristã, a partir da qual a supremacia no território ibérico passou a ser propriamente cristã. Somente o reino de Granada continuou sob o domínio islâmico, contudo, para permanecer foi preciso estabelecer tratados com os castelhanos por meio dos quais se comprometia a pagar párias todos os anos. O término desse processo somente iria acontecer em 1492, quando os reis católicos, Fernando e Isabel, conquistaram de forma definitiva o reino de Granada, colocando fim ao domínio muçulmano em terras ibéricas.

Diante desse contexto guerreiro, que marca o reinado de Alfonso VIII, apresentaremos também um conjunto de considerações referentes à guerra na Idade Média, de modo a oferecer uma compreensão maior das funções que ela desempenhou, especialmente para os cristãos da Península Ibérica. Procurando também complementar essa perspectiva de estudo e ampliar a compreensão dos principais acontecimentos guerreiros, vivenciados durante o reinado de Alfonso VIII, apresentaremos, ainda, algumas informações sobre os seus inimigos: os Almôadas – inimigos de Castela e de toda a cristandade, contra os quais o papa promulgou uma bula de cruzada.

Na segunda parte, tendo como referência os temas mencionados, apresentaremos um estudo relativo à presença, ou melhor, a quase ausência dos conteúdos de história medieval nos Conteúdos Básicos Curriculares do Estado de Minas Gerais. Sendo assim, com a intenção de dar assistência a professores e alunos do Ensino Fundamental, preparamos um objeto educacional para auxiliar no estudo de história medieval ibérica, sobretudo quanto a temas que estão diretamente vinculados ao processo conhecido – apesar das discussões, conforme mostraremos – como *Reconquista*.

2 A RECONQUISTA ENQUANTO CONCEITO

O desenvolvimento das pesquisas em história tem se pautado em diferentes tipos de fontes, como, por exemplo, documentações de cartório, jornais, revistas, patrimônios históricos, narrativas orais, coleções de fotografias, quadros, literaturas, entre outros. As fontes servem para os historiadores compreenderem melhor o contexto no qual tais obras foram produzidas, entretanto, o historiador Marc Bloch nos alerta sobre os cuidados e atenção que devemos ter na produção do conhecimento histórico, pois, “uma ciência”, assegura Bloch, “não se define apenas por seu objeto. Seus limites podem ser fixados, também, pela natureza própria de seus métodos” (BLOCH, 2001, p. 68).

As documentações históricas igualmente são obras que divulgam os desígnios de quem as produz, ou seja, devemos sempre buscar entender o motivo pelo qual as obras foram feitas, bem como o contexto histórico da produção e a classe social na qual o texto foi produzido. Essa proposta de crítica documental é apresentada novamente por Bloch, em *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Segundo ele:

Um comandante de exército, suponhamos, acaba de obter uma vitória. Imediatamente, começa, de punho próprio, a escrever seu relato. Concebeu o plano de batalha. Dirigiu-a. Graças à medíocre extensão do terreno (...) ele pôde ver a refrega quase toda se desenrolar sob seus olhos. Entretanto, não duvidemos: sobre mais de um episódio essencial lhe será forçoso referir-se aos relatórios de seus tenentes, por sua vez, numa larga medida estabelecidos com a ajuda de informações expedidas por subalternos. No que, aliás, ele só fará se conformar, transformando em narrador, ao próprio comportamento que teve, algumas horas mais cedo na ação. Para coordenar a cada momento os movimentos de suas tropas nas vicissitudes do combate, de que informações terá melhor se servido: confusamente entrevistas através de seu binóculo ou dos relatos que traziam, rédeas soltas, estafetas ou ajudantes de campo? Raramente um líder consegue ter a si mesmo como sua própria testemunha. Entretanto, até numa hipótese tão favorável, o que resta da chamada observação direta, pretendo privilégio do estudo do presente? (...) Toda coletânea de coisas vistas é, em uma boa metade, de coisas vistas por outro. (...) O que me fornecem elas senão, mais ou menos inabilmente expressa, a imagem que meus interlocutores formam do que acreditam eles mesmos pensar ou aquela que pretendem me apresentar de seus pensamentos (IDEM, p. 69-70).

Como nos mostra Bloch, fica evidente a subjetividade das fontes históricas e os problemas de compreensão que podem gerar. Dessa forma, cabe aos historiadores fazerem algumas indagações acerca da fonte utilizada, abordando, entre outras questões, o contexto histórico em que foi produzida, o responsável pela produção, bem como o

grupo social em que se enquadra o elaborador da fonte. Fazer a crítica documental é fundamental para o desenvolvimento da pesquisa do historiador¹, independentemente do período histórico no qual os historiadores se propõem a estudar. Nesse sentido, Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas (1997, p. 378) afirmam:

antes, de relacionar textos e contexto, buscando os nexos entre as ideias contidas nos discursos, as formas pelas quais elas se exprimem e o conjunto de determinações extratextuais que presidem a produção, a circulação e o consumo dos mesmos. Em uma palavra, o historiador deve sempre, sem negligenciar a forma do discurso, relacioná-la ao social.

Conforme os dizeres acima, os historiadores devem dedicar enorme atenção ao tratamento das fontes, pois devem procurar entender o contexto de produção no qual a documentação foi produzida. Seguindo essa orientação, passamos a apresentar o contexto histórico e algumas informações, primeiramente, sobre os autores e organizadores da *Crónica latina de los reyes de Castilla* e, em seguida, da *Primera crónica general de España*, as principais fontes que utilizamos em nossa pesquisa.

A *Crónica latina de los reyes de Castilla*, doravante apenas *Crónica latina*, foi elaborada entre 1158 e 1236. O início de sua composição ocorreu antes do reinado de Fernando III (1199-1252), rei de Castela e Leão, e sua conclusão se deu durante tal reinado. Nela são apresentados eventos e realizações dos reis castelhanos, Alfonso VIII, Enrique I e Fernando III, cuja conquista de Córdoba, em 1236, encerra a *Crónica latina*. A forma como foi organizada é apresentada pelo editor da obra da seguinte forma:

La crónica, después de una breve introducción, refiere los hechos ocurridos en Castilla durante los reinados de Alfonso VIII, Enrique I y Fernando III, el Santo, hasta la conquista de Córdoba; hace frecuentes referencias a lo que sucede en ese mismo tiempo en otros reinos hispánicos y no olvida los acontecimientos europeos coetáneos. Cirot presentó la Crónica dividiendo el texto en 75 capítulos, agrupados en 3 títulos, según el siguiente esquema: 1 - Desde los condes de Castilla hasta la muerte de Sancho III (capítulos 1-18); 2 - Alfonso VIII (A - Alarcos y Salvatierra “capítulos 9-20”; B - Las Navas “capítulos 21-30”); 3 - A. Enrique I y Fernando III – Los Laras “capítulos 31-42”; B. Fernando III – Quesada 1244, Salvatierra 1225, Capilla 1226

¹“O ponto de partida de toda pesquisa é a questão histórica. (...) a) obras moldadas pela mão do homem (obra de caráter artístico, técnico, etc., caminhos, terras parceladas etc.); b) estados da vida comunitária (usos e costumes, leis, regulamentos civis ou religiosos, etc.); c) manifestação de pensamento, de conhecimento, de atividade do espírito em todos os gêneros (filosofia, literário, mitológicos, etc.) e também as obras históricas encaradas como produtos de sua época; d) documentos oficiais (correspondência, faturas, arquivos de toda espécie, etc.). (...) Vestígio, os quais, ao serem trazidos à tona para outras finalidades (decoração, uso prático etc.), atuam na intenção de fixar uma memória são também monumentos. (...) Nas fontes, as coisas do passado são conservadas para os fins de memória, tais como o entendimento humano as configurou para si” (DROYSEN, Johann Gustav. **Manual de teoria da História**. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2009, p. 46-47).

“capítulos 43-50”; C. Sincronismos desde 1224 a 1230. Fernando III, rey de León 1230 “capítulo 51-61”; D. Fernando III – Ubeda 1233 y Córdoba 1236 “capítulos 62-75”. El corto espacio de tiempo que abarca (1158-1236); la existencia de otras fuentes de más fama, conocidas con anterioridad y avaladas por el prestigio de sus autores el Toledano y el Tudense; el hecho de que no fuera utilizada para la elaboración de la Crónica General, contribuyó, quizás a que la Crónica latina de los reyes Castilla quedara obscurecida durante mucho tiempo (CLRC, 1984, p. 3-4).

Segundo estudos recentes, a *Crónica latina* foi escrita por Juan de Osma, bispo dessa localidade, sendo composta por setenta e cinco capítulos. Os oito primeiros são dedicados ao conde de Castela até a morte de Sancho III; do capítulo nono até o vigésimo, são tratados os feitos de Alfonso VIII, com destaque às batalhas de Alarcos e Salvatierra; do capítulo vigésimo primeiro até o capítulo trigésimo, é apresentada a narrativa referente a Las Navas de Tolosa, ocorrida no ano de 1212; do capítulo trigésimo primeiro ao septuagésimo quinto, são retratados os feitos e realizações ocorridas durante o reinado de Fernando III.

A *Primera crónica general de España*, doravante apenas *Primera crónica*, também denominada *Estoria de España*, foi elaborada a pedido de Alfonso X, embora o término da obra só tenha ocorrido no reinado de seu filho, Sancho IV. Inicia-se na Antiguidade, por meio dos relatos bíblicos de Noé, passando pela chegada dos primeiros gregos ao território ibérico e estendendo-se até o século XIII, com o funeral do rei Fernando III (1217- 1252).

Para realizar esta pesquisa, utilizamos a edição da *Primeira crónica*, editada por Ramón Menéndez Pidal² (1869-1968). Para alguns historiadores, como García Fitz, Menéndez Pidal foi um dos fundadores da tese do neogótico, segundo a qual, no contexto da Espanha medieval, os espanhóis eram movidos pela igreja, pela recuperação do território perdido para os muçulmanos e pela ideia de restaurar a monarquia

² Pidal foi o criador da escola de filologia espanhola, ou seja, um dos primeiros a iniciar os estudos da linguagem em fontes históricas, assim como nos estudos literários, históricos e também linguísticos relacionados à Idade Média espanhola. Ao verificarmos as edições feitas por Pidal, podemos entender a sua importância para os estudos e as pesquisas hoje desenvolvidas no campo da história medieval ibérica, pois grande parte das fontes que encontramos hoje são edições de Ramón Menéndez Pidal. Devido a estas edições, a acessibilidade à documentação ficou mais fácil, pois os documentos foram organizados em livros e também foram objetos de elaborados estudos paleográficos, facilitando, assim, o trabalho dos historiadores do nosso tempo. Outras edições importantes organizadas por Ramón Menéndez Pidal são: *Leyenda de los siete infantes de Lara*, 1896; *Catálogo de las Crónicas generales de España*, 1898; *La epopeya castellana a través de la literatura española*, 1910; *Cantar del mío Cid*: texto, gramática y vocabulario, 1912; *La España del Cid*, 1929; *La idea imperial de Carlos V*, 1938; *Historia y epopeya de los orígenes de Castilla*, 1942; *Romancero hispánico*, 1953; e *Poesía juglaresca y juglares*, 1957. Informações retiradas do site: <http://www.lecturalia.com/autor/15835/ramon-menendez-pidal>. Acessado em 5 de mai. de 2018.

visigótica, assim como pela perspectiva de uma Espanha unida, na qual todos os cristãos deveriam lutar contra o “infiel” mulçumano. García Fitz, ao comentar sobre o ponto de vista apresentado por Menéndez Pidal, nos informa que:

para el ilustre maestro, ni la destrucción del reino goda en el siglo VIII, ni la desagregación política a la que se vio abocada España durante las siguientes centurias consiguió borrar de la mente ni del sentimiento de los españoles la idea de unidad nacional. Los distintos reinos medievales cristianos que se originaron a raíz de la conquista islámica no sólo no contribuyeron a la ruptura de la unidad goda – esa responsabilidad, en todo caso, sería islámica –, sino que por el contrario procuraron remediar la ruina de aquella quiebra. De esta forma, la invasión de los musulmanes vino, paradójicamente, a robustecer el concepto unitario de España, entroncándolo a la vez con un ideal religioso – la restauración del culto católico – y con “*un propósito nacional de recuperación del suelo patrio*” (GARCÍA FITZ, 2009, p. 145).

Pelo comentário de García Fitz, podemos compreender o objetivo de Menéndez Pidal ao organizar a edição da *Primera crónica*, pois, por meio dela, ele justificava a interpretação feita da história medieval ibérica, ao dar ênfase à ideia de que se viveu naquele período um tempo de reconquista.

A *Primera crónica* é uma extensa obra dividida em dois volumes, totalizando 1135 capítulos. Embora tenha sido elaborada a mando do rei Alfonso X, a crônica trata da história de todos os reinos cristãos ibéricos. O primeiro volume contém o total de 565 capítulos, cujo recorte histórico apresentado engloba o início do povoamento da península pelos descendentes de Noé, terminando com a sucessão do reino visigodo, bem como o contato inicial com os muçulmanos do norte do continente africano, em 711.

Já o segundo volume, constituído por 570 capítulos, inicia-se com o relato da batalha de Covadonga, ocorrida em 718, no qual é apresentado, o trunfo visigodo, Pelayo. Dessa maneira, justificam-se as raízes godas e cristãs do norte da Península Ibérica. Já o encerramento do segundo volume acontece com o relato referente à conquista de Sevilha, ocorrida em 1248, uma vitória cristã comandada por Fernando III, “o Santo” (1201-1252), pai de Alfonso X.

A *Primera crónica* vai se pautar em quatro características específicas: a) o uso e a valorização da língua vulgar como idioma; b) a utilização da história como um veículo legitimador de poder e uso político, distanciando-se, portanto, da compreensão presente na antiguidade como “mestra da vida”; c) nova metodologia para a escrita da história por meio da qual os autores passam a fazer uso de fontes e relatos orais para a

elaboração da crônica; d) forma de expressar a convivência entre as três principais culturas presentes na península: cristãos, judeus e muçulmanos.

Em *Historiografía y mentalidades históricas en la Europa Medieval*, Emilio Mitre Fernández, ao discutir o uso da história feito por Alfonso X, mostra que o monarca tentava fazer uma grande exaltação do território ibérico. Segundo Fernández (1982, p. 91), “así, veremos a Alfonso X tomando a la historia de Roma como parte de la propia historia de España”. Para Fernández, Alfonso X buscou demonstrar a grandeza da península por meio da origem romana e sua ligação com os homens que viviam no território. Dessa forma, um dos objetivos do monarca é apresentar a grandiosidade ibérica frente a outros reinos europeus.

2.1 Breve história do desenvolvimento do conceito de *Reconquista*

Tradicionalmente compreende-se por *Reconquista*, o período que se estende do século VIII, com a entrada dos mouros na Península Ibérica, ao século XV, quando, em 1492, os cristãos reconquistaram Granada, o último reino mouro. No entanto, trata-se de um conceito historiográfico desenvolvido e discutido por inúmeras correntes historiográficas, em diferentes contextos históricos, no decorrer dos últimos séculos. Vários historiadores, ibéricos ou não, buscaram compreendê-lo.

A seguir, apontaremos como o conceito de *Reconquista* foi apresentado e desenvolvido pela historiografia nos últimos séculos. Mostraremos também os contextos históricos nos quais o conceito foi desenvolvido e como os diferentes períodos históricos influenciaram, direta ou indiretamente, a sua compreensão. Iniciaremos, então, destacando dois contextos históricos distintos: o primeiro refere-se às invasões Napoleônicas (1807-1814), período em que ocorreu o movimento literário conhecido como Romantismo³; e o segundo momento remonta à ditadura de Francisco

³ “Romantismo surge como momento de negação; porque visava redefinir não só a atitude poética, mas o próprio lugar do homem no mundo e na sociedade. O Arcadismo se irmanava aos dois séculos anteriores pelo culto da tradição Greco-romana; aceitava o significado literário da mitologia e das histórias clássicas; aceitava a hierarquia dos gêneros e a universalidade das convenções eruditas. (...) Do ponto de vista literário, o individualismo romântico importa numa alteração do próprio conceito de arte: ao equilíbrio que a estética neoclássica procurou estabelecer entre a expressão e o objeto da expressão, sucede um desequilíbrio. A palavra não é mais coextensiva à natureza nem tendem as duas a igualar-se; torna-se algo menor que ela, algo insuficiente para exprimir a nova escala em que o *eu* se coloca. (...) para a estética setecentista, nutrida dos ideais clássicos, havia na verdade dois termos superiores: natureza e arte, concebida como artesanato; o artista era um intermediário que desaparecia teoricamente na realização. O amor, a contemplação, o pensamento tinham alcance, não na medida em que eram manifestação de uma pessoa, mas na medida em que existiam num soneto, numa ode ou numa écloga; a imaginação humana se satisfazia com o ato de plasmar a forma artística correspondente. Para a estética romântica, todavia, o equilíbrio dos termos se altera; importam agora a natureza e o artista; de permeio, a arte, sempre aquém da ordem da grandeza que lhe competia exprimir e, por isso mesmo, relegada a plano

Franco (1939-1975), quando se desenvolveu uma historiografia que auxiliava a compreensão do presente pela maneira como se narrava o passado medieval ibérico.

2.1.1 As origens do uso do termo *Reconquista*

Como aponta Martín Federico Ríos Saloma, os primeiros relatos – os quais inicialmente utilizaram o termo enquanto verbo, *reconquistar*, e não como conceito, *reconquista* – estão presentes em algumas crônicas relativas ao processo de colonização espanhola na América.

La primera vez que se utilizó el término *reconquista* – en este caso el verbo *reconquistar* – dentro del ámbito historiográfico fue en la *Histórica relación del Reyno de Chile y de las misiones y ministerios que ejercita la Compañía de Jesús*, del jesuita Alonso de Ovalle, publicada en 1646. Por lo tanto, la primera cuestión fundamental a resolver es conocer qué momento preciso se utilizó por vez primera el término *reconquista* para hacer referencia a lucha mantenida por los cristianos contra los musulmanes en la Península Ibérica y, sobre todo, explicar por qué y cómo comenzó a utilizarse este término (SALOMA, 2011, p. 29-30).

A utilização do termo *reconquista* como conceito e o seu uso na história, segundo Saloma, tem seu início com a chegada das tropas de Napoleão Bonaparte no território ibérico, durante as primeiras décadas do século XIX. Em virtude disso, os espanhóis buscaram suas raízes na história, tendo em vista o desenvolvimento da nacionalidade a fim de criar uma resistência contra o novo invasor⁴. Dessa forma, se basearam em um processo desenvolvido nos tempos medievais, os quais são marcados pelas lutas contra os mouros.

secundário” (CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**. Editora Publifolha, São Paulo, 2000, p. 22-23).

⁴ Martín Federico Ríos Saloma vai se aprofundar nestas questões em seu trabalho: *Uso político e histórico del concepto de Reconquista. Anales de la Universidad de Alicante. Historia Medieval: Guerra Santa Peninsular*, Alicante, v. 1, n. 17, p. 41-65, fev. 2010, p. 53. “Por menos temibles y odiosos tendría yo a los agarenos, porque éstos no disimulan lo que son, ni fingen lo que no son. Creen en Dios, y en pena y gloria eterna, y se puede esperar de ellos alguna virtud moral. Ellos levantarían sus mezquitas y nos dejarían nuestros templos y nuestros oficios; no nos quitarían nuestras campanas, no por codicia, sino por religión; pagaríamos nuestros tributos y no nos impedirían orar al Señor, no nos darían el impío ejemplo de la incredulidad. Vuelvo a decir que más quiero ser conquistado de moros que de franceses, porque es más sensible sufrir el desprecio que el odio. Cuando desembarcaron los africanos en España, entraron como enemigos, como conquistadores, como propagadores del Alcorán; no nos engañaron con pretextos ni títulos de amistad y protección; no quebrantaron ningún pacto ni alianza, pues no lo había; no faltaron a su palabra, pues no la habían ofrecido. Nos cogieron desprevenidos, mas no engañados. Además, la invasión de los moros se ejecutó por mar, y una vez cortada la travesía por nuestras fuerzas navales, se les frustraron las esperanzas de los socorros del África; y aun así costó unos setecientos años el acabarlos de arrojar de nuestro suelo. Considérese ahora cuándo llegaría a verse la España libre de estos descreídos conquistadores, ¿francas sus comunicaciones con la matriz sobre un mismo continente?” (CAPMANY, Antonio de. **Centinelas contra franceses**. Londres, 1988, p. 95).

O advento do movimento romântico incitou a Europa e o mundo com propostas inovadoras que visavam ao desenvolvimento da nacionalidade e de uma identidade nacional, a qual foi ameaçada por Napoleão Bonaparte. A história foi, portanto, utilizada tanto para legitimar ações contra a dominação de Napoleão como foi empregada na literatura no decorrer do Romantismo. O movimento romântico, segundo Alberta Ferreira (1971, p. 7), “responde à grande crise da sociedade europeia da Revolução Francesa”. Como aponta a autora, o desenvolvimento do movimento romântico na literatura se deu após a Revolução Francesa e se afirmou com a chegada, na França, de Bonaparte ao poder.

Na Península Ibérica, o uso da história pelo romantismo foi pautado pelo processo de avanço dos cristãos sobre as áreas dominadas pelos muçulmanos. Narrativas sobre a atuação de alguns ilustres personagens, entre eles, santos, como São Tiago, nobres, como El Cid Campeador, e reis, como Fernando e Isabel, os reis católicos, foram utilizadas como instrumentos colaboradores no processo de desenvolvimento da identidade nacional espanhola.

Nesse sentido é possível perceber que o primeiro movimento a buscar a identidade nacional, por meio da valorização de personagens históricos, foi o romantismo. Contudo, tal movimento ficou restrito ao âmbito das produções e manifestações artísticas, deixando de lado o desenvolvimento historiográfico. Este só vai adquirir forma e relevância, na Espanha, durante a ditadura de Franco, momento em que o Estado investiu na produção historiográfica (SALOMA, 2012, p. 21-24).

O período de Francisco Franco (1939-1975) influenciou a historiografia espanhola medieval com o intuito de utilizá-la para legitimar alguns de seus pilares sustentadores. Sendo assim, os pontos fundamentais que sustentaram o regime franquista a partir da historiografia medieval foram: a) a existência de um inimigo comum, pois, na Idade Média, o mal maior para os cristãos ibéricos havia sido os muçulmanos, no contexto de Franco, o comunismo foi compreendido como o grande problema; b) a busca por uma identidade religiosa cristã, tal como no medievo; c) unificação do território espanhol, tendo como base somente uma coroa, a castelhana.

Tais propostas do regime franquista ficam evidentes quando olhamos para algumas pesquisas referentes ao contexto histórico, como, por exemplo, o artigo “A Espanha sob o regime franquista: do isolamento à aceitação internacional (1939-1953)”, de Valentina Terescova Veleda. Nele a autora apresenta a relação e a utilização da história por Franco, destacando como o conhecimento historiográfico foi instrumento de

legitimação e justificação de situações manifestadas na ditadura espanhola. Conforme Veleda:

A base do regime franquista foi o “Nacional-Catolicismo” e o anticomunismo, criando um imaginário místico de uma “cruzada” dirigida pelo General Franco, que faria com que a Espanha resgatasse seu passado imperial de glória e poder, restituindo-a ao seu lugar de direito dentro da Europa. Os nomes de Isabel e Fernando, os reis católicos, foram bastante lembrados como os promotores dessa “era de ouro” do país, primeiramente com a expulsão dos muçulmanos e com as posteriores descobertas na América. O discurso dos apologistas do Caudillo vinculava Franco ao retorno desse período de prosperidade ou “idade de ouro” (VELEDA, 2010, p. 9).

A história foi, então, bastante utilizada pelo franquismo, tendo sido a vertente medieval a fonte legitimadora da formação da identidade nacional espanhola. Assim, esse fato influenciou a produção historiográfica, sendo, portanto, decisivo para validar e justificar a ditadura franquista. Segundo Saloma:

Os golpistas del año 1936 utilizaron el discurso sobre la reconquista para justificar y legitimar el alzamiento militar contra la República, no por ello el asunto deja de tener una importancia particular dentro de esta exposición, puesto que se recuperaron de forma consciente las figuras retóricas empleadas a lo largo del último tercio del siglo XIX y se asoció de manera directa la gesta de las tropas nacionalistas con la gesta reconquistadora, ambas llevadas a cabo en aras de la salvación de la patria. De esta suerte, la consecuencia no fue únicamente que el discurso historiográfico sirviera para legitimar el alzamiento y el régimen franquistas, sino que se abandonaron – ¿silenciaron? – las posturas interpretativas sobre el pasado medieval español más avanzadas provenientes de la Escuela de Altos Estudios y representadas por Rafael Altamira, quien había sido el primero en hablar de los “núcleos de resistencia cristiana”, el primero en subrayar en la importancia de los pactos entre los líderes musulmanes y las élites visigodas (SALOMA, 2011, p. 58-59).

Conforme apresentado, foi de grande relevância para o general Franco a utilização da história. Por meio desse conhecimento, o regime franquista buscou elaborar e construir uma identidade nacional espanhola, fundamentada em uma mesma religião, a cristã, e em uma mesma língua, o castelhano. Além disso, no passado medieval, já um pouco idealizado, foi encontrada a unificação dos cristãos frente a um inimigo comum considerado infiel, o muçulmano.

Em “Guerras rendilhadas da erudição: um breve panorama dos combates e debates em torno do conceito de Reconquista”, Bruno Gonçalves Alvaro e Rafael Costa Prata seguem essa mesma linha de interpretação do uso da história medieval ibérica pela ditadura de Franco. No artigo referido, os autores afirmam que as ideias propostas pela

ditadura espanhola foram fundamentadas na história medieval ibérica para legitimar seus atos e suas ações. Segundo eles:

O conceito de Reconquista se torna tão caro ao Franquismo porque, após a derrocada dos republicanos na Guerra Civil Espanhola, em 1939 e sua consequente ascensão ao poder, Francisco Franco inicia uma sistêmica tarefa de legitimação e fortalecimento de seu regime, por meio da pólvora e da escrita. Tal processo tinha como alicerce básico a devida glorificação e heroicização de sua imagem, se utilizando para tal de conexões históricas e associações com personagens do passado espanhol, para, por um lado, ligar a sua imagem a um grande herói(s) de outrora e, por outro, associar o contexto histórico em vigor com um conturbado contexto de outrora solucionado justamente pela atuação heroica de tais personagens. (...) “intermitentes guerras e fulgurosos guerreiros” durante todas as décadas de seu governo, sobretudo nos primeiros anos quando se torna mais do que necessário fortalecer as bases ideológicas do regime. (...) durante todas as décadas de seu governo, sobretudo nos primeiros anos quando se torna mais do que necessário fortalecer as bases ideológicas do regime, Franco vai se utilizar o tão popular conceito de Reconquista como aporte de reforço e legitimação. (...) conceito de Reconquista foi bastante comum durante aquele período, inclusive partindo das penas da própria historiografia espanhola do momento, pois uma série de obras foi produzida com o objetivo de reforçarem esses ideais de paralelismo do regime franquista com a Reconquista (ALVARO; PRATA, 2014, p. 110).

Todavia, não foram apenas as correntes opositoras e favoráveis à estrutura da *Reconquista* desenvolvidas pelo franquismo. O maior problema vinculado à elaboração do conceito deve ser entendido com o processo de escrita da história, pois “toda história e todo historiador é fruto do seu tempo, (...) uma vez que se apresenta [o conceito de *Reconquista*] como mais uma “mancha” do regime ditatorial de Franco, um conceito ainda inteiramente dotado da carga ideológica nacional-catolicista, típica daquele período” (IDEM, p. 124). Essa afirmação, dos autores supracitados, expressa a existência de uma oposição à utilização do conceito de *Reconquista*, fato que faz com que ele se torne objeto de debates, análises, revisões, reinterpretações e discussões conduzidas por distintas correntes historiográficas no decorrer dos últimos tempos. A partir dessas considerações, apresentaremos na sequência algumas informações sobre como as historiografias, clássica e contemporânea, trataram o tema.

1.1.2 A *Reconquista* como chave da compreensão da história ibérica: uma história de longa duração

Na atualidade, as propostas interpretativas acerca da *Reconquista*, que iremos discutir na sequência, estão sendo refutadas, principalmente por meio do trabalho

inovador do historiador Martín Federico Ríos Saloma, em *La Reconquista: una construcción historiográfica “siglos XVI-XIX”* e em “La reconquista en el primer franquismo: relecturas tras la nueva ‘cruzada’”.

Saloma apresenta a *Reconquista* como um conceito historiográfico em constante desenvolvimento. Tem como base para sua teoria a influência da segunda geração dos *Annales*, por meio do conceito de “história de longa duração”⁵, proposto por Fernand Braudel, em *Escrita sobre a história*, bem com se apóia na afirmação feita pelo medievalista Claudio Sánchez-Albornoz, “*la Reconquista, clave de la historia de España.*” (SÁNCHEZ-ALBORNOZ, 2007, p. 46).

Segundo Sánchez-Albornoz, para entender a história do mundo ibérico é fundamental compreender as especificidades medievais ibéricas, pois em diferentes períodos históricos esse passado de luta contra o muçulmano é lembrado, revivido e utilizado como exemplo de superação. Outro aspecto que Saloma irá abordar refere-se ao fato de, durante o período medieval, os ibéricos não conceberem a própria história, produzida e vivida, enquanto um processo de *Reconquista*, isto é, não iam à luta com a intenção de reconquistar, recuperar um território; iam, na verdade, para vencer e conquistar o território que até então era posse do inimigo.

Para verificar a trajetória pela qual passou o conceito de *Reconquista*, Saloma estudou várias correntes historiográficas, utilizando uma grande variedade de fontes do período medieval, além de documentos provenientes da Idade Moderna, com o intuito de encontrar os pioneiros na utilização do termo *Reconquista* como conceito. Segundo ele, a primeira vez que a palavra “reconquista” aparece nas documentações espanholas é posterior ao período que hoje compreendemos por Idade Média. Tal palavra só será incorporada às documentações ibéricas durante o processo de colonização da América.

(...) ámbito historiográfico fue en la *Histórica relación del Reyno del Chile y de las misiones y ministerios que exercita en la Compañía de Jesús*, del jesuita Alfonso de Ovalle, publicado en 1646. (...) Preciso se utilizó por vez primera el término *reconquista* para hacer referencia a la lucha mantenida por los cristianos contra los musulmanes en la

⁵ “Digamos, em vez de acontecimental: o tempo curto, aquele cuja medida é a dos indivíduos, a da vida cotidiana, a de nossas ilusões, nossas rápidas tomadas de consciência – o tempo do cronista por excelência, o tempo do jornalista. Ora, observemos que tanto crônica como jornal fornecem, ao lado dos grandes acontecimentos qualificados como históricos, os medíocres acidentes da vida ordinária: um incêndio, uma catástrofe ferroviária, o preço do trigo, um crime, uma representação teatral, uma inundação. Cada um de nós compreenderá que existe, assim, um tempo curto para todas as formas de vida: econômica, social, literária, institucional, religiosa, e até mesmo geográfica (fortes ventos, uma tempestade), tanto quanto a política” (BRAUDEL, 2011, p.91).

Península Ibérica y, sobre todo, explicar por qué y cómo comenzó a utilizarse este término (SALOMA, 2011, p. 29-30).

A utilização da palavra “reconquista” está ligada diretamente ao desenvolvimento da conquista da América e da ação da Igreja, que irá fazer uso do seu passado para, mais uma vez, impor o cristianismo frente a outras culturas. Inicialmente, como conceito, o termo “reconquista” apareceu em documentos elaborados durante a Idade Moderna, para então ser usado pela historiografia, até chegar aos dias atuais como um dos principais pilares interpretativos da história ibérica, estando presente, portanto, na historiografia da região desde a chegada das forças de Napoleão. Desse modo, os primeiros trabalhos procuraram apresentar o passado peninsular cristão como exemplo de virtude e de grandiosidade frente aos muçulmanos, evidenciando, assim, a força que os ibéricos, em especial os castelhanos, demonstravam contra esse novo inimigo.

La forma en que la invasión napoleónica contribuyó a la forja de la conciencia de la identidad nacional española. (...) la historiografía general, desde el siglo XVI hasta principios del siglo XIX, estuvo marcada por una xenofobia antifrancesa ni el hecho de que, al mismo tiempo, muchas de las reformas que los ilustrados pretendían introducir para la modernización de España sumamente revelador analizar la forma en que el repertorio de imágenes elaborado sobre la invasión musulmana y el inicio de la restauración fueron utilizadas en la guerra de la independencia como arma de propaganda contra los invasores napoleónicos. (...) *Centinela contra franceses* de Antonio Capmany (1742-1813). El texto, como es sabido, tenía como objetivo enardecer los corazones españoles contra los invasores franceses exaltando las virtudes naciones, criticando la introducción de costumbres extranjeras que debilitaban el carácter español reivindicado como nacional los elementos culturales que las naciones extranjeras consideraban como particularismos hispanos y rasgos de pueblos incivilizados, y ridiculizando y caricaturizando las costumbres, tradiciones y caracteres galos. En este sentido, el discurso de Capmany se presentaba como una invitación a no abandonar las esencias hispanas, es decir, como una vuelta a los orígenes que permitiría a España recuperar la posición hegemónica de que había gozado siglo y medio antes y enfrentarse con éxito a los ejércitos napoleónicos. Esta vuelta se entendería nada más y nada menos, que como una “reconquista” (IDEM, p. 161-162).

Nesse fragmento, Saloma cita a primeira obra a utilizar os critérios de identidade e sentimento nacional, tendo como base a história medieval. Diante disso, outro aspecto que devemos levar em consideração é o advento do romantismo na literatura, justamente por buscar no medievo as raízes para a formação de uma identidade nacional. Além disso, a noção de estado nacional moderno irá se embasar na história medieval para também encontrar suas raízes históricas: “a ideia de que a Idade Média é

a época do aparecimento e da gênese da Europa como realidade e como representação e que constitui o momento decisivo do nascimento, da infância e da juventude da Europa” (LE GOFF, 2007, p. 11). De outro modo, os estados nacionais vão florescer a partir dos alicerces da Idade Média, embasando-se na história como um veículo legitimador da criação das identidades nacionais.

No período contemporâneo, o nacionalismo espanhol vai ser novamente acentuado – como, por exemplo, durante o governo do general Franco –, mas também em diferentes localidades da Europa, tal como nos demonstra Le Goff: “a Idade Média como época de nascimento da Europa foi amplamente evocada na véspera e no dia seguinte a Segunda Guerra Mundial, num período de efervescência da reflexão sobre a Europa e de projetos econômicos, culturais e políticos elaborados num contexto europeu” (IDEM, p. 11-12).

No decorrer do governo franquista novamente o passado medieval foi utilizado para alimentar o sentimento nacionalista contra o novo inimigo: a ameaça vermelha, ou seja, os comunistas, que serão combatidos e perseguidos por Franco. Se durante o medievo houve o processo de *Reconquista* por meio de uma certa união dos reinos cristãos contra os mouros, tal situação, adequada aos novos tempos, seria novamente imposta. Sendo assim, a ditadura de Franco buscou patrocinar a pesquisa em história para ter como exemplo o passado guerreiro peninsular. Para isso, foram incentivados o desenvolvimento de traduções (do latim e do espanhol arcaico) e reedições das documentações do período medieval, abrindo, assim, uma vasta possibilidade de estudo sobre o medievo ibérico.

No artigo “La reconquista en el primer franquismo: relecturas tras la nueva “cruzada””, Saloma destaca o período do regime de Franco como a efervescência da historiografia espanhola. Foi um momento em que houve muitos debates que fundamentaram a estrutura interpretativa acerca da Idade Média peninsular, bem como o processo da *Reconquista* ibérica. De acordo com o apresentado pelo historiador, identificamos que a noção de *Reconquista* foi se desenvolvendo na Idade Média. Entretanto, o conceito transcende o medievo, pois foi sendo forjado juntamente com o aparecimento das distintas correntes interpretativas da historiografia.

2.1.3 O movimento neogótico e o desenvolvimento da historiografia clássica sobre a *Reconquista*

A história foi um dos pilares fundamentais para a estruturação dos novos estados nacionais, tendo sido utilizada em distintas localidades da Europa. No caso específico da Espanha, houve o incentivo para a organização e publicação das fontes do passado ibérico, cujo principal responsável pelas edições foi Menéndez Pidal, que traduziu uma série de documentos medievais com o intuito de resgatar a história espanhola. Esse movimento ficou conhecido como neogótico⁶. Para Francisco García Fitz:

las ideas neogoticistas, esto es, los argumentos políticos y religiosos que se forjaron para justificar la lucha contra el islam y que pretendían presentar a ésta como un combate para restaurar o recuperar el antiguo orden visigodo. La pérdida libertad de la Iglesia y el patrimonio territorial de los antepasados, no fueron creadas ni compartidas por quienes protagonizaron originariamente el movimiento de resistencia contra la presencia musulmana, sino que por el contrario fueron fruto de una elaboración muy posterior, al servicio de intereses y realidades que ya nada tenían que ver con las que originalmente inspiraron o causaron el movimiento de los pueblos norteños (FITZ, 2009, p. 148-149).

Devido à estruturação e à organização das fontes, traduzidas por Menéndez Pidal, e também às ideias neogoticistas, foram desenvolvidas diversas pesquisas referentes à história medieval ibérica. Quanto à importância do trabalho realizado por Menéndez Pidal, Sánchez-Albornoz se posicionou da seguinte maneira:

El amor a la propia patria lleva a quien lo siente y llevó a don Ramón a estudiar las fallas de la comunidad histórica a que pertenecemos para transformar el presente y el futuro de la misma. Con su labor en la Junta para Ampliación de Estudios y en el Centro de Estudios

⁶ “En ese contexto, el estilo neogótico cumplía un papel simbólico destacado, pues refrendaba tanto los intentos de recuperación económica como la reconquista moral. Un simbolismo que fue fortalecido por todas unas series de estrategias eclesiales, de carácter universal como es la eclosión de advocaciones en torno a la figura de Cristo, - por ejemplo, el Sagrado Corazón de Jesús o la Santísima Eucaristía-, o vinculadas con el culto a la Virgen María, - por ejemplo, las apariciones marianas de Lourdes o el dogma de la Inmaculada Concepción. De igual forma, la Iglesia actuó como brazo colonizador de nuevos territorios, especialmente a través de órdenes religiosas como los salesianos, carmelitas, lazaristas, concepcionistas, etc. dotándolos de centros de salud y educativos, todo ello con la permisibilidad y connivencia de los gobiernos en turno. Otro aspecto importantísimo en el caso del estilo neogótico es su característica como reflejo y copia de un estilo del pasado medieval europeo. Un reflejo que en el caso de la reproducción arquitectónica en suelo americano lo pone en relación con uno de los fenómenos sociales más importantes del siglo XIX: las migraciones internacionales de Europa a América. Efectivamente, el neogótico fue desarrollado y aplicado por arquitectos, ingenieros, alarifes y maestros de obra que en no pocos casos fueron migrantes o hijos de migrantes. El reflejo arquitectónico, aprendido por formación de muchos de ellos, se reprodujo con muchas particularidades en América Latina y con numerosas adecuaciones técnicas propias del momento como eran el uso de hormigón y de hierro forjado para las estructuras”. CHECA-ARTASU, Martín M.; NIGLIO, Olimpia (Org.). **El neogótico en la arquitectura americana: historia, restauración, reinterpretaciones y reflexiones**. Ermes: Ariccia (Roma), 2016, p. 14.

Históricos contribuyó a cambiar la faz de la ciencia española (SÁNCHEZ-ALBORNOZ, 1982, p. 45-46).

Como demonstra Sánchez-Albornoz, o nacionalismo e o amor pela Espanha motivaram Menéndez Pidal a realizar suas investigações acerca da história e da língua castelhanas, contribuindo para o avanço do conhecimento histórico e também para o desenvolvimento de pesquisa em linguística. As pesquisas de Menéndez Pidal no campo da filologia ajudaram a fomentar a discussão sobre a compreensão e o entendimento da história ibérica na região mediterrânea. Para Miguel Ángel Ladero Quesada, Menéndez Pidal:

estableció su imagen de España como realidad histórica a partir de una tradición familiar y universitaria conservadora, modificada por su clara opción liberal, a partir de 1896, que les acerca a muchas de las ideas y postulados de las institución citas, (...), y a los estímulos procedentes del pensamiento regeneracionista 1683 (LADERO QUESADA, 1998, p. 304).

Alguns dos ideais da ditadura franquista estão presentes no passado medieval ibérico, como, por exemplo, a luta contra um inimigo comum e o cristianismo como identidade básica. Portanto, ideais que, durante o governo de Franco, justificaram a busca e a investigação do passado medieval.⁷

Ao conhecermos o passado ibérico, torna-se possível entendermos o motivo pelo qual os trabalhos de Menéndez Pidal foram utilizados e enaltecidos durante a ditadura de Franco. A busca de uma identidade nacional, tendo como base Castela, foi um dos pilares implantados pelo regime ditatorial, no qual todos eram obrigados a se comunicar por uma língua oficial, o castelhano, e aceitar uma história comum, a de Castela. Com isso, fica evidente o motivo pelo qual Franco apoiou as produções acadêmicas feitas por Menéndez Pidal e seus discípulos, pois tais estudos contribuíram e, até mesmo, justificaram as propostas e atuações que efetuaram em seu tempo.

⁷ “Y sin embargo, a pesar de todo lo que hemos indicado, el uso del concepto de Reconquista se ha mantenido vigente hasta nuestros días, a pesar de que el régimen de Franco ha desaparecido, de que el ideario nacional-católico que lo sostuvo durante décadas cayó vertiginosamente en el más absoluto olvido, y de que incluso el nacionalismo español de origen decimonónico – rabiosamente unitario, castellanista y católico -, se ha enfriado no pocos grados en la sociedad española de las últimas décadas del siglo XX y de la primera del XXI, o al menos así ha sido en la historiografía académica” (FITZ, 2009, p. 151).

2.1.4 Historiadores clássicos: rivalidades, reivindicações e interpretações distintas sobre a *Reconquista*

O primeiro embate referente à interpretação do conceito de *Reconquista* foi travado por dois historiadores, Américo Castro e Claudio Sánchez-Albornoz, ambos considerados autores clássicos. O embate entre eles contribuiu para o avanço e desenvolvimento da historiografia sobre a Idade Média na Península Ibérica (GUIANCE, 2011, p. 25-58). Normalmente, ambos os historiadores são apresentados como os iniciadores das discussões referentes ao processo de *Reconquista*.

Tendo como pano de fundo os conflitos intelectuais a respeito do tema abordado por Castro e Sánchez-Albornoz, cabe-nos fazer, por exemplo, algumas indagações sobre como esses autores compreenderam o uso do termo *Reconquista*; sobre qual teria sido o motivo das divergências intelectuais entre eles e o governo de Franco; e sobre como Franco utilizou a compreensão acerca da *Reconquista* elaborada por Castro e Sánchez-Albornoz.

Iniciamos nossa tarefa de responder às indagações com algumas informações sobre Américo Castro. Ele foi um dos mais importantes estudiosos a contribuir para o avanço dos estudos sobre a Idade Média espanhola, tendo sido um dos maiores filólogos ibéricos do Centro de Estudos Históricos, onde, em 1910, começou seus trabalhos, sob a tutela do também filólogo Menéndez Pidal. Os trabalhos de Castro, após 1916, concentraram-se nas origens e também na importância do medieval ibérico para a língua castelhana, tendo como fundamento a teoria de que a Península Ibérica teria sido desestabilizada após o rompimento do equilíbrio entre muçulmanos, judeus e cristãos. Castro compreendeu o domínio mouro como uma condição própria da vida ibérica, cujo contexto medieval era marcado pela convivência de diversas culturas (muçulmanos, judeus e cristãos) e não pelos constantes conflitos. Sendo assim, ele entende o território peninsular da seguinte forma:

Hasta hace no muchos años pensaba sobre este punto [la función de los árabes] como todo el mundo. Cuando en 1938 escribía un ensayo sobre ciertos problemas de los siglos XV y XVI, noté cuán difícil era introducir lo islámico en el cuadro de la historia, o prescindir de ello, y acabé por soslayar la cuestión, indebidamente... Sólo después de haber escrito mis ensayos sobre “Lo hispánico y el erasmismo” como aspectos de “situaciones vitales”, comencé a ver claro el sentido de lo islámico en aquella historia (CASTRO, 1948, p. 47-48).

A partir do que demonstra Castro, podemos perceber que a compreensão dele sobre a *Reconquista* é pautada pela superioridade cristã. Ainda que houvesse respeito às

outras culturas monoteístas, a ênfase é dada para o grupo dominante e vitorioso do processo conquistador. Dessa forma, o destaque e o entendimento dos fatos sempre serão levados em consideração, seja a partir da história, dos costumes ou das tradições cristãs.

Com o início da Guerra Civil espanhola, Castro se mudou para os Estados Unidos, tornando-se, em 1937, professor da Universidade de Princeton. Durante o seu exílio, repensou a Idade Média ibérica e suas estruturas historiográficas e culturais. Após várias pesquisas, ele se convenceu de que a historiografia positivista não era capaz de construir uma “biografia” das nações. Para ele, a “realidade histórica” da Espanha só passou a se desenvolver no âmbito social e religioso após os séculos IX e XII, com o enfraquecimento de Al-Andalus.

La obligación de la guerra [entre los musulmanes] forzó al cristiano a adaptarse a la forma material y espiritual en que aquella era practicada por el enemigo. De ahí que, al batallar en nombre de Mahoma, correspondiese el combatir en nombre de Santiago... Combatir “en nombre” de una creencia sobrenatural (no simplemente “ayudado” por una fuerza sobrenatural) fue una novedad entre hispano-cristianos, no conocida de los visigodos ni de los romanos. (IDEM, 1985, p. 166).

A luta entre mouros e cristãos na Península Ibérica será, segundo Castro, “inspirada pela *yihad* ou guerra santa muçulmana” (IDEM, 1971, p. 419). Após a desestruturação de Al-Andalus, os reinos cristãos ibéricos começaram a se colocar como os verdadeiros dominadores do território ibérico.

Claudio Sánchez-Albornoz estudou filosofia e letras na Universidade de Madrid, onde se formou em 1913. Um ano após concluir seus estudos, doutorou-se com uma tese sobre as instituições medievais. Aos vinte e cinco anos de idade, tornou-se professor catedrático de história da Espanha nas Universidades de Madrid, Barcelona, Valencia e Valladolid. Entre os anos de 1920 até 1933 foi professor da Universidade Central e realizou pesquisas no Centro de Estudos Históricos. Fez parte da Academia de História, mesclando ensino e pesquisa com a acumulação de vários cargos acadêmicos relevantes, como, por exemplo, decano da Faculdade de Filosofia e Letras, em 1931, e, entre 1932 e 1934, foi reitor da Universidade Central. Entre 1931 e 1936, esteve presente ativamente na vida política espanhola, tendo sido ministro do Estado, em 1933, vice-presidente das Cortes, em 1936, Conselheiro de Instrução Pública e embaixador da Espanha em Portugal.

Em 1939, Sánchez-Albornoz foi condenado pelo Tribunal de Responsabilidades Políticas devido às suas ideias de cunho republicano. Em função de tal condenação, foi

definitivamente removido de sua cadeira na universidade. Durante o período da Guerra Civil espanhola, se mudou para a França, onde foi professor da Universidade de Bordeaux, de 1937 até 1940, ano em que a Alemanha nazista invadiu a França. Este fato o induziu a se mudar para a Argentina, onde foi professor de história medieval na Universidade de Buenos Aires.⁸ Na Argentina, Sánchez-Albornoz dedicou-se às atividades de pesquisa e ensino, tendo como tema de pesquisa os reinos de Astúrias, Castela e León, além da Espanha muçulmana. Suas obras mais conhecidas são: *Uma cidade da Espanha cristã há mil anos*; *Em torno das origens do feudalismo*; *Espanha muçulmana “volumes I e II”*; *Origens da nação espanhola: o Reino das Astúrias*; *As instituições medievais espanholas* e *Espanha, um enigma histórico*. Nesta última obra, Sánchez-Albornoz sintetiza sua compreensão da história:

Las ciencias físico-naturales estudian los fenómenos de la naturaleza e inducen de ellos las leyes que rigen la vida de aquélla. Comprobar hechos y deducir leyes es mucho... pero los historiadores tenemos más que hacer. (...) La historia aspira a más. Aspira a descubrir el enlace entre los hechos, las causas, los porqués de los sucesos (...) En todo caso el saber histórico no es ya hoy una fe. No es, naturalmente, equiparable al saber científico y al saber filosófico. Participa de ambos a la vez. Es un tipo singular de conocimiento con su propia y peculiar teórica, no bien precisada todavía; y es a la par un tipo autónomo de pensamiento, que aún no ha logrado ser definido con rigor. Las diferencias que separan a la historia de las ciencias fisicomatemáticas y de la filosofía constituyen su honra, no su demérito (SÁNCHEZ-ALBORNOZ, 1962, p. 27, 32).

A permanência do islã, para Sánchez-Albornoz, atrapalhou, de maneira profunda, o desenvolvimento da antiga colônia romana (Hispania), bem como os outros territórios do ocidente medieval. A realização de sucessivos confrontos entre mouros e cristãos, além do constante repovoamento dos territórios recuperados, prejudicou, na visão do historiador, o progresso ibérico.

Esta empresa multiseular – señalaba este autor – constituye un caso único en la historia de los pueblos europeos, no tiene equivalente en el pasado de ninguna comunidad histórica occidental. Ninguna nación del viejo mundo ha llevado a cabo una aventura tan difícil y tan monocrorde, ninguna ha realizado durante tan dilatado plazo de tiempo una empresa tan decisiva para forjar su propia vida libre (IDEM, 2000, p. 723-726).

Sánchez-Albornoz destacava a participação e a influência dos mouros na Península Ibérica, e o seu controle sobre o território. Entretanto, a maior preocupação do

⁸ <www.fundacionsanchezalbornoz.org/el-historiador/biografia/>. Acesso em: 31 out. 2018.

pesquisador foi com os cristãos medievais presentes na região, especialmente no reino de Castela. Segundo García Fitz:

Sánchez-Albornoz estaba convencido de que la Reconquista era una empresa común de todos los españoles, en el curso de la cual un grupo disperso de reinos cristianos, tras varios siglos de “lucha nacional y religiosa” (...) la personalidad histórica de España (FITZ, 2009, p. 145).

Entre 1962 até o início da década de 1970, Sánchez-Albornoz manteve suas atividades vinculadas à política espanhola, sendo presidente da república espanhola no exílio. Em 1983, retornou à Espanha e passou a morar em Ávila, onde faleceu no dia 8 de julho de 1984. Após esse breve relato sobre as vidas e as obras de Américo Castro e de Claudio Sánchez-Albornoz, levando-se em conta, principalmente, as suas interpretações sobre o processo de *Reconquista*, apresentaremos, a seguir, as divergências existentes entre ambos estudiosos.

A discordância entre os autores teve início, em 1948, com o trabalho de Castro, *España en su História*. Nesta obra foram desenvolvidos dois conceitos principais: 1) a habitação horizonte: a essencial oportunidade pessoal e 2) como os homens vivem ou aproveitam essa oportunidade. Castro buscou os fundamentos para a sua pesquisa nas fontes literárias medievais espanholas, enfatizando a experiência dos cristãos com outros grupos religiosos presentes no mundo ibérico, a saber, judeus e muçulmanos.

Essa tese foi reafirmada, em 1954, com o trabalho *La realidad histórica de España*, no qual os conceitos anteriores foram revistos e ampliados. Além disso, novos capítulos foram incorporados, tendo como destaque o polêmico capítulo referente aos visigodos, em que Castro questiona a origem goda ao afirmar que essa população não é oriunda da Península Ibérica.

Em 1956, Sánchez-Albornoz questionou o trabalho de Castro com a obra *España, un enigma Histórico*. Neste trabalho, foram rejeitados os conceitos históricos desenvolvidos por Castro, que foi acusado de generalização, visto que deveria ter mantido, dado o conhecimento histórico sobre os fatos, o uso de todos os tipos de fontes. Sánchez-Albornoz argumentou que o aspecto principal da Espanha encontrava-se nos povos que haviam se fixado no território: os visigodos e os romanos que se adaptaram para o desenvolvimento cultural e político do mundo ibérico. Já em relação à Idade Média, Sánchez-Albornoz não leva em conta a contribuição islâmica ou judaica, dando destaque exclusivo para o ocidente cristão, no qual a Península Ibérica se inseria e cujo centro era propriamente o reino de Castela.

Os trabalhos de ambos pesquisadores tiveram rápida difusão no mundo acadêmico espanhol e nos países latino-americanos. Enquanto os dois pesquisadores continuavam a travar contestações, a divergência entre eles era pulverizada pelos seus orientandos.

Como podemos perceber, tanto a compreensão de Castro quanto a de Sánchez-Albornoz, acerca da *Reconquista*, vai ao encontro das ideias defendidas pelo governo de Franco, visto que vislumbrava uma Espanha unida, cristã e em luta contra o inimigo, o comunismo. Como os muçulmanos, durante a Idade Média, haviam sido o inimigo comum a todos os reinos cristãos, a ideia de unidade em torno da coroa de Castela foi fundamental para a defesa dos interesses cristãos. Nesse sentido, tal como no contexto medieval, no período histórico dos autores citados foi travada uma verdadeira cruzada, não contra os muçulmanos, mas, sim, contra o comunismo. Dessa forma, o governo de Franco utiliza a história como exemplo de nacionalidade.

2.1.5 A *Reconquista* “que nunca existiu”: o olhar marxista

Procurando questionar Castro, Sánchez-Albornoz e a noção de *Reconquista*, o conceito foi debatido também pelos pesquisadores de linhagem marxista. Dessa forma, Marcelo Vigil e Abilio Brabero interpretaram a *Reconquista* de uma forma diferente da existente até então. Na obra *Sobre los orígenes sociales de la Reconquista*, publicada em 1965, ambos defendiam que as ações expansionistas, efetuadas pelos asturianos, ocorreram como continuação de um movimento de expansão dos povos, atingindo formas superiores de desenvolvimento econômico e social. Essa maneira de compreender o passado ibérico, segundo García Fitz, “vino a representar una ruptura radical con el modelo de interpretación hasta entonces aceptado por la historiografía española en torno a los orígenes y el significado histórico de la Reconquista” (FITZ, 2009, p. 147-148).

Isso ocorreu porque a tese defendida por Vigil e Brabero demonstra que a população que vivia no norte da península não havia sido dominada nem pelos romanos, nem pelos visigodos e, devido a isso, o que houve foi conquista e não reconquista do território. Portanto, teve lugar, segundo eles, um processo expansionista e não uma recuperação do território anteriormente ocupado pelos godos.

Los cántabras-astures y vascones que con su independencia (frente al reino visigodo) había conservado un régimen social antagónico al de los visigodos, donde los hombres libres eran mayoría y las diferencias de clase eran mínimas, tenían poderosos motivos para continuar

defendiendo su libertad (contra los nuevos dominadores musulmanes)... Es decir, la región nunca dominada por los musulmanes y de donde surgiría la “Reconquista” fue la misma que defendió su independencia frente a los visigodos y seguía luchando por ella todavía contra el último rey godo don Rodrigo 711. Por consiguiente, el fenómeno histórico llamado de Reconquista no obedeció en sus orígenes a motivos puramente políticos y religiosos, puesto que como tal fenómeno existía ya mucho antes de la llegada de los musulmanes... se ha adjudicado habitualmente a estos montañeses, enemigos tradicionales de los visigodos, el papel de ser sus sucesores políticos frente a los musulmanes; pero el deseo de “reconquistar” unas tierras que evidentemente nunca habían poseído, no se puede aceptar hasta tiempos posteriores en los que se creó realmente una conciencia de continuidad con el reino visigodo (BRABERO; VIGIL, 1988, p. 96-97).

Esse movimento expansionista constitui também parte do debate de outros historiadores vinculados à corrente marxista. Em *La Reconquista: una construcción historiográfica “siglos XVI – XIX”*, Saloma, um observador distante daquela corrente, estabelece uma possível relação entre o conceito de *Reconquista* e o desenvolvimento do fluxo historiográfico marxista, que buscava questionar as estruturas apresentadas e discutidas pela corrente positivista. Dessa forma, a partir da compreensão de Saloma quanto à historiografia referente ao fim do século XIX e início do XX, podemos perceber que, neste contexto histórico, os paradigmas sobre o conceito de *Reconquista* apresentam dois pilares de interpretação: 1) a busca cristã para reaver o território visigodo perdido para mouros e 2) a luta entre muçulmanos e cristãos como um processo de conquista, pois os reinos do norte da península não haviam sido dominados pelos visigodos.

Munidos de tais ideias como base para novas pesquisas, alguns historiadores, como José Luis Montero Guadilla, em *La Reconquista que nunca existió*, ao trilharem o pensamento marxista expresso por Vigil e Brabero, sugerem uma nova abordagem. Para eles, a *Reconquista* é como uma *conquista de España*, tendo sido, de fato, uma guerra com o intuito de afirmar o cristianismo na Península Ibérica. Os mesmos historiadores apresentam, ainda, o processo de *Reconquista* como um projeto elaborado e desenvolvido depois do século IX, ou seja, após a fragmentação da unidade muçulmana de Al-Andalus.

O movimento expansionista também é abordado por Manuel González Jiménez, que, ao trabalhar a historiografia referente à *Reconquista*, oferece, em *Sobre la ideología de la Reconquista: realidades y tópicos*, duas interpretações acerca da temática: em primeiro lugar, interpreta-a como controlada ou *reconquistada* e, em

segundo lugar, entende-a como uma ocupação ou *re población*. Portanto, ao se referir à *Reconquista*, González Jiménez trata-a como um tema polêmico e complexo, cujo uso possui defensores e detratores. Sendo assim, os defensores são apresentados pelo autor da seguinte maneira:

La Reconquista tiene de manifestación histórica de una deliberada voluntad de los cristianos, constituidos en herederos de los visigodos, e recuperar un espacio ocupado por musulmanes (...) es simple resistencia de los pueblos del Norte frente a un poder meridional, que, desde el punto de vista cultural, en su más amplio sentido, podría aparecer ante los primeros como un heredero romanos y visigodos (...) la tercera postura tiene a oscurecer el vocablo Reconquista para considerar el proceso implícito en él como la manifestación más ostensible de la expansión de la formación económico-social feudal (GONZÁLEZ JIMÉNEZ, 1995, p. 18).

Já as características negativas em relação à *Reconquista* são afirmadas da seguinte forma:

La Reconquista es un concepto, tan simple como falsificador (...) dirán otros, es la simple invención historiográfica que dota a ocho siglos de historia del artificial argumento de un finalismo histórico (...) es una pura invención semántica, que trata de justificar la injustificable; esto es, la expulsión de España de los musulmanes no era el suyo (IDEM, p. 18-19).

Essa vertente historiográfica apresentada por González Jiménez defende que não é possível encontrar uma relação entre os cristãos do norte da península e os monarcas visigodos, justamente pelo fato de o povo ao norte do território não ter sido dominado pelos godos. Ainda que mantivessem certas relações socioeconômicas, essas sociedades eram inimigas na esfera bélica. Dessa maneira, os protagonistas dos primeiros confrontos entre cristãos e muçulmanos não possuíam a ideia de recuperação da localidade, pois, para eles, não havia um território que havia sido perdido para os mouros.

2.1.6 A ideia de (Re)conquista presente na *Crónica latina de los reyes de Castilla e na Primera crónica general de España*

Apresentaremos, agora, o nosso entendimento em relação ao que atualmente se compreende por *Reconquista*, isto é, uma construção historiográfica forjada a partir da influência de agentes internos e externos ao território peninsular. Entretanto, a partir dos relatos feitos pelos antigos cronistas, sabemos que, naquele contexto medieval, já ocorriam confrontos entre muçulmanos e cristãos. Nesse sentido, nosso objetivo é

verificar como a *Crónica latina de los reyes de Castilla* e a *Primera crónica general de España* relatam aquele tempo histórico, posteriormente conhecido como *Reconquista*.

Os sentimentos de perda, de castigo divino e de luta em função da redenção dos pecados já haviam surgido desde a Antiguidade Tardia, após o fim do Império Romano e a chegada dos povos germânicos ao mundo latino, por isso, tais modos de sentir não se limitavam apenas à Hispânia (nome dado à Península Ibérica sob o domínio romano), na verdade, estendiam-se a todo o Império. No entanto, a perda e o castigo divino são sentidos com maior intensidade durante a Idade Média, principalmente no território ibérico, a partir da chegada dos muçulmanos, ao servirem ambos os sentimentos, nos séculos posteriores ao X, com o fim do Califado de Córdoba em 1031, de estímulos às vitórias dos cristãos. Além disso, outro movimento que impulsionou o sentimento de luta foi a propagação das cruzadas nos séculos centrais do medievo.

As raízes, bem como as noções, dos sentimentos de perda, de castigo divino e de luta pela redenção dos pecados estão presentes nas obras dos principais intelectuais romanos (São Jerônimo, Santo Agostinho, Orósio da Galícia e Prósper da Aquitânia são alguns deles), que viveram no momento histórico da chegada dos povos germânicos nas principais províncias do Império Romano. Na visão de São Jerônimo (347- 420), as invasões germânicas das províncias romanas foram compreendidas como um apocalipse gerado pelos próprios pecados cristãos:

O mundo romano desaba e ainda nossas cabeças não sabem inclinar-se (...) Sentimos desde há muito tempo que Deus é ofendido e não fazemos nada para aplacá-lo! É pelos nossos pecados que os bárbaros são fortes, é pelos nossos vícios que o exército romano foi vencido! E como se não fossem suficientes os desastres, as guerras civis matam quase mais homens que a espada do inimigo! (...) infelizes de nós, que descontentamos tanto a Deus que a raiva dos bárbaros é o instrumento de sua ira (...) (JERÔNIMO, 1956, col. 600-601).

Para São Jerônimo, os pecados romanos geraram a decadência e a ruína do Império, sendo ambas entendidas, portanto, como castigos de Deus. Os fundamentos do declínio do Império e as causas das invasões germânicas são relatados com maior preocupação e medo devido à chegada eminente dos vândalos, em 409, na Gália, e, posteriormente, na Península Ibérica. Segundo São Jerônimo:

As Espanhas mesmas, onde o perigo é iminente, temem todos os dias a lembrança das invasões dos cimbrós e tudo que as outras (províncias) têm sofrido de uma vez por todas, elas o sofrem constantemente pelo temor (IDEM, col. 365).

O reinado do Anticristo chegou, acarretando todas as enfermidades e repulsas, no entanto o opositor será vencido pela vontade de Deus “*quem Dominus Iesus interficet spiritu oris sui*” (IBIDEM, col. 1057).

Como nos demonstra São Jerônimo, o medo e o receio da chegada do “Anticristo” eram evidentes na população romana ibérica, acentuando-se ainda mais devido à invasão germânica do território. Vale ressaltar que esse fato também será abordado na *Crónica latina de los reyes de Castilla* e na *Primera crónica general de España*, ao fazerem referência à presença mulçumana no território ibérico, como destacaremos posteriormente. Tais ideias também são apresentadas por Santo Agostinho, em *Cidade de Deus*, embora em tom menos apaixonado, não tão exacerbado, como o de São Jerônimo. De acordo com Agostinho:

Seguiram-se três dias e três noites de pilhagens, incêndios, destruição, violações, torturas, carnificinas. Depois, abarrotados com os despojos, os exércitos de Alarico retiraram. Como sempre acontece em épocas de impunidade por carência de poder, muitos mostraram o bandido de que eram portadores: todos eles pilhavam, todos eles assaltavam, todos roubavam – e não só o Godo. Todos, até o mais “honesto” cidadão, até o mais alto funcionário – e não apenas o bárbaro. E não só em Roma, mas em toda a parte onde se acolhiam refugiados. Em África, por onde o terror a muito atirou precisamente aos mais abastados que têm sempre possibilidades de fuga, o próprio governo militar, o conde Heracliano, deu o mais triste exemplo do salteador: as mais ricas patrícias esperavam-nas no desembarque, prendia-as e só as restituía a liberdade depois de pagarem o resgate que lhes impunha. As que não podiam pagá-lo vendiam-nas como escravas a mercadores de terras distintas. Criou-se no espírito de todos a convicção de que Roma, a Roma eterna, era sagrada, intocável, jamais ruiaria. Daí, perante a catástrofe, o espanto de todos. Os pagãos tiraram partido da desgraça, alegando que Roma era feliz e poderosa, alargara os seus limites e se manteve enquanto os Romanos sacrificavam aos deuses e só caiu nas mãos do bárbaro quando os sacrifícios foram proibidos. Era chegado o momento das desforras. Em Sufetula, junto de Cartago, os pagãos assassinaram sessenta cristãos; em Guelma, provocaram graves motins, queimaram os bens da Igreja e mataram o presbítero. Tinha chegado o tempo, dizia-se por toda a parte, de conforme o anunciado por um oráculo dos deuses, o Cristianismo ser vencido após 305 anos de vida (AGOSTINHO, 1996a, p.73-74).

A partir do relato de Santo Agostinho, podemos perceber que os sentimentos de perda e de castigo divino, devido aos pecados cometidos pelos homens daquele contexto, já estavam presentes antes mesmo da chegada dos mouros à península. Por isso, sempre se deveria lutar com o intuito de alcançar a redenção dos pecados. No entanto, esses sentimentos se acentuaram, principalmente entre os religiosos, a partir da

chegada dos muçulmanos, dando origem ao que a historiografia vai chamar futuramente de *Reconquista*.

Assim, a fim de compreender tais sentimentos no contexto medieval ibérico, apresentaremos cinco justificativas para a invasão muçulmana a partir de nossa interpretação da *Primera crónica general de España*, obra elaborada no século XIII, momento em que a ideia de expansão cristã pelo território, até então dominado pelos mouros, já estava enraizada. A primeira justificativa, sempre de acordo com a *Primera crónica*, diz que “Dios fiere et castiga a los sus fijos peccadores por algum tempo, mas la cristandad se levantará” (PCGE, 1955, p. 322), ou seja, trata-se exatamente de um castigo divino, tal como nas causas da queda do Império Romano. A segunda refere-se ao fato de os visigodos terem perdido o costume pela guerra, pois haviam encontrado uma terra pacífica para estabelecer o seu reino (PCGE, 1955, p. 330). Já a terceira faz alusão à atuação dos guerreiros: “cavaleros con mucho atrevimiento et esforço” (PCGE, 1955, p. 338). A quarta justificativa aponta para a grande habilidade muçulmana na manipulação de armas, fato que valoriza a resistência dos primeiros cristãos diante da chegada dos mouros ao território. E, finalmente, a quinta liga-se a uma traição arquitetada pelos judeus da região, ocorrida quando o rei visigodo Sisebuto (565-621) obrigou-os a se converterem ao cristianismo pouco antes da invasão muçulmana, justificando, assim, a traição dos judeus (PCGE, 1955, p. 313-316).

Por meio dessas justificativas, bem como do que já havíamos relatado com São Jerônimo e Santo Agostinho, torna-se possível perceber que grande parte das explicações faz alusão a um passado comum, ligado à província romana Hispânia e não propriamente aos visigodos. De acordo com Carlos Roberto Nogueira:

Nenhum comentário existe – ou sobreviveu – do lado dos derrotados. Ao contrário das invasões bárbaras que provocaram um grande número de lamentações, pela perda do Império nas mãos bárbaras, parece que ninguém lamentou o fim do Reino visigótico. Sinal aparentemente claro de que não havia uma perda a ser carpida (NOGUEIRA, 2001, p. 277).

Nogueira demonstra que a queda do reino godo não foi lamentada imediatamente, diferentemente da do Império Romano, que teve uma rápida aclamação a partir dos diversos nomes ligados à Igreja de Roma. Dessa forma, a imagem visigoda só vai ser utilizada séculos depois da entrada dos muçulmanos na península. Conforme apresentado por Nogueira, nas crônicas e histórias elaboradas por volta do milésimo ano do nascimento de Cristo, os cristãos peninsulares buscavam sobreviver e até mesmo

conquistar áreas que estavam sob o domínio muçulmano. Na verdade, não tinham a consciência de reconquistar, recuperar algo que havia sido perdido (IDEM, p. 277-295).

Nas obras e documentos escritos até o século X são apresentados, entre outros assuntos, a ocupação islâmica da península e movimentos de reação cristã, os quais visavam tanto se proteger do inimigo como enfrentá-los e vencê-los, conseguindo, dessa maneira, ampliar as suas áreas de domínio. Nas palavras de Nogueira:

Ocupada a Península pelos muçulmanos, as fontes permanecem caladas. As primeiras referências às invasões em textos hispano-cristãos datam do final do século IX e começos do século X. Um dos poucos relatos contemporâneos, o Anónimo Mozárabe de 754, não traz a menor referência à criação de um reino cristão nas Astúrias, apenas a rapidez e a facilidade com que o reino visigótico havia sido tomado. [Espanha havia perecido], segundo as expressões das mais primitivas fontes hispano-cristãs. Ao longo do século seguinte e de maneira misteriosa, o secular processo de resistência dos montanhosos do Norte, vai sendo transformado provavelmente por monges mozárabes egressos de Al-Andalus, em rebelião, reação e posteriormente no século X, [salvação da Espanha] (IBIDEM, p. 279).

Portanto, a partir do que aponta Nogueira, podemos compreender que a ideia de uma luta contra os muçulmanos, visando à recuperação dos territórios anteriormente pertencentes aos visigodos cristãos, teve seu início entre o fim do século IX e começo do X, quando o projeto invasor se consolida. Seguindo ainda a linha apresentada por Nogueira, há vários autores que exploram a noção do efetivo processo de recuperação dos territórios cristãos após o século X, o qual foi se afirmando progressivamente após a fragmentação da unidade muçulmana, Al-Andalus, no território peninsular.

Para Adeline Rucquoi, em *História medieval da Península Ibérica*:

A guerra contra o infiel, a reconquista, que se torna uma guerra santa igualmente dos fins do século XI, é uma realidade e tem uma história. Mas foi igualmente um mito em que se baseou a justificação do poder dos reis e tem uma função unificadora. Para além das diferenças e das rivalidades, das guerras entre Portugal e Castela, entre Castela e Aragão ou Navarra, para além ainda da flutuação das relações de uns e outros com o reino de Granada, todos os cristãos do Norte da península se identificavam na luta contra o Islã, participando de um mesmo “projecto” militar, religioso e econômico, projecto “existencial” que se tornou “essencial”. A reconquista, mito e realidade, fundaram assim ao mesmo tempo um conceito de poder e uma prática deste, uma hierarquização da sociedade em função de critérios militares, a organização de um espaço que não era fechado, e uma visão específica das relações entre o cristão e o seu Criador, que colocava a Igreja numa situação de sujeição ao poder civil (RUCQUOI, 1995, p. 216).

A ideia de recuperação do território cristão, ou a *Reconquista* para a historiografia contemporânea,⁹ junto da qual estava presente um projeto de unificação cristã na luta contra os infiéis, ou muçulmanos, está presente na *Primera crónica*. Nela, podemos verificar como, sem que o termo apareça explicitamente, a noção de *Reconquista* foi apresentada no século XIII, período da elaboração da crônica, e como os relatos dos acontecimentos anteriores foram vistos a partir dessa luz. Como exemplo dessa perspectiva, utilizamos o testamento de Fernando III, “o Santo” (1201-1252), no qual deixou explícito ao seu filho, Alfonso X, que a conquista de territórios era uma missão a ser continuada. Conforme o testamento do monarca:

Et dixol mas “fijo, rico fincas de tierra et de muchos buenos vassallos, mas que rey que en la cristiandat ssea; punna en fazer bien et ser buenno, ca bien as con que” Et dixol mas: “Ssennor te dexo de toda la tierra de la mar aca, que los moros del rey Rodrigo de Espanna ganada ovieron; et en tu sennorio finca toda: la una conquerida, la otra tributada. Sy la en este estado en que te la yo dexo la sopieres guardar, eres tan buen rey commo yo; et sy ganares por ti mas eres tan bueno commo yo (PCGE, 1955, p. 772-773).

Com base nesse relato evidencia-se que, no século XIII, o uso da guerra para conquistar o território é uma prática. Na *Primera crónica*, encontramos vários relatos que tratam de confrontos entre mouros e cristãos, geralmente destacando o poderio e a bravura dos cristãos diante dos muçulmanos. Neles, não é mencionado o termo *Reconquista*. É importante lembrar que a crônica referida tem entre os seus objetivos legitimar o poder cristão na península e é nesse sentido que veremos a ideia de *Reconquista* projetada nos primeiros confrontos entre mouros e cristãos.

⁹ O medievalista Phillippe Contamine ao estudar as guerras durante o período medieval em sua obra, *La Guerra en la Edad Media*, apresenta algumas especificidades exclusivas do mundo ibérico. Contamine compartilha da mesma ideia que compreende que a *Reconquista* de fato se concretizou após o século X, afirmando da seguinte forma: “El reino de Asturias trasladó su capital a una ciudad menos alejada León, a comienzos del siglo X. (...) A comienzos del siglos XI, la España musulmana se fragmentó en varios emiratos, los “reinos de taifa” con un nivel cultural bastante brillante, pero incapaces de hacer frente unitariamente al empuje cristiano. En la misma época, la Península Ibérica salía de su aislamiento con respecto al conjunto de la cristiandad. Numerosos peregrinos comenzaron a visitar el sepulcro del apóstol Santiago en Compostela. Aparecieron también los primeros caballeros franceses, dispuestos a luchar contra los infieles, en una atmósfera que anuncia ya la cruzada y de la que son testimonio las primeras canciones de gesta. Castilla convertida en reino desde 1035 y poco después unida a León, tomó la iniciativa. La Reconquista adquirió un nuevo ritmo, asumiendo un carácter más audaz y sistemático” (CONTAMINE, 1984, p. 70-71). Por meio do que nos mostra o medievalista, podemos perceber que não foi somente a fragmentação do território de Al-Andalus que influenciou no processo de *Reconquista* ibérica, pois outro aspecto a ser também destacado (o qual pensamos trabalhar futuramente) é a influência tanto de agentes internos como externos em tal processo de luta entre cristãos e muçulmanos.

Como exemplo, apresentaremos, na sequência, o relato referente à batalha de Covadonga, ocorrida em 722, nos primeiros tempos da presença muçulmana na Península Ibérica. Segundo a crônica:

Ell arcobispo Oppa llegosse un dia a la cueva en un mulo en que andava, e comenco de dezir a Don Pelayo con sus palabras mansas et falagueras pero enganosas, assi como sil pessasse del crebanto de los cristianos, cuendandol enganar assi como fiziera ya a muchos cristianos, e dixol assi: (!Ay Pelayo!, bien sabes tu quan fue siempre tu quan grand fue siempre el prez et el poder de los godos en Espanna, ca maguer que ovieron guerra con los romanos et los barbaros nunqua fueron vencudos; mas agora sonlo ya por el iuyzio de Dios, et toda su fuerca crebantada et aterrada. Pues di, agora .en que te esfuerças? Por que assi te encerreste aqui en esta cueva con unos pocos de omnes et cuedas revellar et deffendert a los alaraves, quando el rey Rodrigo con toda la cavalleria et la yente de los godos non los pudo sofrir) (PCGE, 1955, p. 322).

Neste relato, verificamos que um bispo, aliado dos muçulmanos, procura evitar a ocorrência do confronto entre Pelayo e os invasores. Contudo, o bispo não tem sucesso em sua tentativa e, portanto, o conflito é justificado na crônica a partir da intervenção divina. Essa ideia é apresentada por meio de uma descrição do lugar da batalha, pois, de acordo com o cronista, o referido lugar parece ter sido feito por Deus a fim de proteger os cristãos, colaborando, assim, com o triunfo da vitória dos protegidos de Cristo (ZABALO ZABALEGUI, 2004, p. 715-727). Além disso, vale afirmar que o fragmento também não apresenta a denominação de *Reconquista* para os feitos cristãos.

Na *Primera crónica*, Pelayo é retratado como um homem de grande fé em Deus, sendo apresentado, ainda, como uma pessoa que corretamente segue os costumes. Para fortalecer a ideia da proteção divina, vivenciada pelos cristãos nessa batalha, o cronista faz uma comparação entre o ocorrido em Covadonga e a passagem bíblica na qual Moises triunfa sobre o faraó. De acordo com a *Primera crónica*:

E rogarn todos sus coracones a Sancta Maria que los ayudasse et los acorriesse et se amercendeasse de la cristiandad. Las piedras et las saetas et los tragazetes que los moros alancavan a los de la cueva, por virtud de Dios tornavanse en ellos mismos et matavanlos; e por el ivzio de Dios et por este miraglo tan nuevo que dezimos morio alli mas de veynte Mill delos moros, e los que escaparon dalli fueron de guisa buelto et toruado quenon sabien de si parte nin mandado. E este nuevo miraglo daquello affogamiento fizo Dios a pro de los cristianos de Espanna pora librarlos dell grand crebanto et dell astragamiento de los moros en que estaban, assi como fizo a los fijos de Israel quando les saco del cativerio del Pharaon rey de Egipto et affogo a ell et a todos los suyos en la mar. Vitiza; e de qualquier destos que fuesse, sabida cosa es que fue arcobispo de Sevilla et despues de Toledo, pero non con derecho como deviera (PCGE, 1955, p. 322).

Outro fato é o seu parentesco com Rodrigo, herdeiro do trono godo que não governou devido à invasão moura. Isso é relevante, pois, dessa maneira, se procura estabelecer um elo entre o monarca, possivelmente, de direito que não reinou e aquele que deu início ao processo posteriormente chamado pela historiografia de *Reconquista*.

Enfim, as justificativas para a luta contra os muçulmanos têm como pressuposto a utilização do passado visigótico cristão e a ideia de uma união dos reinos cristãos nas lutas contra os mouros. São esses, portanto, os alicerces para o desenvolvimento do que futuramente a historiografia irá denominar como *Reconquista*. De outro modo, mesmo que a palavra “reconquista” não tenha aparecido em documentos elaborados durante o período medieval, os historiadores encontraram ideias e expressões que, segundo eles, demonstram que os medievais tinham consciência de uma ideia de perda e, por isso, as batalhas contra os muçulmanos tinham como propósito recuperar o território. Para tanto, era necessária a união entre os reinos cristãos frente ao inimigo comum, os mouros.

3 AS MONARQUIAS MEDIEVAIS: ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO ATRAVÉS DAS GUERRAS E DO PODER DE CURA

Tradicionalmente, os estudos sobre política e monarquia na Idade Média tendem a seguir alguns padrões, tanto no âmbito das fontes como também na historiografia. No âmbito das fontes, normalmente são utilizadas, entre outras obras, as de Santo Agostinho de Hipona (354-430) e as de São Tomas de Aquino (1225-1274), as quais abordam o comportamento régio em relação à monarquia e à Igreja, além do tratamento dado pelos monarcas aos seus súditos. Para a Baixa Idade Média, destacam-se, entre outras, as fontes chamadas de “Espelho de Príncipe”, as quais são uma espécie de código de conduta régia, tangenciando as relações dos monarcas com a sociedade, a nobreza, a Igreja e as diversidades presentes no período em que foram escritas.

No campo da historiografia, destacam-se duas obras clássicas, *Os Reis Taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra*, de Marc Bloch, e *Os dois corpos do rei: um estudo sobre a teologia política medieval*, de Ernst H. Kantorowicz, ambas discutem a monarquia e a política na Idade Média. Entretanto, como tais obras abordam localidades específicas, como a Inglaterra e a França, em relação ao reino de Castela, apresentaremos alguns apontamentos a partir da obra *Fundamentos ideológicos del poder real em Castilla (siglos XIII-XVI)*, de José Manuel Nieto Soria.

Em sua tese de doutorado *Teoria política e poder régio em Castela, 1252-1284*, Almir Marques de Souza Junior afirma que as principais compreensões sobre o medievo e a política estão estruturadas na historiografia em quatro pontos fundamentais:

- 1) A história política como narrativa, que nada mais é do que a “velha” prática historiográfica criticada veementemente pelos *Annales*.
- 2) A história política centrada nas motivações psicológicas e nas ideologias como forma de explicar as práticas políticas contemporâneas.
- 3) Uma história política focada nas teorias do poder e no discurso político; e, por fim,
- 4) Uma história política voltada para o estudo das crenças políticas e de suas manifestações na longa duração (SOUZA JUNIOR, 2014, p. 33).

No presente capítulo, procuramos compreender algumas questões acerca das monarquias medievais ibéricas, como, por exemplo, quais as principais características que diferenciavam as monarquias europeias ou como elas se diferenciam umas das outras; por que as monarquias ibéricas não se adéquam aos estudos historiográficos de Bloch e Kantorowicz; qual o fator que legitimava e justificava as monarquias da

península; como a monarquia aparece na *Crónica latina de los reyes de Castilla* e na *Primera crónica general de España*; e, finalmente, qual a diferenciação dos reis peninsulares em relação às outras partes da Europa. Tomando tais indagações como base, poderemos, assim, compreender alguns aspectos das monarquias ibéricas e suas peculiaridades.

3.1 O poder na Idade Média: as relações régias

Segundo Jacques Le Goff e Jean-Claude Schmitt, a historiografia, que atualmente aborda o poder régio durante a Idade Média, é pautada por três recortes interpretativos situados como denominadores comuns para toda a Europa. De acordo com os historiadores, o primeiro é expresso pela “época carolíngia, quando o rei torna-se um rei unguindo e um rei ministerial”; o segundo “entre 1150 e 1250, quando aparece um rei administrativo em face de três realidades (a Coroa, o território e a lei)”; e o terceiro “ao final do período, quando o rei encontra-se diante do Estado sacralizado” (LE GOFF; SCHMITT, 2002, p. 395).

Já a política, no período medieval, é pautada, pela ótica de Michel Senellart, por três momentos: a) após Santo Agostinho ocorreu a diferença entre rei e tirano, “reger (dirigir, governar, comandar) e dominar, que desenvolva a antítese do rei e do tirano. Reger, a atividade de reger, de conduzir um povo, é, portanto, o contrário da dominação” (SENELLART, 2006, p. 20). Com tal prerrogativa apresentada pelo autor, fica evidente que a Idade Média desenvolveu formas específicas de “governar”. Outra temática que Senellart apresenta refere-se à ideia de um governo em construção, em que se abandona a velha mentalidade vigente desde Platão, b) “do rei piloto que governa a nave do Estado, segue uma rota e busca a um porto. O príncipe maquiavélico não *dirige* mais, ele domina. Ele reina um mundo sem objetivo, entregue às relações de força” (IDEM, p. 21). Dessa forma, para Senellart, o príncipe não é um navegador, mas uma pessoa que comanda o território. E o último ponto que o autor apresenta é: c) os medievais desenvolvem uma nova proposta de governo, sendo ele a “arte de conciliar os interesses particulares, e realizar a maior soma possível de forças” (IBIDEM, p. 22). Segundo Senellart:

Rex est imperator in regno suo “O rei é imperador em seu reino” (...) vários séculos, a reflexão medieval sobre a origem, a natureza, o exercício do poder desenvolveu-se em torno, não dos direitos vinculados a função soberana, mas dos deveres ligados ao ofício do governo (*regimen*). A continuidade das instituições monárquica, desde os reis bárbaros, não deve ser motivo de engano. Historicamente – no

plano das representações que modelaram o pensamento político – o governo precedeu o Estado (IBIDEM, p. 23).

Com base na prerrogativa apresentada por Senellart, ficam evidentes as especificidades das políticas medievais. Outro fator possível de compreender é o “ódio que enfraquecera sob o Império, (...) especialmente por influência cristã, que indica a vontade de confundir *rex* e *imperator*. Mas o rei medieval aparece como produto de uma ruptura de uma inovação em matéria política” (LE GOFF; SCHMITT, 2002, p. 395, grifos dos autores), pois diferentemente do imperador de Roma, que tinha sua autonomia, o monarca agora dependia da Igreja para poder governar.

Nesse sentido, evidencia-se a preocupação dos medievais em diferenciar o monarca do tirano, bem como a busca para a pontualidade do poder dos monarcas. Tal pressuposição em relação ao rei também foi trabalhada, por Bernard Guenée, na obra *O ocidente nos séculos XIV e XV*, em que o autor afirma a diferença entre um bom governante e um tirano. Guenée aborda tal prerrogativa da seguinte forma:

No fim da Idade Média foram bem raros os que as sustentaram; pois quase todos os teóricos medievais pretenderam fixar limites ao poder do príncipe. (...) admitia-se, certamente, que o rei, em seu reino era o *dominus*, possuir o *dominium* lhe dava um direito de proteção e não de propriedade, e, decerto, não lhe outorgava o direito de dispor dos bens de seus súditos e, portanto, de taxá-los. Quanto ao *legibus solutus* e ao *quod principi placuit*, quase todos concordavam em admitir que o rei era levado a observar a Lei, não por qualquer sanção judiciária exterior, mas simplesmente por sua boa vontade e por seu senso inato de justiça (GUENÉE, 1971, p. 128).

Tomando os dizeres de Guenée como alicerces para política medieval, percebemos a importância do rei e como deveria ser sua relação com o seu reinado, bem como, no *Dicionário temático do ocidente medieval*, nota-se que os receios de ter um tirano no poder eram evidentes. Nesse sentido, buscou-se desenvolver propostas que evitassem a tirania e, por isso, os clérigos sempre buscaram a limitação do poder do rei, com o objetivo de que o monarca não se tornasse tirano e passasse para o lado maligno, vinculado ao demônio. Os monarcas, desta maneira, possuíam deveres em primeiro lugar com Deus e com os sacerdotes da Igreja e, em segundo lugar, com os súditos e o povo (LE GOFF, 2008, p. 221).

Segundo Senellart, no *Liber de Regimine Civitatum*, elaborado no século XIII por João de Viterbo¹⁰, no território hoje conhecido como Itália, é possível encontrarmos oito causas do poder estrutural. Esses pontos são, de acordo com o próprio Senellart:

(1) *Regimen* significa primeiramente a direção (*gubernatio*) da cidade, como a do navio para o marinheiro: consiste na utilização dos meios apropriados para conduzir a cidade, assim como o piloto se serve do leme e do mastro para montar sua rota. (2) Designa igualmente a ação de conter (*sustentatio*) os homens, como se freia um cavalo com a rédea para impedir que sua velocidade o lance num precipício, (3) a justa medida (*temperies*) que devem se impor os que entram em cólera excessiva (essa regra se aplica particularmente aos juízes), (4) a moderação (*moderatio*) não na acepção, mas enquanto ato de conduzir, dirigir o homem para afastá-los do mal; também aqui o termo é empregado para a condução do cavaleiro cuja marcha é regulada pela rédea. (5) Chama-se *regimen*, além disso, a guarda ou proteção atenta (*custodia*) da cidade (passagem do vocabulário náutico ou equivalente da condução ao militar da vigilância, sem nenhuma conotação pastoral), (6) a ação de reger ou dirigir (*regere*) – está aí, segundo o autor que evoca a etimologia de Isidoro de Sevilha, (7) o governo, (8) enfim a administração da cidade (*administratio*), não enquanto órgão, mas enquanto dignidade (*honor muncipalis*) (SEHELLART, 2006, p. 26).

Ao nos referirmos a essas oito regras como bases para a política medieval, ficam manifestadas as características específicas do governante no medievo. O principal ponto a ser considerado pelo referente refere-se à metáfora feita em relação ao capitão de um navio, que deveria ser sempre firme e sábio em suas decisões, pois se trata do regente escolhido por Deus para tal função. Tendo como embasamento essa passagem dos oito pontos apresentados por Senellart, é possível compreender como as monarquias eram importantes durante o período medieval. Na busca pelo exemplo ideal durante o período medieval, alguns historiadores, como Ellen Meiksins Wood e Almir Marques de Souza Júnior, se embasaram na utilização da história como objeto legitimador das monarquias europeias medievais.

¹⁰ João de Viterbo (*Liber de regimine civitatum*, de 1260) nos leva a perceber que a ‘ciência civil’ (*civilis scientia*), entendida nos termos da época, reivindicava outra categoria do fazer político, ausente a partir do século XVI; segundo Viroli, podemos chamá-la de *educação moral do governante*. Isso porque o aprendizado retórico não era apenas um exercício de declamação de discursos na assembleia, mas um processo pedagógico (individual e coletivo) em que os homens envolvidos na política procuravam adquirir a *sapientia* que, segundo os antigos romanos, como Cícero, constituía o homem público por excelência. Enrico Artifoni já dizia que “palavra, moral, sociedade e política são conjugadas em um mesmo tratado, que dá espaço também a alguns modelos de discursos (...), mas exclui a normativa sobre a construção técnica de uma *concione*” (MIATELLO, André Luis Pereira. O rei e o reino sob o olhar do pregador: Vicente de Beauvais e a realeza no século XIII. *Revista Brasileira de história*. São Paulo, v. 23, n. 63, 2012, p. 229-230).

Wood, em um de seus últimos trabalhos, *Citizens to Lords: A Social History of Western Political Thought from Antiquity to the Middle Age*, afirma a importância de autores clássicos da teoria política, como Platão, Aristóteles, Santo Agostinho, São Tomás de Aquino, Maquiavel, Locke e Hobbes, visto que cada um possuía uma concepção própria de como organizar a sociedade e o governo. Aquilo que os pensadores acreditavam ser “correto” estava sendo, portanto, embasado em códigos de moral e de justiça, os quais deveriam, na verdade, refletir práticas daquilo que é fundamental e necessário para o desenvolvimento social, para a paz e para a moral da sociedade em seu contexto histórico.

Segundo Souza Junior, tais aspectos são apresentados da seguinte forma: “a) pluralidade de valores e de prioridade que cada um deles dava a diferentes aspectos de uma vida em sociedade; b) a existência de uma clara inserção destes atores sociais nos conflitos de classe existente no momento histórico em que estava inserido, posicionamento este decorrente das posições destes homens como sujeito social” (SOUZA JUNIOR, 2014, p. 45).

Outro ponto destacado por Wood, referente às ideias políticas, aponta para a existência de fortes raízes entre o mundo antigo e o medieval, que podem ser identificadas pelo legado dos pensadores da antiguidade do direito romano, além do desenvolvimento do cristianismo.

Nós devemos também procurar diferenças entre os diversos padrões de relações de propriedade e os diversos processos de formação do estado que distinguiam uma sociedade europeia da outra e produziam diferentes padrões de questionamento teórico, diferentes conjuntos de questões para os pensadores políticos abordarem¹¹ (WOOD, 2008, p. 13).

Muitas das tradições medievais sobre a política tinham suas origens na antiguidade, o que para Souza Junior é justificado da seguinte forma:

A mais importante perspectiva que devemos rever para a nossa análise consiste em se desprender da noção de que a sociedade medieval como um todo nasceu dos escombros do Império Romano ou que suas características foram introduzidas pelos povos germânicos. Do ponto de vista das ideias políticas, há uma forte continuidade entre a antiguidade e o medievo que pode ser percebida pelo legado existente tanto dos pensadores da antiguidade, como também do direito romano

¹¹ Tradução livre de: We must also look for differences among the various patterns of property relations and the various processes of state-formation that distinguished one European society from another and produced different patterns of theoretical interrogation, different sets of questions for political thinkers to addresses.

e do próprio cristianismo. É claro que a ênfase nestas continuidades não significa que tenhamos que ignorar as transformações sociais que ocorreram, mas convida-nos a perceber o surgimento e o desenvolvimento da sociedade feudal não como um ponto de inflexão na história do Ocidente, mas como parte de um processo histórico contínuo. (...) A relevância de uma investigação detalhada das condições históricas em meio as quais um pensamento político foi elaborado atrela-se ao fato de que mesmo as obras consideradas como “clássicos” da teoria surgiram em momentos específicos da história (SOUZA JUNIOR, 2014, p. 47-48).

Com base nos textos de Michel de Senellart, Ellen Meiksins Wood e Almir Marques de Souza Junior, é possível inferir que os monarcas medievais seguiram alguns padrões cuja origem encontra-se na antiguidade, como a sabedoria dos reis e o caráter bélico das monarquias. Além disso, seguiram padrões desenvolvidos na Alta Idade Média, como a relação dos monarcas com o campo terreno e o espiritual e com alguns aspectos bélicos, expressos na atitude dos reis como defensores e responsáveis pela expansão da doutrina cristã, como, por exemplo, Carlos Magno.

Sendo assim, evidencia-se o motivo pelo qual em cada localidade da Europa as monarquias apresentaram suas divergências, pois, em alguns lugares, como na Península Ibérica, por exemplo, devido à presença dos muçulmanos, o rei deveria lutar para proteger ou recuperar seus territórios. Já outros lugares, como a França, a Inglaterra e a Alemanha “atuais”, apresentavam outras características, que foram fundamentais para o desenvolvimento dos reinados em questão e são bases para os trabalhos clássicos sobre a historiografia ligada às monarquias medievais (Marc Bloch e Ernst H. Kantorowicz). Com isso, buscamos entender quais são as propriedades dessas monarquias, que não são atribuíveis ao mundo peninsular.

3.2 As funções taumaturgas e os dois corpos do rei, inexistência no mundo ibérico

Anteriormente, a partir de alguns autores contemporâneos, demonstramos a forma pela qual as monarquias na Europa medieval foram estruturadas. Passamos, então, para algumas especificidades sobre as monarquias, conforme apresentadas em duas obras clássicas da historiografia sobre essa temática: *Os reis taumaturgos*, que é um estudo de Marc Bloch sobre o caráter sobrenatural atribuído ao poder régio, particularmente na França e na Inglaterra, e *Os dois corpos do rei*, que é uma investigação de Ernst Kantorowicz sobre a teologia política medieval. Com isso, pretendemos compreender o motivo pelo qual tais clássicos não são modelos presentes

na Península Ibérica para, a partir disso, entender o que vai caracterizar as monarquias ibéricas, principalmente a castelhana.

Segundo Filho (2005, p. 97), “numa sociedade que necessita de visões e milagres, a veneração das coisas santas, mártires, relíquias e imagens, chegavam a se constituir numa forma de superstição: acreditava-se nelas e, mais ainda, esperava-se que elas fossem eficazes”. Quanto a isso, Le Goff afirma, em *Uma longa Idade Média*, que:

O rei só podia ser o eleito designado por Deus, aquele que recebe a unção da sagração na tradição judeu-cristã (o setenário dos sagração real da lista dos sacramentos). O esforço de alguns clérigos nos séculos XII e XIII para fazer dos reis “a imagem de Deus” teve sucesso apenas relativo. A tentativa de fazer dele um “rei-sacerdotal” (*rex et sacerdos*) e dar-lhe como modelo bíblico Melquisedec, “rei de Salém” e “sacerdote do Deus Altíssimo” (Gênesis 14,18), não teve vida longa nem na Bíblia, nem no cristianismo, nem na ideologia cristão do Ocidente medieval, apesar dos esforços de alguns clérigos a serviço do imperador (LE GOFF, 2008, p. 221).

É possível perceber, no fragmento supracitado, a relação entre a monarquia e Deus, que se torna muito mais profunda ao buscarmos compreender a metáfora corporal tal como foi estudada por Ernst H. Kantorowicz, em *Os dois corpos do rei*, visto que, para ele, o rei apresentava não somente um corpo terreno, mas também um corpo espiritual. Com isso, Souza Júnior afirma que “a natureza bicéfala seria composta por um corpo físico natural, moral e imperfeito, tal como o dos demais homens, e um corpo místico, imutável no tempo, ligado a esfera do sagrado e as figuras do Cristo e do Criador” (SOUZA JUNIOR, 2014, p. 38).

Tal metáfora teve origem na literatura enciclopedista e didática desenvolvida no século XIII, a qual, embasando-se em Aristóteles e em sua relação com os astros, procurava converter o corpo em metáfora simbólica do universo. Esses simbolismos se articulam, principalmente durante a antiguidade, em torno do sistema *caput-venter-membra*, cujos termos são: cabeça, entranhas, membros. Sendo assim, por meio dessa metáfora, usada na Idade Média, ocorreu o gênesis no mundo antigo (LE GOFF; TRUONG, 2003, p. 130).

O desenvolvimento dessa reflexão teórica entende que “o rei está à testa deste corpo social (...) e os partidários do rei fazem do monarca o coração: sustentam a superioridade desse órgão, produtor e regulador do sangue na sociedade, sobre a cabeça, que comandaria apenas o sistema nervoso” (LE GOFF; SCHMITT, 2002, p. 397). Para demonstrar melhor a tese, usaremos a obra *Os dois corpos do rei*, na qual Kantorowicz constrói uma relação entre os corpos do monarca no campo terreno e no espiritual:

nos corpos natural e místico, pessoal e corporativo, individual e coletivo, de Cristo – parece encontrar-se o precedente exato dos “dois Corpos do Rei” (...) aplicou a metáfora do corpo humano com grande precisão ao *corpus mysticum*, cuja cabeça era Cristo e cujos membros eram os arcebispos, bispos e outros funcionários da Igreja. Em outras palavras, a imagética antropomórfica era transferida, como consequência natural, a Igreja como “corpo místico de Cristo” em um sentido espiritual, e igualmente a Igreja como um organismo administrativo também chamado de *corpus mysticum* (KANTOROWICZ, 1998, p. 128-129).

De acordo com Kantorowicz, podemos compreender como acontece a ligação entre as esferas monárquica e religiosa, demonstrando, portanto, a dependência de ambas as estruturas, eclesiástica e política. Essa dependência se dava por conta da manutenção e existência tanto do clero como da monarquia e, portanto, a construção da metáfora do corpo baseou-se nos ensinamentos doutrinários da Igreja a fim de influenciar no desenvolvimento da maneira de pensar e apresentar a própria monarquia. De acordo com o estudo de Kantorowicz, a divisão remete ao fato de que, tal como no corpo humano, para cada parte existe uma função no corpo social. Desse modo, a posição central atribuída ao coração representa a evolução do Estado monárquico, no qual o mais importante é a hierarquia vertical expressa pela cabeça. O coração é o órgão principal por nobreza, visto que todos os outros membros do corpo dependem do sangue vital e do calor do espírito, por isso, e também por localizar-se no meio do peito, tem papel fundamental no modo de ação do monarca com o seu reino. Já o corpo místico político do reino deve obedecer à cabeça, que representa o princípio de uma unidade essencial que garante a ordem social, sendo o membro principal a ser obedecido, dado que uma sociedade sem cabeça seria, contudo, totalmente monstruosa e anárquica (LE GOFF; TRUONG, 2003, p. 142).

Em algumas localidades, a monarquia apresentava uma ligação ainda maior com Deus, por exemplo, na Inglaterra e na França, onde as esferas monárquicas possuíam características sagradas. Na França, especificamente, foi difundido que o rei possuía o poder de curar certas doenças, crença que motivou Marc Bloch a realizar uma ampla pesquisa que resultou na obra *Os reis taumaturgos*. Neste livro, Bloch apresenta o poder de cura que os reis possuíam e como essa ação legitimava e justificava essas monarquias. O ritual de cura das escrófulas¹² era fundamental para a legitimação das

¹² “Com os termos *écrouelles* ou, mais frequentemente, *scrofule*, que é apenas uma forma erudita do primeiro (os dois, tanto popular quanto erudito, derivam do latim *scrofula*) os médicos designam hoje a adenite tuberculosa, ou seja, as inflamações dos gânglios linfáticos provocadas pelos bacilos da tuberculose. (...) todas essas afecções eram uniformemente chamadas de *écrouelles* em francês *scrofula*”

monarquias da França e da Inglaterra, pois, considerava-se que os monarcas eram escolhidos diretamente por Deus com o intuito de cumprirem a função régia. Como parte dessa função, estava a cura das escrófulas, cuja atividade funcionava como instrumento de divulgação da monarquia por meio da ação curativa exercida por seu representante maior, ou seja, o próprio rei.

Os rituais de cura só aconteciam em algumas épocas do ano e tais datas estavam vinculadas ao calendário cristão, por exemplo, Natal e Páscoa. Entretanto, os enfermos normalmente não podiam esperar pelas datas especiais e, por isso, passaram a ser realizados os ritos dos anéis curativos, os quais em uma cerimônia ao entrarem em contato com o monarca tornavam-se objetos com propriedades curativas também. Esses anéis tiveram uma enorme importância para aquelas monarquias, pois, além de curar, eram usados para mostrar o poder do rei nas localidades mais longínquas dos reinos. Bloch demonstra que a legitimidade a essa crença foi dada por homens que, de alguma maneira, estavam relacionados a Jesus Cristo:

Não é de surpreender que, quando a fé na virtude miraculosa dos *crampreings* atingiu seu apogeu, tenham-se procurado para eles patronos legendários. A excelsa figura de José de Arimatéia (o discípulo ao qual, segundo os Evangelhos, coube à honra de sepultar o Crucificado) domina a história poética do cristianismo inglês. Pois autores afirmam que José de Arimatéia fora o primeiro a anunciar a Boa Nova aos povos da Ilha Britânica – crença lisonjeira a uma Igreja em busca de origem quase apostólica. A partir da Idade Média, os romances da Távola Redonda haviam feito que tal história se tornasse familiar a um vasto público. Imaginou-se que essa prestigiosa personagem trouxera para a Inglaterra, junto com vários belos segredos retirados dos livros de Salomão, também a arte de curar os epiléticos por meio dos anéis. Pelo menos, essa foi a tradição (em sua origem, provavelmente inglesa) (BLOCH, 1993, p. 133).

Durante o medievo, percebe-se a existência de um forte vínculo entre as monarquias e a Igreja, cuja doutrina colaborava para justificar e legitimar a realeza. Os trabalhos de Bloch e Kantorowicz são relevantes, nesse contexto, porque apresentam um extenso campo de questionamentos referentes ao mesmo período nos territórios estudados pelos respectivos autores. Entretanto, tal perspectiva monárquica não coincide com a desenvolvida no espaço ibérico nos séculos pesquisados pelos autores, porque o mesmo poder de cura presente nos reis, estudados por Bloch e Kantorowicz,

ou *strumae*, em latim; de modo geral as duas palavras latinas eram consideradas sinônimas. É bom acrescentar que entre as inflamações ganglionares o maior número tem, por larga margem, origem tuberculosa; portanto, a maior parte dos casos classificados como escrófulas pelos médicos da Idade Média o seria também por nossos médicos” (BLOCH, Marc. **Os reis taumaturgos**: o caráter sobrenatural do poder régio. França e Inglaterra. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 50).

não estava presente nos monarcas ibéricos. Na península, havia outros tipos de problemas, centrados, principalmente, na presença muçulmana no território e nos frequentes confrontos entre os diversos reinos peninsulares. Assim, a divulgação e a legitimação das monarquias eram propagadas por meio de ações bélicas e expressas no campo de batalha, e não através de ações de cura realizadas pelos monarcas.

No campo bélico, a preocupação dos monarcas cristãos era, primeiramente, defender e combater o inimigo e, em seguida, conquistar os espaços então ocupados. Tal fato foi potencializado quando, em 1102, houve as convocações, advindas do outro lado do Pireneu, para os cristãos, como cruzados, irem à península. Segundo Souza Junior (2009, p. 100-101), o Papa Pascual II (1055-1118) conclamou a população cristã para que ajudasse a recuperar o território peninsular, que um dia havia sido cristão. As guerras e batalhas frequentes colaboravam na justificativa das monarquias ibéricas. Para Rucquoi:

La reconquista, empresa a la vez militar y religiosa, fue indudablemente una de las bases del poder real en la España medieval. Empresa de carácter militar, la reconquista permitió al rey ser un defensor patrio y perpetuo, un noble y un caballero, y ejercer así al más alto grado la función guerrera propia de la casta nobiliaria medieval (RUCQUOI, 1992, p. 68).

Ou seja, através dos processos de guerras contra os muçulmanos e das especificidades do mundo ibérico medieval, as monarquias peninsulares cristãs foram sendo forjadas, distinguindo-se, portanto, daquilo que apresentam os estudos de Bloch e Kantorowicz para França e Inglaterra. Para os ibéricos, os reis não possuíam raízes místicas, o que os destacava era o aspecto bélico. Fundamental para isso é o fato de o maior inimigo do cristianismo, durante a Idade Média, estar presente naquela localidade. O viés guerreiro dos monarcas era a justificativa para as monarquias.

3.3. O monarca ibérico e suas especificidades para o governo

A legitimação dada por Deus às monarquias também estava presente no medievo ibérico. Esse aspecto é apresentado por José Manuel Nieto Soria no livro *Fundamentos ideológicos del poder real em Castilla (siglos XIII-XVI)* e, também, no artigo “Origen divino, espíritu laico y poder real en la Castilla del siglo XIII”. De fato, a preocupação com a divindade da monarquia só será colocada em pauta, no final do século XIII, com o Fuero Real, elaborado a pedido de Alfonso X. Segundo Nieto Soria é:

Aceptada la condición de rey y de realeza de origen divino, la monarquía trató de sacar todas las consecuencias posibles de tal circunstancia en favor de sus pretensiones políticas. El rey adquiría el carácter de especial protegido de la divinidad, lo que incluía, no sólo a su persona, sino también, como refleja el Fuero Real, sus derechos políticos y jurídicos. La vinculación entre el rey y la justicia era el resultado de la condición regia de vicario de Dios (NIETO SORIA, 1997, p. 67).

Antes do Fuero Real, o rei possuía um aspecto pastoral, ou seja, era como um pastor de ovelhas que não se esquivava das responsabilidades de levar para o caminho correto o seu rebanho, protegendo-o. Para Nieto Soria (1988, p. 103-104), tal imagem é recorrente no imaginário político da sociedade ibérica, porque oferece uma significativa força descritiva e um vasto alcance popular em benefício da vitalidade da atividade pastoril na península.

Como demonstra Nieto Soria, os monarcas peninsulares eram formados para estarem ligados à Igreja e serem comparados a pastores, cujas imagens são recorrentes como exemplos de conduta e sabedoria na Bíblia. Ao inferir que o pastor também deveria resguardar o seu rebanho, Nieto Soria aborda, ainda, a preocupação bélica. Esse fato será fundamental para o mundo ibérico medieval após a chegada dos mouros na península, pois os cristãos deveriam lutar para se defender, se legitimar e, principalmente, conquistar território dos muçulmanos.

Dessa maneira, compreendemos por que os contatos bélicos entre muçulmanos e cristãos serão fundamentais para o desenvolvimento, legitimação e aplicação das monarquias cristãs presentes no medievo peninsular. Com isso, iremos abordar no próximo capítulo, o motivo pelo qual as guerras são autenticações das monarquias.

4 CRISTÃOS *VERSUS* MUÇULMANOS: AS FUNÇÕES DA GUERRA

No medievo ibérico, as monarquias cristãs encontraram legitimação por meio da guerra contra os muçulmanos. Inicialmente como defesa e posteriormente em função do desejo expansionista, a compreensão sobre o papel desempenhado pela guerra, na Idade Média, fortalece essa ideia. Le Goff e Schmitt, no *Dicionário temático do ocidente medieval*, afirmam que a guerra no medievo pode ser estruturada em três pontos fundamentais: a) os confrontos relacionados com as fronteiras, podendo ser expansionistas ou não; b) defesa da honra, isto é, a luta por algo perdido podendo ser uma pessoa, ou território; c) defesa da fé, podendo ser mulçumana ou cristã (LE GOFF; SCHMITT, 2006, p. 605-613).

Ainda que não houvesse uma definição social clara, pois todos deveriam pegar em armas para se defender, as batalhas eram, na Península Ibérica, fundamentais para a organização social, porque justificavam a função de um rei guerreiro dominador de armas. Seguindo tal raciocínio, as ideologias bélicas, como Guerra Justa e, posteriormente, Guerra Santa, são imprescindíveis para explicar o poder dos reis no medievo peninsular.

4.1 Guerra Justa e Guerra Santa: instrumentos legitimadores para ação guerreira dos reis medievais ibéricos

Por não pregar confrontos armados, o cristianismo é conhecido como uma religião de doutrina pacífica. As ideias pacifistas são apresentadas em partes da *Bíblia*, como demonstra o historiador Jean Flori: “Habéis oído que se dijo: Amarás a tu prójimo y odiarás a tu enemigo. Pues yo os digo: Amad a vuestros enemigos, rezad por los que os persiguen. Así seréis hijos de vuestro Padre del cielo (...) (Mateo 5, 43-45)” (FLORI, 2004, p. 14).

Portanto, movidos pelo intuito de compreender o motivo pelo qual as doutrinas bélicas se sobressaíram em relação ao pacifismo presente na doutrina cristã, apoiámo-nos em historiadores, como Jean Flori e Christopher Tyerman, que realizaram estudos destinados à Guerra Justa e à Guerra Santa, a fim de entender as raízes históricas de ambos os conceitos até sua chegada às cruzadas. Tanto para Flori como para Tyerman, as raízes dos conceitos bélicos têm suas origens nos primeiros momentos do cristianismo, antes de serem utilizados ao longo da Idade Média. Ambos os historiadores exploraram fontes como a *Bíblia*, bulas papais e documentos relacionados

à cristandade a fim de entenderem esses conceitos. Seja no “Velho Testamento” ou no “Novo Testamento”, há relatos de violência, para os quais Tyerman chama a atenção:

El Antiguo Testamento ha legado historias de guerra legítimas con las que Dios estaba de acuerdo, desde los israelíes, Josué y el rey David hasta Judas Macabeo. A diferencia de los cristianos moderno, libres de las creencias fundamentalistas de la Biblia, la iglesia medieval concedía un lugar de considerable importancia al Antiguo Testamento por su aparente historicismo, sus relatos morales, sus profecías y su prefiguración del Nuevo Testamento (TYERMAN, 2010, p. 37).

Outro aspecto abordado por ambos os historiadores diz respeito à relação que se apresenta entre o cristianismo e a influência de Roma. Embora a religião seja de caráter pacífico, Tyerman (2007, p. 41-42) afirma que, quando o Império Romano passou a aceitar a crença em um só Deus, o cristianismo, por sua vez, também incorporou elementos do Império, como, por exemplo, o legado bélico deixado pelos romanos. Então, os cristãos se adaptaram às mudanças.

Ocorrida ao longo da Antiguidade Tardia e posteriormente no medievo, a relação entre cristianismo e os meios bélicos fica mais expressa no contexto das cruzadas.¹³ Para Flori, tal relação teve suas origens com o advento da conversão de Constantino e do Império Romano.

Los gobernantes romanos tuvieron la oportunidad de tolerar a los cristianos cerrando los ojos a propósito de su pertenencia a aquella nueva religión, o, al contrario, de perseguirlos por esa única razón. (...) A despecho de las persecuciones, el número de cristianos aumentó de manera considerable en todos los medios, incluidos los soldados, lo que, como hemos visto, creo innumerables ocasiones de conflicto, sobre todo a finales del siglo III y a comienzos del siglo IV, cuando las autoridades romanas tuvieron cada vez más necesidad de guerreros para proteger el Imperio y debieron recurrir a reclutamientos forzosos. Muchos cristianos se hicieron entonces “objetores de conciencia”, negándose tanto a derramar sangre humana como a hacer sacrificios a los “ídolos” (...) Más bien parece, como señaló un apologista, ¡que la sangre de los cristianos se transformó en simiente de cristianos! (...) Todavía se estaba lejos de la guerra santa: por el momento no se trató más que del paso, fundamental, del rechazo de la guerra a su aceptación en algunos casos que conviene definir (FLORI, 2004, p. 19-20).

O cristianismo se adequou ao Império Romano, entretanto, devido às frequentes crises, no século III, e às invasões germânicas, durante a Antiguidade Tardia, percebe-se

¹³ O processo de cristianização da guerra pode ser verificado na obra *La Guerra Santa: la formación de la idea de cruzada en el occidente cristiano*, de Jean Flori.

a adaptação do cristianismo e a fusão com alguns dos valores culturais próprios dos povos aos quais se dirigiu.

Embora a ideia de Guerra Santa não estivesse presente nas religiões monoteístas (judaísmo e cristianismo), das quais Maomé se embasou para formar o islamismo, a noção mesmo assim foi introduzida no *Corão* e, dessa maneira, a *Jihad* passou a fazer parte da comunidade mulçumana. Sendo assim, devido à temática da guerra em nome de Deus, o conceito será fundamental para o medievo, porque estará presente tanto na cultura cristã como na islâmica, legitimando, portanto, as guerras medievais.

A palavra árabe *jihad* significa “esforço”, contudo, além de poder ser traduzida como “Guerra Santa”, ela também pode ser compreendida como “menor esforço” e “maior esforço”. Como “maior esforço”, o termo expressa a luta do praticante da fé islâmica consigo mesmo a fim de manter sua doutrina religiosa e, como “menor esforço”, no medievo, indica o empenho para a divulgação da religião, que passa a ser entendido como uma manifestação armada. O historiador David Levering Lewis, em *El crisol de Dios, el islam y el nacimiento de Europa (570 – 1215)*, entende *jihad* assim:

La *yihad* era un fenómeno novedoso. La palabra árabe, que designa la fuerza que fracturó el Próximo Oriente, significa “lucha” o “esfuerzo”: lucha en el interior de uno mismo, esfuerzo contra el enemigo. (...) La *yihad* árabe barrió reinos e imperios a una velocidad que los desconcertados clérigos y cronistas de la época intentaron explicar como una consecuencia de las transgresiones morales que habían invitado a la ira divina. Un milenio y tres siglos de medida europea después, los estudiosos de la conquista árabe sustituirían la mística de la Guerra Santa por el misterio de la Providencia como la razón que explicaba la derrota de los ejércitos dispuestos contra las huestes musulmanas (LEWIS, 2009, p. 111).

Por meio desse fragmento, verificamos a importância da *Jihad* para a expansão muçulmana e como a interpretação do termo pode ser ambígua, fazendo com que se justifique e se legitime as guerras em nome de Allah. Assim, compreende-se o modo como esse termo se torna forte, constituindo parte importante da expansão religiosa.

4.2 As diferenças entre Guerra Santa, Guerra Justa e Jihad

Normalmente, a violência na Idade Média é abordada como um tema habitual do período, como, por exemplo, atestam a *Crónica latina de los reyes de Castilla* e a *Primera crónica general de España*, que mostram que aqueles homens viviam em frequentes confrontos bélicos. Contudo, estudiosos ao longo das últimas décadas têm debatido sobre o tema. Segundo Néri de Barros Almeida, a sociedade medieval foi

marcada por rupturas políticas, afirmando que, em nenhum outro momento, a história foi tão dependente desse conceito de ruptura. Inicialmente com o Império Romano, está vinculada à “germanização do Império”, política que foi dominante após o século V, quando ocorreu a ruptura final com as “monarquias incipientes hesitantes”, “feudais” e com o Estado Moderno. Tais rompimentos geram marcas na cultura e na memória histórica contemporânea (ALMEIDA, 2010, p. 53). Quanto ao motivo pelo qual a Idade Média é representada dessa forma, Umberto Eco (2015, p. 11) afirma que há no “(...) Medievo excessivos estereótipos; así pues, será indispensable precisar que el Medievo no es lo que el lector le han hecho creer, no es lo que le presenta el cine y la televisión”.

Por isso, se torna fundamental a realização de pesquisas nas quais o foco não seja os temas tradicionais referentes ao medievo a fim de ampliar nosso conhecimento quanto ao contexto histórico em questão. Sendo assim, iremos apresentar a compreensão do homem medieval em relação à violência com o desejo de fazer algumas indagações sobre o tema, tais como: os homens medievais viviam em um ambiente de ininterrupta violência? Quais as causas dos confrontos bélicos na idade média? Ou qual o posicionamento da Igreja perante esses confrontos? Quais eram as atitudes dessa instituição religiosa para coagir a violência desses homens?

Para tais questionamentos procuramos nos basear em algumas obras historiográficas, que têm como foco a guerra na Idade Média, para, então, podermos responder às questões. Portanto, partindo da primeira indagação, é interessante pensar nos dizeres do historiador John Keegan (1995, p. 133), para quem “a história da guerra começa com a escrita”. Para ele, os relatos bélicos e a violência estão presentes desde os primeiros registros históricos, uma vez que os confrontos entre os agentes históricos são naturais e comuns nas relações humanas.

Então, entendemos por “violência” um constrangimento, físico ou moral, exercido sobre alguma pessoa para obrigá-la a submeter-se à vontade de outrem; coação.¹⁴ No contexto medieval, isso não seria diferente. O que devemos entender é a formação do conceito de guerra e violência compreendido pelos homens medievais. Sendo assim, Almeida afirma que “a historiografia feita no período medieval reserva um espaço de maior destaque para os registros de violência, pois eles fazem parte da concepção cristã de história” (ALMEIDA, 2010, p. 66-67).

¹⁴ <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=viol%EAncia>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

Assim como na antiguidade a frequência das guerras ganhava destaque nas documentações relacionadas aos confrontos bélicos, no medievo dava-se o mesmo. A presença da violência e da guerra era notada e legitimada pelos cronistas medievais, pois a cultura bélica era algo presente no cotidiano do homem medieval. Para tanto, Almeida indica três prerrogativas para justificar a violência no contexto medieval:

a) A Idade Média é vista pelo prisma da violência, da guerra generalizada e da anarquia, em primeiro lugar, porque esta é uma forma simples de explicá-la, pois descreve uma situação que é o inverso da experiência do observador moderno. (...) b) nele, a violência ocupa uma posição ordenadora e explicativa maior uma vez que ela seria o argumento decisivo para a constatação da privatização do poder e do desaparecimento da instituição pública. (...) c) a idade média cabe a função de comprovar este modelo político e, ao mesmo tempo, de fazer o elogio da superioridade da forma moderna, centralizada em termos jurídicos, administrativos e militares. (...) Tudo isso que faz com que a violência seja um caminho importante através do qual podemos fazer crítica das ideias hegemônicas a respeito da Idade Média e, ao mesmo tempo, a crítica de nossa crítica dos documentos do período. Afinal, o que pode ser afirmado a partir deles? (IDEM, p. 55).

A partir de tais prerrogativas, podemos compreender o porquê da simplificação e do descaso com o período medieval, discurso que na atualidade reflete até mesmo no ensino desses conteúdos nas escolas básicas. É fato que a violência realmente estava presente nessa sociedade, porém não se deve generalizar e concluir que havia uma guerra geral, ou seja, uma violência banalizada durante esse período histórico. De acordo com Philippe Contamine (1984, p. 127): “la guerra medieval, en su forma más corriente, consistió en una sucesión de asedios, acompañados de una multitud de escaramuzas y devastaciones, a las que venían a añadirse algunos combates de mayor importancia, batallas más solemnes, cuya relativas infrecuencias tenían un carácter a menudo sangriento”. Para Contamine, tanto o desenvolvimento da historiografia destinada à guerra, como os relatos referentes ao confronto armado no medievo, em que se apresentavam exércitos fragmentados, não eram profissionais e não apresentavam uma organização muito clara. Tais estruturas foram fundamentais para a construção de uma ideia plena de violência e barbárie no período. Entretanto, atualmente, essa noção tem sido desfeita.

Na maior parte dos estudos referentes ao contexto bélico medieval, abordam-se questões ligadas à mentalidade guerreira, ou seja, tratam de avaliar como a guerra era compreendida pela Igreja e também como a fé foi fundamental para os enfrentamentos, podendo ser expressa pelas crenças cristã e muçulmana, bem como pelas crenças

heréticas e pagãs. Exatamente pelo fato de ser a religião cristã conhecida pela doutrina pacifista, na qual não se prega a guerra, pois a violência não se vincula, nem mesmo, aos mandamentos da cristandade, marcada pela presença em *Êxodos* justamente pela expressão “não matarás”. Mesmo assim, podemos verificar que, na Idade Média, os confrontos bélicos eram muito frequentes, mantendo a concepção de Guerra Justa, proveniente da Antiguidade, e a transformando no período das cruzadas em Guerra Santa.

A historiografia¹⁵ visa à compreensão de conceitos muito comuns durante a Idade Média, como as noções de Guerra Santa, Guerra Justa e, até mesmo, a *Jihad* dos muçulmanos. Segundo Flori, os muçulmanos tinham dificuldades de conduzir a *Jihad* contra judeus e cristãos, pelo fato de serem, assim como eles mesmos, monoteístas e, também, porque eram considerados irmãos, dada à relação comum com Abraão (FLORI, 2003, p. 348). Dessa maneira, os muçulmanos preferiram levar a *Jihad* contra os povos que não pertenciam à história sagrada exercida, a partir da aliança que Deus fez com Abraão. Contudo, a *Jihad* contra os cristãos ganhou força por volta do fim do século XI com o início das cruzadas.

Já para os cristãos não havia o entendimento de que os muçulmanos eram uma religião irmã, pois se acreditava que sua descendência a partir de Abraão era pecaminosa, pelo fato de ter sido Ismael, considerado pelos muçulmanos um ancestral dos povos árabes, gerado por adultério cometido pelo próprio Abraão. Os muçulmanos eram vistos como infiéis e, por isso, a única religião correta era o cristianismo. Por esse ângulo, portanto, não era possível ir contra os mandamentos de Cristo, pois, no capítulo vigésimo terceiro, versículo sétimo, o livro do *Êxodos* deixa claro não ser permitido matar. Porém, para a Igreja de Roma, a compreensão para validar as guerras refere-se ao fato de o mandamento não permitir assassinar cristãos, em nada se referindo a outras crenças. Dessa forma, as batalhas deveriam ser efetuadas contra os inimigos de Cristo, fossem eles muçulmanos, judeus ou pagãos.

¹⁵ Ver as obras: Francisco García Fitz, *Las Navas de Tolosa; La Edad Media Guerra e ideología: justificaciones religiosas y jurídicas; Relaciones políticas y guerra: la experiencia castellano-leonesa frente al islam siglos XI-XIII*. Adeline Rucquoi, *História Medieval da Península Ibérica*. Julio Valdeón Baroque, *La Reconquista*. Martín Ríos Saloma, *La Reconquista: una construcción historiográfica (siglos XVI-XIX)*. Steven Runciman, *História das Cruzadas, vols. 1, 2, 3*. Georges Duby, *O domingo de Bouvines: 27 de julho de 1214; As três ordens: ou o imaginário do feudalismo; O ano Mil*. Emilio Mitre Fernández, *La Iglesia en la Edad Media*. Dominique Barthélemy, *El año mil y Paz de Dios: la Iglesia y la sociedad feudal*. Jean Flori, *La Guerra Santa: la formación de la idea de cruzada en el occidente cristiano; A cavalaria – a origem dos nobres guerreiros da Idade Média*.

Outra perspectiva apresentada por Flori trata justamente de algumas considerações acerca da Guerra Santa e da *Jihad*, pois ele entende que normalmente a Guerra Santa tentava recuperar algum território anteriormente cristão, como, por exemplo, Jerusalém ou a própria Península Ibérica. Já para a *Jihad*, o foco direciona-se mais para a conquista, porque o islã não busca a recuperação de territórios. De acordo com o próprio Flori, podemos entender ambos os conceitos da seguinte maneira:

la yihad predica la conquista, la guerra santa la reconquista. Esta diferencia depende en gran parte de la cronología de los hechos: los territorios del Próximo Oriente, de África, de España y de otras regiones por las armas de los guerreros de Alá estaban desde hacía mucho tiempo profunda y masivamente cristianizados. Esa es la razón por la que, como hemos visto, las invasiones musulmanas fueron consideradas de entrada, tanto en Oriente como en Occidente, como un castigo de Dios. La teología de la Historia inspirada en la Biblia conducía de forma completamente dicho castigo como temporal. Si los cristianos se arrepentían de sus faltas, Dios se “arrepentiría” también de haberlos castigado así, y vendría a liberar a su pueblo, ya sea para restablecer *statu quo ante*, lo que implicaba una reconquista, ya sea para establecer su reino, al final de los tiempos, lo que implicaba un combate final de dimensiones apocalípticas. La reconquista española, y más aún la guerra santa en Oriente, tenían una u otra de dichas dimensiones, incluso las dos (FLORI, 2003, p. 348-349).

Pela ótica de Flori, as dominações muçulmanas eram entendidas como castigo divino. A forma como a chegada dos muçulmanos na Península Ibérica é relatada em algumas crônicas ilustra essa ideia.

Percebemos que os conceitos de Guerra Santa e *Jihad* são bem próximos, ambos estavam presentes no reinado de Alfonso VIII. Para verificar esse questionamento, devemos avaliar os envolvidos nos confrontos, visto que as forças cristãs que lutaram na batalha de Las Navas de Tolosa eram constituídas por guerreiros provenientes dos reinos de Castela, Aragão, Portugal e Navarra, por cruzados oriundos da França e pelos Almôadas, originários do norte do continente africano.

4.3 O posicionamento dos Almôadas acerca da *Jihad*

Os Almôadas (palavra derivada do árabe *al-muwahhidiin*, que significa crentes na unidade de Deus) constituíram um movimento, fundado por Ibn Tumart e iniciado em 1120, nos calvários do Atlas, com o objetivo de questionar os Almorávidas, cuja interpretação do islã havia sido deturpada (HENRY, 1990, p. 57). Segundo Fierro:

El movimiento almohade, en si mismo fruto de unas condiciones locales, debe también ser entendido como parte de un proceso

continuo dentro del mundo islámico por limitar la fragmentación de la doctrina musulmana y controlar la producción y reproducción locales del conocimiento islámico (FIERRO, 2006, p. 457-476).

Sabe-se que Ibn Tumart nasceu por volta de 1075, na região do atual Marrocos, e deve ter sido de família abastada, uma vez que teve condições de estudar no oriente, “pois seu pai ostentava o título de amghar, no sul do Marrocos, designado chefe de aldeia ou de cabila. Além disso, teve condições para instruir se e completar seus estudos no Oriente” (NIANE, 2010, p. 22). No caminho para Marrakech, Ibn Tumart passou por Salé, cidade localizada no noroeste marroquino. Nesse lugar, ele se recusou a fazer o pagamento do tributo cobrado pela capital almorávida. Esse fato o levou a travar um debate com o emir almorávida Ali Ibn Yusuf sobre questões ideológicas do Islã, principalmente pautado em linha de sucessão dos califas e em divergências presentes entre sunitas e xiitas. Ibn Tumart saiu-se vitorioso do debate.

Há um elemento da doutrina tumartina que, para Niane, se desviava nitidamente das posições sunitas: é a crença em mahdi (o guia impecável), que é guiado por Deus. As tradições relativas ao mahdi remontam ao Profeta, a quem se atribui hadith, que anuncia a vinda de um restaurador, de um redentor, pertencente à família do Profeta. Para os sunitas o mahdi só deveria surgir às vésperas do fim dos tempos para restabelecer e aplicar a verdadeira religião. Para os xiitas é um imã oculto que deve reaparecer e governar pessoalmente por direito divino (IDEM, p. 26).

O entendimento teológico de Ibn Tumart era crítico quanto às interpretações distintas do islã, pois “os almorávidas, que se mantinham alinhados formalmente a doutrina sunita (...) [enquanto] os Almôadas defendiam formas religiosas próprias, não reconheciam a legalidade dos poderes estabelecidos e advogavam o retorno as fontes originais do Islã. Aproximavam-se (...) do xiismo” (GUIMARÃES, 2013, p. 63). Devido a tais divergências teológicas Ibn Tumart foi ameaçado de morte. Porém, apesar das discordâncias, ele conseguiu o apoio de um dos membros da corte almorávida, Yintan Bem Umar, e graças a isso foi para Aghmat, atualmente no sul do Marrocos, “a referida viagem ao Oriente tem sido apresentada como o momento crucial para modelar a personalidade de Ibu Tumart, bem como para justificar as opções ideológicas de todo o movimento Almôada” (ALMEIDA, 2014, p. 9).

O posicionamento xiita de Ibn Tumart facilitou o desenvolvimento e a prática da *Jihad* contra os cristãos e também contra os muçulmanos pertencentes aos Almorávidas, pois ambos eram vistos como não praticantes da verdadeira fé referente ao Islã. Para os

Almôadas, apenas eles possuíam uma interpretação pura do Islã e, portanto, todas as outras interpretações, tanto do *Alcorão* quanto da *Bíblia*, estavam equivocadas, porque feitas por homens detentores de vários pecados. Por isso, a *Jihad* deveria acontecer. Em suma, os Almôadas acreditavam no estabelecimento de um novo império que, guiado por uma doutrina islâmica verdadeira, se fundaria na Península Ibérica. Para isso deveriam ser feitas guerras, até mesmo contra os próprios habitantes muçulmanos da península, por não serem considerados fiéis da verdadeira religião.

O que fica evidente é que, tanto entre muçulmanos quanto entre cristãos, o confronto bélico em nome de Deus estava presente e, para tanto, a guerra deveria acontecer. O historiador Jean Flori apresenta a relação entre *Jihad* e Guerra Santa da seguinte maneira:

Tanto la *yihad* como la guerra santa y cruzada constituyen, pues, una guerra sacralizada destinada a asegurar la soberanía a su Dios, y los creyentes la dominación sobre los territorios así conquistados. En los casos, el cumplimiento de esa acción armada es loable: procura lícitamente bienes materiales tomados al enemigo y también recompensas espirituales y la corona del martirio a quienes mueren en el combate a mano de los infieles (FLORI, 2003, p. 348).

Por meio da citação, entendemos que tanto a Guerra Santa quanto a *Jihad* foram formas de tratar acontecimentos importantes para cristãos e muçulmanos. O poder estava sempre ligado à doutrina religiosa e, por isso, a motivação e a legitimação dos confrontos bélicos receberiam sempre apoio das religiões.

Ao contrário do Profeta, que enfrentou as tribos pagãs, Ibn Tumart lutou contra outros muçulmanos. Além disso, o poder e a extensão das forças dos Almorávidas eram ainda mais abrangentes do que a força localizada do Quraysh, na cidade-estado de Meca. Os Almorávidas eram governantes de um império, um império de riquezas, de comércios e de cidades sofisticadas, da Espanha a Gana. Os Almôadas os tinham cercado. Inicialmente, pelo menos, Ibn Tumart precisaria o tanto quanto pudesse conseguir do fervor de seus seguidores para quebrar o pilar do domínio Almorávida. Ibn Tumart precisou convocar seu povo para guerrear e revelar a promessa de Deus de recompensas para aqueles que sacrificaram suas vidas pela causa do verdadeiro Islã (FROMHERZ, 2010, p. 185).¹⁶

¹⁶Tradução livre de: Unlike the Prophet who fought the pagan tribes, Ibn Tūmart was fighting against other Muslims. Also, the power and extent of Almoravid power was even more encompassing than the localized power of the Quraysh in the city-state of Mecca. The Almoravids were rulers of an empire, an empire of wealth, of trade and sophisticated cities from Spain to Ghana. They had the Almohads surrounded. Initially, at least, Ibn Tūmart would need as much fervency from his followers as he could get to break the spine of Almoravid domination. Ibn Tūmart needed to call his people to war and reveal God's promise of rewards to those who sacrificed their lives to the cause of true Islam.

Por essa perspectiva, podemos compreender como a proposta e o desenvolvimento do conceito de *Jihad* se tornou fundamental para os Almôadas, uma vez que eles tinham como necessidade derrotar um grandioso império muçulmano, Almorávidas. Desta forma, a batalha era o único modo de demonstrar a superioridade e também afirmar que eles, os Almôadas, eram realmente o povo escolhido por Alá. Ibn Tumart havia tentado desenvolver sua doutrina ao utilizar a *Jihad* como fundamento do seu ensinamento. Ele apoiava-se na conduta dos primeiros seguidores do Profeta Maomé e, assim, demonstrava as raízes do movimento dos Almôadas.

Em seu capítulo sobre a *jihad*, Ibn Tumart não fornece quase nenhum comentário original. Em vez disso, ele costura uma coleção de *hadith* autoritários, descrevendo a promessa de recompensa celestial do Profeta Maomé para aqueles que lutaram na batalha contra os inimigos do Islã. Ibn Tumart talvez tenha achado os paralelos óbvios demais para comparação. Ele já havia listado os pecados dos Almorávidas. O capítulo sobre a *jihad* apenas deu mais legitimidade à causa de Ibn Tumart. Mais precisamente, motivou os seguidores com a promessa de recompensa celestial, uma promessa vinda diretamente das palavras do Profeta Maomé. Até mesmo o modo como ele seleciona e organiza os *hadith* altera os seus sentidos e significados; e quando Ibn Tumart se refere exclusivamente aos dizeres do Profeta Maomé e aos feitos dos primeiros Muçulmanos, ele sutilmente cria uma forma original de *jihad* Almôada para reunir as tribos contra os Almorávidas, os rebeldes de Deus (IDEM, p. 185-186).¹⁷

¹⁷ Tradução livre de: In his chapter on *jihād* Ibn Tūmart provides almost no original commentary. Rather, he stitches together a collection of authoritative *ḥadīth* describing Muḥammad the Prophet's promise of heavenly reward to those who fought in battle against the enemies of Islam. Perhaps Ibn Tūmart found the parallels too obvious for comparison. He had already listed the sins of the Almoravids. The chapter on *jihād* merely added more legitimacy to Ibn Tūmart's cause. Most crucially, it motivated his followers with the promise of heavenly reward, a promise coming directly from the words of the Prophet Muḥammad. Even the way he selects and edits the *ḥadīth* changes their meaning and significance; and when Ibn Tūmart refers exclusively to the saying of the Prophet Muḥammad and the accomplishments of the first Muslims, he subtly creates an original form of Almohad *jihād* to rally the tribes against the Almoravids, the rebels of God.

4.4 A batalha de Alarcos, 1195



Espanha, entre 1157 y 1212

Fonte (GUIMARÃES 2013,p.53) - A Espanha no período da expansão Almôada (1157-1212).

A derrota sofrida, em Alarcos, pelos cristãos contra os Almôadas foi fundamental para o desenvolvimento do processo que resultou nas Navas de Tolosa, batalha ocorrida em 1212 entre as forças cristãs, comandadas por Alfonso VIII de Castela, e os próprios Almôadas, ou seja, “la batalla de Alarcos representa una página de derrota en la historia de la Reconquista. Supuso, como veremos, un grave retroceso y un profundo peligro para los reinos cristianos” (MARTÍNEZ VAL, 1962, p. 89).

As causas que deram origem a batalha de Alarcos começaram, em 1177, com a conquista de Cuenca por Alfonso VIII. Tal conquista resultou em grande avanço cristão sobre o território mouro. Com o objetivo de expandir suas jurisdições e defender as localidades conquistadas em seu reinado, Alfonso VIII decidiu fundar a vila de Alarcos, localizada ao norte do rio Guadiana. Com isso, essa vila passava a oferecer certa ameaça à segurança de muitas fortificações e cidades muçulmanas. Os motivos do confronto de Alarcos foram os seguintes:

A chegada e implantação dos novos senhores de Al-andalus não provocou, no imediato, um desequilíbrio de forças assinalável, por um lado porque os almôadas depararam com importantes focos de

resistência entre as comunidades muçulmanas peninsulares e, por outro, porque os exércitos dos reinos cristãos não deixaram nunca de exercer, embora com resultados práticos nem expressivos, uma intensa pressão sobre a fronteira meridional. Porém, esta pressão não obedeceu nunca a uma estratégia concertada entre as coroas castelhana, leonesa – separadas em duas entidades autónomas na sequência da morte de Alfonso VII – aragonesa, navarra e portuguesa, mas sim próprio de cada um desses reinos, que não raras vezes, encontraram nos muçulmanos os aliados ideais para combater as pretensões territoriais e as tentativas hegemónicas dos seus vizinhos cristãos. (...) ainda assim, a espaço, os reinos cristãos formaram também alianças entre si, com vista a uma oposição mais efetiva ao inimigo muçulmano. Assim foi, por exemplo, em 1183, com Castela e Leão a assinarem um tratado de paz com vista a uma conjugação de esforços contra os almôadas; ou em 1184, quando portugueses e leoneses se uniram para fazer frente ao exército do califa Abu Yaqub Yusuf I, *al-Sahid*, que cercava Santarém; ou no verão de 1195, quando os reinos de Leão, Navarra, Portugal e Castela se aliaram para fazer frente a uma grande ofensiva conduzida pelos muçulmanos em retaliação pela construção, por Alfonso VIII, do castelo de Alarcos, na fronteira sul (MONTEIRO; MARTINS; AGOSTINHO, 2015, p. 117).

É possível perceber como os Almôadas vão se organizando diante dos reinos cristãos ibéricos, os quais, por sua vez, se organizaram com receio da expansão territorial moura. Dessa forma, para aumentar ainda mais as tensões, o monarca decidiu povoar tais localidades com cristãos, gerando, assim, um desconforto entre mouros e cristãos. Segundo José María Martínez Val, “Castilla crecía ante los demás reinos cristianos y aspiraba a configurar una esfera de dominio que convirtiese su soberanía en verdadera hegemonía española” (MARTÍNEZ VAL, 1962, p. 92).

Para impedir o avanço cristão, o califa Abu Yusuf Ibn Yakub declarou, em 1195, a Guerra Santa, visando defender os interesses muçulmanos na península. Com tal atitude um enorme agrupamento militar se dirigiu para a vila de Alarcos, e a cercou; Alfonso VIII, por sua vez, convocou suas forças em Toledo (MARTÍNEZ DÍEZ, 1995, p. 144). Entretanto, foi derrotado. A *Crónica latina de los reyes de Castilla* relata esse fato da seguinte forma:

Ardían en deseos de guerra con los sarracenos, cometándola con los familiares y dándole muchas vueltas en su mente, y ya no le podía agradar otro afán que la milicia y el uso de las armas (...) permanecía fijo en lo profundo de la mente del rey lo que nunca de élla se había borrado: el infortunio que había padecido en la guerra de Alarcos. Muchas veces recordaba en su espíritu aquel día, teniendo deseos de vengarse del rey marroquí, y sobre ello rogaba muchas veces al Señor. (...) Así pues, el Espíritu del Señor irrumpió en el rey glorioso y lo revistió de la fortaleza de lo alto y así llevó a la práctica lo que durante mucho tiempo había pensado. Confiando en la misericordia de nuestro Señor Jesucristo, declaró la guerra al rey marroquí e inmediatamente

entró con su hijo en tierras de dicho rey por la parte de Murcia, pero como tenía pocos hombres no pudo causar mucho daño a los moros. (...) el rey marroquí Abdelmon IV, hijo del que vino a Alarcos, oído que el rey de Castilla le había declarado la guerra, se indignó. Lleno de furor, como hombre valeroso y belicoso, impaciente por costumbre, reunió gran cantidad de soldados de a pie y a caballo, abrió sus tesoros, dió a los suyos unas pagas muy espléndidas –pues entonces el reino marroquitano florecía en prudencia y riquezas – y pasó el estrecho con una multitud de hombres de guerra (CLRC, 1984, p. 23, 24).

Ao avaliarmos as causas da derrota cristiã em Alarcos, encontramos, na *Crónica latina*, duas causas principais para a justificativa de tal catástrofe: a primeira faz referência à grandiosidade das forças Almôadas, que eram muito maiores do que as de Castela, e a segunda diz respeito à covardia atribuída pelo cronista às forças Almôadas, cujo ataque inesperado contra a frente armada de Castela, causou surpresa e desconcerto nos cristãos, que buscaram se defender com grande desordem, dando ensejo à vitória dos Almôadas. Para Antonio Sánchez Jiménez, a derrota em Alarcos foi um grande acontecimento e, por isso, constitui parte da memória registrada pelos cronistas medievais. Segundo ele, isso ocorreu porque tal relação pode ser entendida da seguinte forma: “Las tácticas usadas en la enorme batalla que siguió fueron fundamentales en el desarrollo de la misma, e impresionaran la imaginación medieval durante muchos años” (JIMÉNEZ, 2001, p. 24).

Nos relatos referentes à batalha, presentes nas fontes que utilizamos, os cronistas buscaram apresentar a guerra como um evento surpresa e covarde, organizado pelos Almôadas. Na *Primera crónica general de España*, relata-se o seguinte:

Almohades et leuantosse esses príncep con grand muchadumbre, et enlleno las campañas dell Andaluzia con vozés de muchas guisas: et las yentes eran turcos, alarraues, africanos et eziopianos de amas las Eziopias, et almohat que es ya otra yent, et de los Montes Claros unieron en la hueste de aquel Mazemut, et ell andaluç de tierra de Guadalqueuir a su mandado ueno alli. Et passo ell el mar Terreno et ell estrecho de Seuilla. (...) Alarcos et la faz de la sua sanna contral regno de Toledo. Los llanos de Tolosa despoio de suspastos, et enssancho en los senderos de los pannedos con hunnas de caualllos, et con la grand muchadumres seco los reyes. (...) Et desque se ayutaron amas las huestes, lidiaron, et fue uençuda la hueste de los cristianos, et el noble rey Alffonso sacado de la batalla por fuerça de los suyos, et por la noble sabiduría de los suyos, et por noble sabiduría de los suyos fue el saluo et libre de muerte et de prisión aquel dia . Aun gano el moro después de la batalla unos castiellos. (...) Alarcos, el rey de los almohades, de quien diximos ya, ueno de cabo et çerco Toledo et a Maqueda a Talaures; más pero non pude prender ninguna dellas, pero desbarato a Sancta Olalla et a otros logares que non eran çercados; et yndossedelli presso Plazencia et a Sancta Cruz et a Montange et a

Trugiello; et tronsse dalli con orgullia et soberuia pora su tierra (PCG, p. 681-682).

Ao analisarmos as justificativas apresentadas na *Crónica latina* e na *Primera crónica*, nos deparamos com diferentes relatos quanto às causas da derrota no confronto de 1195, como, por exemplo, a grandiosidade do exército muçulmano, o auxílio de exércitos de diferentes localidades e o fato de Alfonso VIII ter sido surpreendido. Independentemente das causas legitimadoras da derrota, vale destacar a posição de Alfonso VIII, que, mesmo derrotado e sendo nobre rei, participou ativamente do confronto, dando exemplo de boa conduta de um bom governante. Diante disso, cabe ressaltar que a derrota em Alarcos propiciaria anos depois a reorganização das forças de Castela e cristãs contra os Almôadas, gerando a união entre os reinos cristãos, para lutar contra o inimigo comum. Esse processo é narrado na *Primera crónica* em diferentes momentos.

Em trabalho recente dos historiadores Díez e Ruiz, a derrota de Alarcos é apresentada como um confronto em que realmente as ideologias bélicas, tanto cristãs, quanto muçulmanas, estavam presentes. Segundo os historiadores:

El tercer califa almohade Abū Yūsuf Ya'qūb (r. 580/1184-595/1198), reaccionando ante la presión cristiana y sobre todo del rey castellano Alfonso VIII (r. 1158-1214), proclamó en 585/1189 el *ŷihād* en Al-Andalus, y no se limitó a recurrir a su ejército, sino que convocó a los voluntarios. Averroes (m. 595/1198) – quien formaba parte de las elites político-religiosas almohades – predicó el *ŷihād* en la mezquita de Córdoba y se mostró partidario de una guerra agresiva en sus escritos. Poco después, Abū Yūsuf Ya'qūb tomará el título de al-Manşūr por su victoria en la batalla de Alarcos (591/1195) contra el rey de Castilla. Antes de esa batalla, el cadí Abū 'Alī b. Ḥayyāy predicó un elocuente sermón, exhortando a todos a hacer la guerra santa con la más pura y ardorosa intención. Al recibir la noticia de la victoria, Averroes se prosternó en la mezquita en acción de gracias (DÍEZ; RUIZ, 2014, p. 63).

Maribel Fierro citada anteriormente demonstra a importância da *Jihad* para os muçulmanos. Tal como em Alarcos, ela também foi proclamada por ocasião da batalha de Las Navas de Tolosa, em 1212. Ambos os confrontos apresentaram objetivos relativamente semelhantes. Segundo José Rivair Macedo, a batalha das “Navas”:

Tratou-se de uma reação político-militar capitaneada por Alfonso VIII após a derrota sofrida em 1195 na Batalha de Alarcos, quando as tropas castelhanas foram surpreendidas, cercadas e desbaratadas pelos almôadas, conduzidos pelo emir al-Yaqub. O que estava em causa era a hegemonia sob os territórios da região da Mancha, integrado, entre outras, pelas comunidades de Alarcos, Oreto, Salvatierra, Las Navas

de Tolosa, Alcaraz, Almadén, e cujo centro populacional mais importante e a cidade de Calatrava. Zona de fronteira ao sul do reino castelhano, a Mancha constituía por isso mesmo área estratégia da maior importância e seu controle determinaria as possibilidades efetivas de avanço ou recuo político-militar muçulmano ao cristão (GUIMARÃES, 2013, p. 72).

Como podemos notar, as pretensões políticas, militares e ideológicas estiveram presentes em ambas as batalhas, Alarcos e Las Navas de Tolosa.

4.5 O confronto de 1212: Las Navas de Tolosa

A batalha de Las Navas de Tolosa é considerada uma das mais relevantes para o processo de *Reconquista* cristã, devido aos resultados dessa batalha e às suas influências na história medieval ibérica. O historiador Francisco García Fitz a descreve assim:

El 16 de julio de 1212, un ejército cruzado encabezado por Alfonso VIII de Castilla y reforzado con la presencia de Pedro II de Aragón y de Sancho VII de Navarra se enfrentaba en las estribaciones de Sierra Morena a un contingente islámico dirigido por el califa almohada, Abu Abd Aliah Muhammad al-Nasir e integrado por fuerzas norteafricanas y andalusíes. Aquel choque campal acabaría conociéndose como la batalla de *Las Navas de Tolosa* y sería muy pronto considerado como un acontecimiento decisivo para la expansión territorial de los reinos cristianos y el definitivo retroceso de al-Andalus, como un hito que marcaría un punto de inflexión en las relaciones entre musulmanes y cristianos en la Península Ibérica. Desde muchos puntos de vista, aquél fue un suceso que rompió los moldes de la cotidianidad para pasar a formar parte del “selecto club” de los acontecimientos extraordinarios. El propio hecho – la batalla – resultaba excepcional en un mundo en el que la guerra se hacía, habitualmente, a base de incursiones devastadoras o de cercos de castillos y ciudades. Pero, además, tanto los comportamientos de los protagonistas como las dimensiones de las fuerzas y las magnitudes de los recursos empleados convertían a Las Navas en una operación única en su género al menos en el contexto hispánico: nunca se había buscado tan conscientemente la batalla como instrumento para dirimir un conflicto armado, ni se habían confrontado tal cantidad de hombres ni movilizados tantos medios (GARCÍA FITZ, 2008, p. 9).

O conflito de 1212 importa pelo fato de: a) após a vitória, os cristãos terem obtido a hegemonia sobre o território ibérico; b) ter ocorrido a união de várias forças, constituídas por cruzados oriundos da França e homens armados provenientes dos reinos ibéricos de Castela, Navarra, Aragão e Portugal; c) ter impedido o avanço do império Almôada sobre a península. Esses aspectos são mais bem compreendidos quando procuramos as causas de Las Navas de Tolosa na *Crónica latina*, na qual aparecem da seguinte forma:

aquel llanto, por la misericordia y virtud de nuestro Señor Jesucristo, que ayuda a los suyos en las oportunidades y tribulación, se convirtió al año siguiente en gozo. En verdad que por cierto presagio el citado castillo se llamó SALVATIERRA, pues el Señor a través de aquella fortaleza salvó la tierra toda de dos maneras, puesto que la llegada del rey marroquí en aquel año no dañó en ningún otro lugar, pudiendo haber causado mucho daño. Además, la toma de Salvatierra fue la principal causa de la guerra gloriosa que se llevó a cabo al año siguiente en Navas de Tolosa, en la cual por virtud de la Cruz de Cristo fue vencido el rey marroquí. Tocado, pues, en su corazón por el dolor, el rey glorioso puso su alma en su mano y, tras aconsejarse con su hijo y con don Diego y con el arzobispo de Toledo y otros principales del reino, se acordó que al año siguiente, poniendo su esperanza en Dios, lucharían contra el rey marroquí, a no ser que él se opusiera. (...) Se debilitó el corazón del rey, los príncipes y nobles de la tierra se quedaron atónitos, enmudecieron los plebeyos de las ciudades y se aterrorizaron los sabios considerando que la ira de Dios había decretado asolar la tierra. En ningún lugar cesaron los llantos: los más viejos rociaron sus cabezas con ceniza, todos se vistieron de saco y cilicio, las vírgenes todas desfallecieron y la faz de la tierra casi cambió profundamente (CLRC, 1984, p. 25).

Nesse fragmento, fica evidente a organização para as lutas em Las Navas de Tolosa, o modo como a mentalidade dos protegidos de Cristo era compreendida e como tal vitória foi recebida pelos cristãos. Já para os Almôadas, tal luta foi um golpe fatal, embora as fontes cristãs não demonstrem a influência dessa derrota muçulmana, a historiografia atual aborda-a. Allen Fromherz (2010, p. 69) assim entende Las Navas de Tolosa: “Se não fosse pela estagnação e eventual derrota dos Almôadas em Las Navas de Tolosa, em 1212, o sonho de Ibn Tumart de um califado muçulmano reunido, estendendo-se de Magrebe à Pérsia, poderia ter sido realizado”.¹⁸ A derrota dos muçulmanos não teve ressonância apenas no mundo ibérico, tal fato causou a ruína do movimento Almôada.

Nesta batalha também é possível verificar o posicionamento referente às ideologias bélicas em ambos os grupos religiosos envolvidos no confronto. García Fitz (2008, p. 390) apresenta tais ideologias da seguinte maneira:

Desde luego, quienes se encontraron frente a frente en Las Navas disponían de una serie de recursos ideológicos que, a la altura de las primeras décadas del siglo XIII, tenían a sus espaldas un largo rodaje, estaban bien aquilatados y gozaban de prestigio y un amplio consenso en el seno de las respectivas sociedades: nos referimos a las nociones de “guerra justa”, “guerra santa”, “Cruzadas” o “reconquista” en el lado cristiano, y la yihad entre los musulmanes. (...) Tales principios

¹⁸ Tradução livre de: If it were not for the stagnation and eventual defeat of the Almohads at Las Navas de Tolosa in 1212, Ibn Tūmart’s dream of a reunited Muslim caliphate stretching from the Maghrib to Persia may have been fulfilled.

constituyen ejemplos paradigmáticos de ideologías militares puestas al servicio de la movilización, el enfrentamiento bélico y la destrucción del otro. En ambos casos, aquéllas se conforman como un sistema de representaciones, de imágenes, percepciones y nociones que presentan a dos sociedades enfrentadas de una forma global y totalizadora, profundamente marcada por la confrontación y la violencia, y en las que la guerra se concibe como el cauce de contacto habitual, e vece el único aceptable en términos ideológicos, entre una y otra.

Recentemente, o confronto de 1212 tem ganhado destaque por medievalistas, mas também por africanistas. Isso porque Las Navas de Tolosa completou, em 2012, oitocentos anos de história. Devido às comemorações do triunfo muitas publicações foram organizadas referentes à batalha, tendo diferentes interpretações historiográficas e distintas investigações históricas. Com base em alguns desses estudos, e com o uso de nossas fontes, foi possível levantar uma série de questionamentos referentes aos fatos de 1212: O que motivou a guerra? Como a *Crónica latina* e a *Primera crónica* enxergam a relação entre Guerra Santa e Justa nos conflitos contra os muçulmanos? E, por último, por quais motivos tal guerra foi fundamental para o que atualmente compreendemos como *Reconquista* ibérica?

Las Navas de Tolosa podem ser entendidas como um dos principais conflitos para o processo de *Reconquista*, devido a alguns fatores preponderantes. Em 1212, ocorreu, em virtude dessa guerra, a união de alguns monarcas cristãos como Pedro II, de Aragón, Sancho VII, de Navarra, Afonso II, de Portugal e, ainda, de forças oriundas de diferentes territórios cristãos, principalmente de origem francesa. A reunião de forças é apresentada pela *Crónica latina*:

Rey de Castilla y del rey de Aragón, el noble rey de Castilla sufragada suficientemente los gastos a todos los que habían venido de Poitou y de Gascuña y de la Provenza y de otras partes y al mismo rey de Aragón. (...) Todo el clero del reino de Castilla, atendiendo a la necesidad del reino, había concedido en aquel año la mitad de todos sus réditos al rey. (...) Deseosos pues, todos de la próxima guerra se apresuraban a levantar los campamentos, pero los de Poitou y otros ultramontanos ni tenían caballos aptos para la guerra ni jumentos para llevar los bagajes necesarios en la expedición, a todos los cuales el noble espíritu del glorioso príncipe, que derrochaba oro como agua, proporcionó con esplendidez lo necesario. (...) por mandato de los reyes, tanto los nobles como el pueblo salieron armados al campo como si ya tuvieran que luchar contra los enemigos. Terribles en verdad parecían las filas ordenadas de los campamentos; nunca tantas y tales armas de hierro se habían visto en tierras hispánicas. Los próceres son convocados a junta; en tienda del rey de Castilla, el rey de Aragón y el rey de Navarra – que entonces ya estaba presente, aunque llegó con pocos soldados –, los arzobispos toledanos y narbioniense. Diego López, noble vasallo del rey glorioso, y otros

magnates de uno y otro reino se reúnen para deliberar qué podía hacerse en tal circunstancia. (...) El rey marroquí afirmó que él era poderoso para luchar contra todos los que adoraban el signo de la Cruz (CLRC, 1984, p. 30-32).

De acordo com o relato, constatamos a união cristã contra os Almôadas, bem como de diferentes grupos sociais, tal como camponeses e arcebispos, os quais participaram direta ou indiretamente do confronto de 1212.

A campanha cristã tinha dois principais objetivos, impedir o avanço dos Almôadas, possuidores de um enorme exército, e desejar a luta contra o inimigo em seu território, o que colaborou para a ida de cristãos de outras partes à Península Ibérica. O confronto, cruzada declarada pelo papa, foi fundamental para isso.¹⁹ Para José Rivair Macedo, as participações de cristãos de diferentes localidades europeias dão conta da importância de Las Navas de Tolosa.

representou um marco decisivo na luta pela Reconquista da Península Ibérica aos muçulmanos, assinalando o recuo imediato muçulmano e, paulatinamente, seu enfraquecimento enquanto força política-militar organizada na Europa mediterrânica. Em perspectiva estrutural, esse sucesso militar garantiu as demais lideranças da Cristandade o afastamento da ameaça virtual de uma penetração islâmica para todo o continente a partir do Sul (GUIMARÃES, 2013, p. 50).

A importância da união dos diferentes agrupamentos cristãos também é abordada por García Fitz (2013). Para ele, a história do “ano de Las Navas” teria três eixos interpretativos, independentes de perspectivas geopolíticas. As três categorias apresentadas por García Fitz são: a) o medo do avanço dos muçulmanos, ou melhor, a chegada dos Almôadas no território europeu, pois conquistaram o norte da África; b) a união de cristãos de diferentes localidades para combater os maometanos; c) e as

¹⁹ “Urbano II adotou integralmente o programa de Gregório e o inseriu em sua concepção de história. Tal como ocorria com as esperanças proféticas de que falamos acima, ele se inspirava no Antigo Testamento e na noção de pedagogia divina. Deus dirige a História, muda tempos e circunstância, derruba e estabelece reis. Abençoa seu povo quando este é fiel, castiga-o quando ele se afasta de seus preceitos. Para tanto, vale-se da força militar (ruim) dos povos pagãos inimigos, dando-lhe a vitória. Esperada que esse conduza seu povo ao arrependimento e a reforma moral; quando é o caso, Deus “se arrepende”, por sua vez, e permite que seu povo reconquiste a liberdade e a prosperidade de antes. Na nova distribuição, Deus age do mesmo modo; por causa de seus pecados (*peccatis exigentibus*), a Igreja, que fora florescente na Antiguidade, foi submetida nos séculos VII e VIII a tirania dos “pagãos” (muçulmanos); mas Deus Perdoa seu povo quando ele se regenera; por isso, naquele fim do século XI (*nostris temporibus*), concedia ajuda para a reconquista cristã que, graças a ele, se realizava em quase todos os lugares, na Sicília, nas ilhas, na Espanha e logo no Oriente Médio. (...) nessa perspectiva que, como se vê, é um prolongado exato da de Gregório VII, a guerra de reconquista era uma guerra santa por excelência. Ela não só já não era causa de pecado que tornasse necessária a penitência, como também se inseria no plano divino, que cumpria, e podia assim tornar-se, por sua vez, uma ação piedosa e meritória, ato de penitência fonte de graça. Urbano II, portanto, voltava naturalmente seu olhar para a luta dos cristãos da Espanha, onde os que combatiam os muçulmanos participavam da ação divina de reconquistar e restauração da Igreja, ou seja, da cristandade” (FLORI, 2001, p. 288-289).

formações da identidade cruzadista em diferentes localidades europeias, no caso ibérico a mentalidade da *Reconquista* já era presente. Apoiando-nos em García Fitz, acreditamos que esses três grandes temas tiveram uma repercussão “internacional” porque afetou o conjunto da cristandade ocidental e representou uma preocupação comum que, naquele período, se estendeu por todo o território europeu (OJEDA, 2013, p. 187).

Para atestar as prerrogativas, recorreremos à crônica, que apresenta os preparativos de Alfonso VIII para o confronto contra os Almôadas em Las Navas de Tolosa.

Et porque de dia en dia cresce mas la cuenta de las yentes que uinien, et trayen en sus cuerpos las sennales de la cruz del Sennor, esto es que uinien ya cruzados a la batalla, et porque em las angosturas de la çipdad non fuessen ellos apremiados, ell noble rey Alffonso, querendo pensar de la por dellos, dioles fuera de la çipdad en la ribera del rio Taio huertas et huertos et otros uergeles del deleycte en que tomassen solazes et sabores (...) Et en tod esto penssaua dellos el rey don Alffonso en sus espensas de quanto auien mester. Et all ochauo dia después de la fiesta en que la cristiandad onrra sanctidad del dia en que Nuestro Sennor Dios enuio el su Spirito Sancto sobre los apostolos por firmar la ley de la su cristiandad (PCG, p. 689).

O que se manifesta no fragmento é exatamente o apoio de outros grupos cristãos. Vale ressaltar também o suporte atribuído, na batalha, às forças divinas. Ainda na crônica, em outro momento, verifica-se a presença de uma mentalidade a fim de conquistar os territórios muçulmanos. Para demonstrar suas raízes ibéricas, os cristãos recorreram ao seu passado visigodo na Península Ibérica. Segundo a *Primera crónica*:

La III Gallia dixieron a outra tierra de los françeses que dizen Gallia Gotica, et quiere dezir Gallia Gotica: “Galia la de los godos”, que es una tierra de Françia de la Gasconna que ganaron los godos quando uinien entrar la Espannas, et dixieronle por ende Gallia Gotica, esto es “Francia la de los godos”. (...) Gallia Gotica, que lieua este nombre de la conquista de la su yent que la conquirieron, esto es de los godos que la conquirieron et la assennorearon a su tiempo. (...) Ellos con la cruçada que tenie guisada pora uenir a esta batalla, et mato delos ereges, que yuan contra los cristianos con enuida de los bienes de Jhesus Crispto et de la su ley, tantos en Narbona et en Beders et en Carcaxona que dalli adelant nunca fue ninguno osado de tener razón de la creencia de la eregia (PCG, p. 690).

Como podemos perceber, fica bem claro o uso do passado visigodo, quando eram os senhores da península, e a relação com o cristianismo. Também se manifesta a importância do apoio, segundo eles, dado por Deus às guerras conduzidas pelos cristãos.

A partir da *Crónica latina*, pode-se constatar que o reino de Leão também participou do confronto de Las Navas de Tolosa. No entanto, o envolvimento foi

indireto, pois tal reino cedeu apenas recursos e soldados para a participação na batalha. A historiografia, contudo, apresenta outra causa para a não participação do reino de Leão. Segundo García Fitz, após o confronto de Alarcos, Leão conquistou algumas localidades que pertenciam a Castela, gerando assim um desconforto entre as duas coroas, que só foi solucionado com uma intervenção papal e também com o casamento entre a filha do rei de Castela e o monarca de Leão (GARCÍA FITZ, 2008, p. 133-134). Ressalta-se ainda que “a menoridade de Afonso foi perturbada por lutas internas e pela intervenção do vizinho reino de Navarra nos assuntos castelhanos. Essa interferência culminou em 1195 num ataque conjunto a Castela por parte de Navarra e Leão, mas que Afonso pôde frustrar com êxito” (LOYN, 1990, p. 26).

Durante o seu reinado, inicialmente houve uma série de confrontos entre os reinos cristãos da península. Aparentemente, sua afinidade com o reino de Aragão sempre foi boa, visto que Castela e Aragão firmaram o Pacto de Cazorla em 1179, cujo objetivo central foi a demarcação de futuras fronteiras entre os dois reinos, para que entrasse em vigor assim que o processo de *Reconquista* tivesse fim.

Dessa forma, dada a participação direta ou indireta de todos os reinos cristãos ibéricos, fica evidente a preocupação com o avanço dos Almôadas. Tendo como base a *Crónica latina e Primera crónica*, pudemos entender que os cristãos daquele contexto compreendiam os confrontos armados como guerra santa e justa. No caso específico do território ibérico, constata-se a presença de uma mentalidade cruzadista que visava se defender, se proteger e conquistar territórios que, outrora cristãos, naquele momento era domínio muçulmano.

Munidos da indagação sobre o tratamento dos conflitos contra os Almôadas, pudemos averiguar, na *Crónica latina* e na *Primera crónica*, que em ambas as batalhas, Alarcos, em 1195, e Las Navas de Tolosa, em 1212, o objetivo principal da frente cristã não era recuperar os territórios, mas, na verdade, impedir o avanço dos Almôadas. Mesmo com a mentalidade cruzadista presente no campo de batalha e com uma identidade cristã voltada para a guerra, a preocupação daqueles homens medievais ibéricos era exatamente com a defesa e a manutenção do território. Neste sentido, a conquista de novas localidades era algo que poderia acontecer, embora não fosse prioridade.

5 OBJETO PEDAGÓGICO, DESENVOLVIMENTO E ESTRUTURA DA PROPOSTA EDUCACIONAL: A *RECONQUISTA* EM DEBATE

Após apresentarmos as propostas de estudo referentes à história e à historiografia medieval, abordaremos agora as questões pedagógicas presentes em nossa pesquisa, na qual buscamos desenvolver o objeto educacional por meio de trabalhos acadêmicos e da legislação educacional do Estado de Minas Gerais. Partimos de algumas informações referentes ao conteúdo de história medieval, presente na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e no Conteúdo Básico Comum de Minas Gerais (CBC).

Atualmente, a BNCC de história tem sido discutida por diversos professores, pesquisadores e associações. O centro dos debates encontra-se na exclusão, em âmbito nacional, dos conteúdos de história antiga e medieval dos currículos da disciplina de história. Docentes de ensino fundamental e médio possuem uma variedade de currículos que podem ser utilizados por diferentes pontos de vista, diversidade de conteúdo e de propostas de aulas a serem ministradas. Há uma proposta nacional e uma proposta estadual, além dos livros didáticos que são adotados pelas próprias escolas.

A respeito do currículo do CBC de história da Secretaria Estadual de Educação do Estado de Minas Gerais (CBC/SEE-MG, 2011), encontra-se na próxima página um quadro com a sua estrutura, considerando apenas o 7º ano do Ensino Fundamental II.

TÓPICOS	HABILIDADES
7. Expansão econômica europeia e descobrimentos marítimos	7.1. Analisar o processo de expansão econômica e marítima europeia nos séculos XV e XVI.
8. O “sistema colonial” e a realidade efetiva da colonização: política metropolitana <i>versus</i> diversificação econômica e interesses locais	8.1. Conceituar colonização. 8.2. Analisar as contradições inerentes ao funcionamento do “sistema colonial” como projeto metropolitano que foi constantemente frustrado pelas especificidades e diversidade da América Portuguesa. 8.3. Analisar a formação de um mercado interno na Colônia através do surgimento de vários mercados locais e a constituição de mercados regionais. 8.4. Conceituar mercado interno e acumulação de capital. 8.5. Identificar a existência de acumulação interna de capital no espaço colonial. 8.6. Relacionar as atividades de acumulação de capital na Colônia: controle do abastecimento interno, tráfico negreiro e indígena.
9. A agromanufatura do açúcar e a escravidão	9.1. Analisar e compreender o processo de implantação da agromanufatura do açúcar no Nordeste brasileiro em conexão com o tráfico de escravos e a fixação dos portugueses no território brasileiro.
10. A economia e a sociedade mineira colonial: dinamismo econômico e diversidade populacional	10.1. Analisar a sociedade mineira colonial como concretização do ideal colonizador português, sendo ao mesmo tempo seu oposto. 10.2. Contextualizar o cenário cultural das Minas colonial: arte e festas barrocas, irmandades religiosas e o cotidiano da população.
III. Interiorização da colonização: o desbravamento do sertão	<ul style="list-style-type: none"> • Conceituar colonização. • Analisar e comparar as experiências de colonização concorrentes à colonização portuguesa no Brasil: franceses e holandeses. • Contextualizar e relacionar a ação dos primeiros missionários católicos entre os indígenas brasileiros; a escravidão indígena na América espanhola; a União Ibérica; as guerras religiosas na Europa; as revoluções inglesas do século XVII e surgimento do parlamentarismo monárquico.
IV. As missões no Sul e delimitação do território brasileiro	• Analisar as disputas sobre o território sul-americano entre Portugal e outras potências europeias no século XVIII por meio dos principais tratados do período.
V. Cidadania e sociedade colonial: os “homens bons” e a escravidão	• Analisar o conceito de cidadão na sociedade estamental da Colônia em sua relação com a estrutura do poder local (as câmaras das vilas e cidades).

Fonte: <<https://www.trescoracoes.mg.gov.br/docs/seduc/cbc-anos-finais-historia.pdf>>. Acesso em 26 nov. 2018. Quadro retirado do Conteúdo Básico Comum de História da Secretaria Estadual de Educação do Estado de Minas Gerais (CBC/SEE-MG, 2011). Ele se inicia na sétima unidade pelo fato de tal proposta curricular ser destinada ao 7º ano do Ensino Fundamental II. Dessa forma, fizemos o recorte somente da proposta vinculada a essa série.

Na proposta apresentada pelo CBC de história da SEE-MG, voltada para o 7º ano do Ensino Fundamental, não há descrição do conteúdo tradicional sobre o medievo e, por extensão, não há também os temas de história medieval ibérica, visto que o currículo busca abordar especialmente a história nacional. Embora nosso trabalho esteja delimitado apenas à proposta vinculada ao 7º ano, procuramos trabalhos que apresentam uma compreensão ampla e uma análise geral do CBC. Um desses trabalhos é o elaborado pelo historiador Olavo Pereira Soares, que entende o CBC/SEE-MG de forma pontual e faz diversas críticas ao próprio currículo:

A proposta curricular de Minas Gerais mais se aproxima de um programa de pós-graduação *stricto sensu* que de uma proposta curricular que abrange milhares de professores e alunos da escola básica. Essa constatação é perceptível, por exemplo, quando verificamos que em todos os conteúdos propostos, tanto para o ensino fundamental II quanto para o ensino médio, não há qualquer menção à História Antiga ou a História Medieval, bem como pouquíssimas citações a História da América. (...) Se o documento estivesse vinculado a algum programa de pós-graduação *strito sensu* em História, ele não seria contraditório: definem-se as perspectivas historiográficas; fazem-se a opção por determinadas tendências pedagógicas e eliminam-se outras; faz-se o recorte temporal; sugere-se a história-problema como princípio didático (SOARES, 2014, p. 66-67).

No Estado de Minas Gerais, a proposta curricular de história se assemelha mais à de um programa de pós-graduação do que de uma proposta válida e passiva de ser aplicada na formação em história, que é oferecida pelo estado aos alunos na formação básica. A que se encontra atualmente em vigência privilegia mais o aspecto teórico, o que dificulta o aprendizado das faixas etárias que, todavia, não dispõem de tal conhecimento.

Nessa situação, encontram-se os alunos do 7º ano do Ensino Fundamental II, uma vez que a pouca bagagem teórica dificulta-lhes o entendimento de conceitos mais complexos. Por exemplo, se numa aula o docente de história vai trabalhar o conceito de democracia, inevitavelmente deverá abordar os diferentes períodos históricos. Sendo assim, no primeiro ponto se deve apresentar o berço da democracia, ou seja, a Grécia antiga, passando pelos períodos de modificações, como a Revolução Francesa, até chegar aos dias atuais. É preciso que o docente trabalhe o conceito, mas com base, e especial atenção, nos fatos históricos.

Ainda que o conteúdo apresentado no currículo refira-se apenas ao cenário nacional, entendemos que os conceitos propostos pelo CBC de história da SEE/MG, de

2011, podem ser explorados em diversos tempos históricos. Diante disso, escolhemos a *Reconquista* como objeto central de nosso estudo em função da importância atribuída a esse conceito histórico para a compreensão da história medieval ibérica. Para tanto, tomamos como exemplo, para este trabalho, o reinado de Alfonso VIII, de Castela, por meio do qual tentaremos compreender o processo de *Reconquista*.

Optamos por esse reinado porque em seu decorrer teve lugar a batalha de Las Navas de Tolosa, cuja vitória, comandada por Alfonso VIII, gerou a supremacia cristã na península. Tal vitória resultou do processo iniciado com a derrota cristã na batalha de Alarcos, em 1195. Apesar da derrota, essa batalha foi fundamental para que fosse pensada e organizada a campanha de Las Navas de Tolosa. Após a derrota cristã, em 1195, os reinos de Navarra, Aragão, Portugal, além de forças provenientes da França, se uniram a Castela para impedir o avanço dos Almôadas.

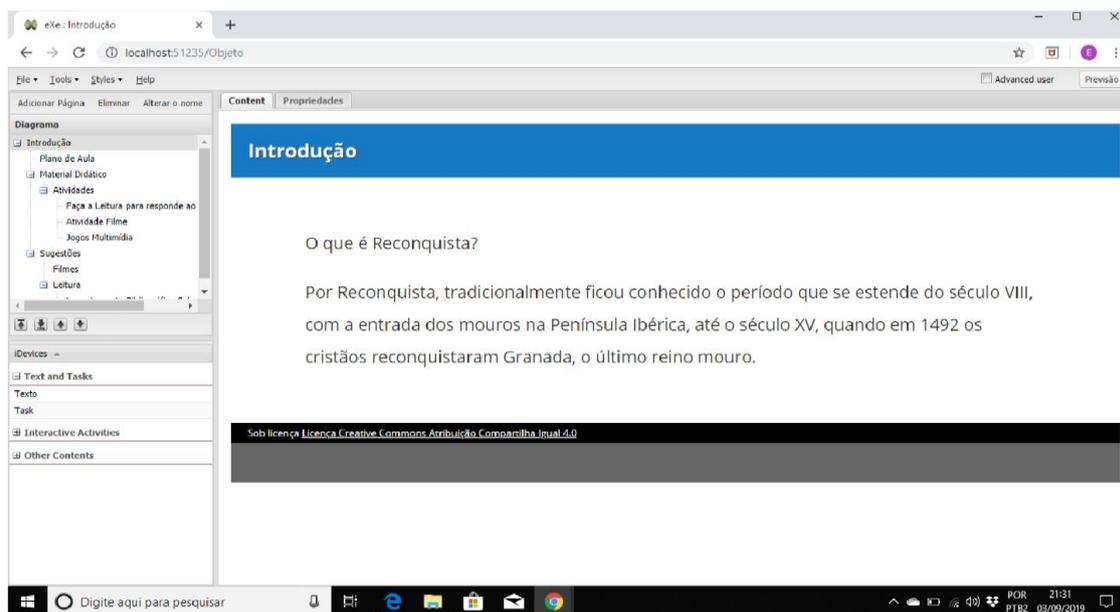
5.1 Os softwares eXe Learning e Adobe Flash Player: funções e usos no objeto pedagógico

Para o objeto pedagógico, teremos a *Reconquista* como o cerne de nossa discussão educacional e, para a elaboração da proposta, utilizaremos, portanto, o eXe Learning. Trata-se de um software livre²⁰ desenvolvido por colaboradores de diferentes partes do mundo para edição, elaboração, desenvolvimento e aplicação de materiais voltados para a educação, por meio do qual são utilizados vários recursos de mídia,

²⁰ “Um programa é software livre se os usuários têm todas estas liberdades. Portanto, você deve ser livre para redistribuir cópias, seja com ou sem modificações, seja de graça ou cobrando uma taxa pela distribuição, para qualquer um em qualquer lugar. Ser livre para fazer essas coisas significa (entre outras coisas) que você não tem que pedir ou pagar pela permissão. Você deve também ter a liberdade de fazer modificações e usá-las privativamente no seu trabalho ou lazer, sem nem mesmo mencionar que elas existem. Se você publicar as modificações, você não deve ser obrigado a avisar a ninguém em particular, ou de nenhum modo em especial. A liberdade de utilizar um programa significa a liberdade para qualquer tipo de pessoa física ou jurídica utilizar o software em qualquer tipo de sistema computacional, para qualquer tipo de trabalho ou atividade, sem que seja necessário comunicar ao desenvolvedor ou a qualquer outra entidade em especial. A liberdade de redistribuir cópias deve incluir formas binárias ou executáveis do programa, assim como o código-fonte, tanto para as versões originais quanto para as modificadas. Está ok se não for possível produzir uma forma binária ou executável (pois algumas linguagens de programação não suportam este recurso), mas deve ser concedida a liberdade de redistribuir essas formas caso seja desenvolvido um meio de criá-las. De modo que a liberdade de fazer modificações, e de publicar versões aperfeiçoadas, tenha algum significado, deve-se ter acesso ao código-fonte do programa. Portanto, acesso ao código-fonte é uma condição necessária ao software livre. Para que essas liberdades sejam reais, elas têm que ser irrevogáveis desde que você não faça nada errado; caso o desenvolvedor do software tenha o poder de revogar a licença, mesmo que você não tenha dado motivo, o software não é livre. Entretanto, certos tipos de regras sobre a maneira de distribuir software livre são aceitáveis, quando elas não entram em conflito com as liberdades principais. Por exemplo, *copyleft* (apresentado de forma bem simples) é a regra de que, quando redistribuindo um programa, você não pode adicionar restrições para negar para outras pessoas as liberdades principais. Esta regra não entra em conflito com as liberdades; na verdade, ela as protege. Mas independentemente de como você obteve a sua cópia, você sempre tem a liberdade de copiar e modificar o software, ou mesmo de vender cópias”. Extraído de <<http://softwarelivre.org/portal/o-que-e>>. Acesso em: 26 fev. 19.

como, por exemplo, a internet, o Youtube, o Adobe Flash Player, entre outros. Com isso, eXe Learning nos oferece uma grande gama de possibilidades para o desenvolvimento de propostas voltadas para a educação, “além disso, cada unidade de aprendizagem criada com o eXe Learning pode ser salva no computador, transferida para alguma mídia e disponibilizada aos estudantes nos ambientes virtuais de aprendizagem” (BULEGON; TAROUÇO, 2015). As propostas educacionais desenvolvidas neste software se portam como uma página de internet, na qual é possível ter a interação entre o objeto e os discentes.

Exemplo do objeto educacional desenvolvido no eXe Learning



Fonte objeto pedagógico: Imagem extraída da interface do eXe Learning, durante o desenvolvimento do objeto pedagógico.

A usabilidade do eXe Learning é bastante simples e intuitiva, ou seja, não é necessário ter um profundo conhecimento de informática ou programação para elaborar e desenvolver projetos pedagógicos. Outro aspecto a ser destacado é a facilidade de elaboração dos trabalhos, pois, ainda que a interface do programa esteja em língua espanhola, tudo é apresentado com o intuito de oferecer uma fácil compreensão.

Desta forma, elaboramos o texto com base em livros didáticos muito utilizados atualmente nas escolas brasileiras, os quais são aprovados e recomendados pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), como, por exemplo, *Projeto Araribá* (2017), *Estudar História: das origens do homem a era Digital* (2016); *Connect – História* (2018), *História Sociedade & Cidadania* (2015), *História -*

Sociedade & Cidadania (2012), entre outros livros, para assim desenvolvermos um objeto a partir de uma linguagem presente no cotidiano dos discentes.

5.2 O motivo pelo qual pensamos em elaborar um objeto pedagógico cuja função é similar ao livro didático

Questão relevante deste capítulo porque diz respeito aos livros didáticos para o ensino de história. Em seu artigo, “Representações da Idade Média no livro didático”, Nilton Mullet Pereira busca compreender como o medievo é trabalhado nos manuais didáticos e quais temas estão presentes neles. A relação entre professor e livro didático é compreendida por Pereira da seguinte maneira:

Estamos bastante familiarizados com o ensino de história que põe o texto escrito no centro das estratégias de ensino utilizadas pelos professores, particularmente na sala de aula da escola básica. Assim não parece difícil concluir que o livro didático se reveste de um caráter quase indispensável no ensino fundamental e médio. (...) ensino de história, tais programas se constituem, às vezes, em tábuas de salvação de inúmeros professores, na medida em que estes vêm na publicação didática o único modo através do qual é possível apreender e guardar a informação e o conhecimento histórico (PEREIRA, 2007, p. 1-2).

O que podemos perceber com a reflexão de Pereira é a importância dos manuais didáticos no cotidiano escolar, bem como uma crítica quanto ao uso desses materiais, visto que alguns professores baseiam suas aulas apenas nessas ferramentas de ensino. Embora a crítica do professor Pereira seja pertinente, vale ressaltar que os manuais didáticos são de extrema importância para o professor. O que é preciso ser feito é uma combinação de diferentes materiais com o intuito de obter maior desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem. Sendo assim, veremos, a seguir, o processo histórico pelo qual essa ferramenta se tornou fundamental para o ensino de história na atualidade e como os livros didáticos são utilizados em sala de aula.

Na obra *Livro didático e o ensino de história: professor, mero apêndice do instrumento de trabalho?*, elaborada pelos pesquisadores Cezar Ricardo de Freitas, Amilton Benedito Peletti e Adriele Cristina de Souza, procura-se apresentar uma relação em porcentagem de professores que utilizam o livro didático como ferramenta fundamental em suas aulas, se embasando em pesquisa feita por Luciana Talles Araújo no estado de São Paulo. De acordo com os pesquisadores:

Da diversidade de materiais mencionados pelos professores no trabalho em sala de aula ou no preparo da aula, os mais citados foram à utilização do livro didático no que se refere a textos (100% dos

professores), imagens (99% apenas um professor não mencionou), atividades proposta pelo livro (apenas três afirmaram não utilizá-la por considerarem que elas condicionam o aluno a decorar, além de suas respostas serem facilmente identificadas nos parágrafos) (ARAUJO *apud* FREITAS; PELETTI; SOUZA, 2011, p. 2).

A partir do que afirmam os pesquisadores, ainda que especificamente para o estado de São Paulo, podemos perceber que as relações entre professores e manuais didáticos são complexas e estão enraizadas na cultura educacional brasileira. O livro didático pode ser compreendido como “o produto cultural de maior divulgação junto aos brasileiros que têm acesso à educação escolar” (FONSECA, 2008, p. 133).

Independentemente da qualidade ou dos conteúdos presentes nos livros didáticos, eles sempre estarão presentes no cotidiano escolar. Daí a nossa proposta para divulgação do tema *Reconquista* da Península Ibérica. Para esclarecer o porquê desta importância do livro didático e sua relação com o ensino de história, é fundamental abordar o percurso histórico por meio do qual determinadas ferramentas se tornaram básicas para a realidade do cotidiano escolar da atualidade.

Foi partir do século XV que as cartilhas alfabetizadoras passaram a ser utilizadas, em um contexto em que a educação era privilégio do muito poucos. O processo de alfabetização era feito dentro das casas, de forma que os educandos já entravam nas instituições de ensino alfabetizados, ou seja, sabendo ler e escrever. O objetivo das cartilhas era auxiliar os pais na alfabetização de seus filhos (CAGLIARI, 1998, p. 18-19). Com a universalização do ensino, no fim da Idade Média e início da era Moderna, crianças das classes mais baixas passaram a ser introduzidas na escola. Somente após esse contexto a alfabetização passou a fazer parte das disciplinas escolares. Desta maneira, as cartilhas sofreram algumas adaptações para serem úteis também para os professores (IDEM, p. 19-21).

Determinada universalização da educação ganhou grande fôlego durante o debate da Reforma Protestante. Foi com Martin Lutero (1493-1546) que a preocupação de todos saberem ler e escrever se tornou mais clara. Ele defendeu que todas as pessoas deveriam ter contato direto com os escritos bíblicos, que seriam a única maneira de estar em contato com Deus. Lutero lutou contra a Igreja de Roma utilizando a educação como arma, tendo como suporte a legitimação. Neste sentido, Lutero argumentou que a relação dos homens com Deus era feita através da leitura da bíblia, sem necessidade de um intermediário. Então era fundamental a sociedade toda ser alfabetizada para poder efetuar esse contato com o divino (MANACORDA, 1992, p. 196).

Podemos perceber que a educação sempre esteve ligada a questões religiosas, a demandas que dominavam a mentalidade do contexto, determinando o que seria ensinado e propagado às pessoas. Com o advento da Reforma Protestante e da Revolução Industrial, o ensino passou a ser repensado, aproximando-se do que compreendemos por escola atualmente, onde há a divisão de diferentes campos do conhecimento (humanas, exatas e biológicas) e também a implementação de currículos. De acordo com Freitas, Peletti e Souza (2001, p. 4), “da mesma forma que o trabalhador, nos séculos seguintes, tornou-se apêndice da máquina, o professor e os alunos tornaram-se apêndices do livro didático”. A relação entre ferramenta didática, professor e aluno se intensificou cada vez mais com o passar do tempo.

Os estudos referentes aos materiais didáticos e o seu caráter ideológico só começaram a partir da década de 1960, pois até então a utilização desta ferramenta de ensino e aprendizagem era incontestável. Essa forma de pesquisa ainda hoje é utilizada nacionalmente e também internacionalmente. O enfoque ideológico ainda tangencia os materiais didáticos (NADAI, 1993, p. 150). É importante salientar que nas últimas décadas, as pesquisas referentes aos materiais didáticos ganharam outros olhares: buscou-se a vinculação do Estado na produção desses materiais e o papel político dessas ferramentas na sociedade.

De fato, só nos anos 1980 o uso e a produção dos manuais didáticos, e sua relação com os professores e alunos, passaram a ser investigados por uma perspectiva histórica, em que se constituiu uma das vertentes de maior importância para as pesquisas em ensino de história. Grande parte dessas pesquisas discutiu as mudanças e permanências dos manuais didáticos como uma ferramenta cultural fabricada e também o conteúdo prático pedagógico. Ainda existem os incentivos do Banco Mundial para estimular a aquisição de materiais didáticos, já que eles podem contribuir com o melhor desenvolvimento dos processos de ensino e aprendizagem.

Em nosso projeto pedagógico, buscamos tratar de forma geral de grande parte da história ibérica cristã medieval, pois nosso objetivo é fornecer ferramentas para que os professores possam levar esse conteúdo de história medieval para a sala de aula. Embora na atualidade existam diversos debates sobre o conceito *Reconquista*, concordamos com o historiador Sánchez-Albornoz, que apresenta a importância da temática como sendo um dos principais pilares de interpretação para toda a história da Península Ibérica (SÁNCHEZ-ALBORNOZ, 1998, p. 19), pois sempre se recorreu ao passado medieval ibérico para demonstrar a grandiosidade desse povo peninsular.

Essa perspectiva também é abordada por Contamine ao pensar o aspecto estrutural da sociedade ibérica. Segundo o medievalista: “Se ha solido decir de la sociedad española de los siglos VIII al que se había (organizado para la guerra). La lucha contra los musulmanes, guerra de reconquista y de religión a un tiempo, sirvió para modelar sus estructuras sociales” (CONTAMINE, 1984, p. 70).

5.3 A Idade Média na atualidade

Sabe-se hoje que a visão retrospectiva da Europa medieval como uma “idade das trevas” foi elaborada por eruditos renascentistas e, sobretudo, por iluministas. (...) isso não quer dizer que os estereótipos relacionados com a Idade Média tenham desaparecido. Estes explicam, inclusive, certo fascínio da arte e da cultura da massa por essa *obscura* Idade Média – na qual pululam magos e fadas, duendes e elfos, dragões, cavaleiros errantes e aventuras fabulosas. Explica o sucesso de obras romanescas envolvendo os mistérios e segredos da poderosa Igreja, o *outro lado* da cavalaria – com seu código de ética e com os nobres sentimentos dos cavaleiros andantes. Explica o sucesso de jogos de videogame e de computadores relativos às conquistas de territórios por príncipes guerreiros, com a ação de forças sobrenaturais de caráter mágico. Em todos esses casos, a Idade Média constitui apenas um para a criação ficcional, a imaginação e o divertimento. Certa ideia de “Idade Média” subsiste entre nós por esse viés. Mas qual o papel da escola, e da História que aí é ensinada, na difusão de conhecimentos relativos ao período? Antes, caberia perguntar qual Idade Média vem a ser divulgada nos bancos escolares e *qual* a pertinência de seu ensino num país como o Brasil, que não participou diretamente de uma experiência histórica propriamente medieval (KARNAL, 2010, p. 110-111).

O imaginário da Idade Média explorado pelos seriados de televisão, filmes e os jogos de videogame é totalmente distinto do que é apresentado no cotidiano escolar. Marcelo Pereira Lima discutiu isso em *Representações da Península Ibérica medieval nos livros didáticos: os (des)compassos entre a escola e a academia?*, bem como Nilton Mullet em *Imagens da Idade Média na cultura escolar*. De acordo com os autores, o que temos no mundo contemporâneo sobre Idade Média envolve três interpretações distintas: 1) uma sobre a mística explorada pelas mídias; 2) uma volta das pesquisas acadêmicas destinada a esse período histórico; 3) o medieval relacionado com a interpretação presente no cotidiano escolar.

José Rivair Macedo (2003) apresenta claramente como são desenvolvidas essas concepções ligadas ao contexto medieval e quais os motivos interpretativos de tais concepções na atualidade. Além disso, o autor questiona a importância de estudar a Idade Média no Brasil, fato esse que demonstraremos adiante em nosso trabalho. O que

fica evidente é que as três interpretações distintas sobre a Idade Média, mencionadas anteriormente, coexistem hoje, sendo que uma não depende da outra para sua existência. Todavia, podemos utilizá-las como recurso relevante para o desenvolvimento do ensino de história. Para dar continuidade ao entendimento das três interpretações, destacaremos o ponto de vista de Nilton Mullet Pereira ao afirmar que:

O ensino de História está igualmente imerso em um interminável jogo de reconstrução da memória, de redefinição das imagens que a sociedade constitui sobre seu próprio passado e sobre os outros. Desse modo, o ensino de História, tal qual o cinema, os jogos ou a televisão, cria modos de ver e de imaginar o passado. Sóbrio ou fantástico, tenebroso ou fabuloso, o passado é uma criação que se dá no presente e este é o mesmo espaço das lutas discursivas pelos direitos de dizer a verdade sobre o tempo que passou. É assim que a escrita da história está inserida nas guerras e nos combates políticos do presente. (...) Idade Média do fantástico e da religião, do Graal e do amor, das grandes guerras e das heroínas como Joanna D'arc, mostra-se no lado inverso ao que, por gerações, aprendemos no banco escolar. (...) Ensino de Idade Média Isso é em parte verdade, pois a imagem obscura da Idade Média tanto tem origem na História Acadêmica, quanto no senso comum. De qualquer maneira, a cultura escolar continua a ser resultado de um intrincado processo de seleção que fazemos diante de um jogo entre o que se escreve sobre o passado nos livros de História e o que se imagina do passado na memória coletiva. (...) A suspeita sugere que é preciso empobrecer os conteúdos da academia para ensinar aos estudantes da Escola Básica, fato que acaba por levar a um ensino de História baseado em clichês, já largamente ultrapassados e rechaçados pela historiografia (PEREIRA, 2009, p. 119-120, 122).

Novamente nos deparamos com “três Idades Médias” distintas. Pereira tece algumas críticas em relação a essas interpretações sobre período, determinando que são fundamentais para a compreensão de como aquele momento é retratado dentro dos livros didáticos.

As relações entre a Idade Média mística e o medieval acadêmico, que se diferem do trabalho nos bancos escolares, também foram discutidas e abordadas por Marcelo Pereira Lima (2012). Lima compreende que o material didático passou a ser encarado como uma elaboração do conhecimento, em que se viabiliza e se reproduz a historiografia tradicional. Dessa forma, a produção historiográfica vem sendo influenciada, ou seja, alguns conteúdos quase não são trabalhos acadêmicos, como o caso ibérico, cujos estudos ainda são recentes no Brasil.

Atualmente, temos conhecimento de uma nova Idade Média, a mística, fabulosa e fantasiosa, presente nos cinemas, nas televisões, em revistas em quadrinhos, desenhos animados, nos jogos de videogames e computadores, entre outras mídias. Ainda há o

medieval do banco escolar, que é retratado por meio dos livros didáticos usados no cotidiano escolar, carregado de vícios historiográficos nos quais a Idade Média é tratada de forma pejorativa ou romantizada, fato que vem sendo questionado pelas novas linhas interpretativas da nova historiografia nos últimos séculos (PEREIRA LIMA, 2012, p. 169).

As três interpretações atuais sobre a Idade Média serviram de apoio para pensarmos a respeito de nosso material didático, voltado para os alunos do 7º ano do Ensino Fundamental. Para desenvolver tal material ainda foi importante compreender: a) quais os conteúdos clichês presentes nos livros didáticos utilizados para o ensino de história e b) como o currículo aborda esses temas.

5.4 As tradições medievais no ensino de história no Brasil

Ao verificarmos os currículos de história nacional e do estado de Minas Gerais, pudemos identificar a presença de poucos conteúdos ligados à Idade Média e também a quase inexistência do medieval ibérico. No entanto, nos cabe indagar o motivo pelo qual o passado de nossos colonizadores está ausente do nosso ensino de história e por que as tradições feudais estão tão enraizadas no ensino de história medieval no Brasil.

Para nortear tais questionamentos, nos embasamos no artigo “Quatro décadas de história Medieval no Brasil: contribuições à sua crítica”, no qual o historiador Mário Jorge da Motta Bastos teve como objetivo entender o desenvolvimento daquele período histórico em terras brasileiras. Bastos (2016) explorou as primeiras traduções para o português de obras historiográficas publicadas em território nacional; apresentou também os primeiros trabalhos de pesquisa, como teses e dissertações aqui produzidas, assim como a formação do primeiro programa de pós-graduação e a fundação da Associação Brasileira de Estudos Medievais (ABREM). Por último, o autor analisou como os estudos medievais se encontram hoje na contemporaneidade.

O desenvolvimento da pesquisa em história, dos grupos de pesquisas e aulas sobre a temática medieval nas universidades brasileiras estão diretamente relacionados aos feitos históricos marcantes da história recente do país, como a era Vargas, as tensões antes do golpe civil-militar de 1964, os anos de chumbo e a perseguição após a chegada dos militares no poder, bem como a volta da democracia em 1985. A formação dos estudos medievais no Brasil recebeu muita influência de historiadores, antropólogos e sociólogos europeus que se dispuseram a vir para o país para desenvolver tal conteúdo.

Assim, em 1934, foi criada a primeira instituição que abrigava a História Medieval em seus quadros, a Universidade de São Paulo, favorecida por missões científicas originárias da Alemanha, da Itália e, em especial da França, integrada por futuros expoentes da academia como Fernand Braudel, Claudio Lévi-Strauss, entre outros. (BASTOS, 2016, p. 3).

Como nos demonstra Bastos, as formações dos primeiros estudos estão ligadas a grandes historiadores, que irão revolucionar a historiografia com o desenvolvimento dos *Annales*. Com o passar do tempo, foi possível perceber “a orientação marcante francesa que caracterizou a nossa historiografia desde os seus primórdios” (IDEM, p. 4). Assim, com base e orientação desses grandes nomes das ciências humanas, foram desenvolvidas as primeiras pesquisas no Brasil, dentre as quais, a tese pioneira foi a de Eurípides Simões de Paula, em 1942, e, em seguida, foi publicado o trabalho de Pedro Moacyr Campos, em 1945. Campos foi o primeiro professor brasileiro de história medieval na Universidade de São Paulo, em 1950

Após esses passos iniciais das pesquisas e dos estudos em história medieval, tivemos uma grande paralisação nesse desenvolvimento devido aos problemas causados pela ditadura civil-militar após 1964. Durante o contexto do militarismo no Brasil, as disciplinas ligadas às ciências humanas foram deixadas de lado, sendo substituídas pelos estudos sociais. Dessa forma, tivemos uma estagnação nas pesquisas no campo da produção histórica e da historiografia nacional, o que foi retomado com a redemocratização, em meados de 1980.

Inicialmente, a busca foi traduzir os textos produzidos na Europa, principalmente a produção desenvolvida pela terceira geração dos *Annales*. A chegada dessas pesquisas historiográficas em terras brasileiras foi abordada por Bastos:

A partir de meados dos anos 1980, marcados por uma verdadeira “procura da Idade Média” decorrente de uma “nova missão intelectual francesa chega ao Brasil!” Graças, inicialmente, as traduções portuguesas, a Nova História francesa invadiu, enfim, o meio acadêmico brasileiro. Georges Duby, Jacques Le Goff, Emmanuel Le Roy Ladurie, entre outros, tornaram-se referências obrigatórias nas bibliotecas dos cursos universitários, em especial das disciplinas relativas à História Medieval, que passou a suscitar o interesse crescente dos estudos (IBIDEM).

Como nos demonstra Bastos, a grande presença dos medievalistas franceses da terceira geração dos *Annales* revolucionou a historiografia brasileira. Após o período de chumbo, ou durante a ditadura civil-militar, tais pesquisas foram tomadas como referências para o desenvolvimento dos estudos, no Brasil, sobre o período medieval.

Com tais influências, foi fundado, em 1988, o primeiro programa de pós-graduação dedicado aos estudos de história antiga e medieval, na Universidade Federal Fluminense (UFF).

Já adentrando na década de 1990, especificamente em 1996, tivemos a fundação da ABREM, a qual possibilitou o contato entre os medievalistas brasileiros. No entanto, aqueles pesquisadores foram influenciados pela terceira geração dos *Annales*, integrada por grandes historiadores que buscavam entender o medievo francês, e pelas primeiras pesquisas ligadas às tradições feudais feitas no Brasil. Foi natural que as pesquisas em história ibérica medieval tenham ficado em segundo plano devido: a) à grande influência do movimento dos *Annales*; b) às primeiras traduções da historiografia medieval francesa para o português; c) aos cursos de pós-graduação pautados nas pesquisas desenvolvidas pelos *Annales*. Tomando como base esses fatores, fica evidente o motivo pelo qual as raízes feudais francesas estão entrelaçadas com as pesquisas, estudos e ensino de história do medievo no Brasil.

Entretanto, é possível destacar alguns trabalhos dedicados ao medievo peninsular, como as teses de doutorado de Hilário Franco Júnior, *As Peregrinações a Santiago de Compostela e a formação do feudo-clericalista periférico na Península Ibérica*, 1982; Ruy de Oliveira Andrade Filho, *Imagem e Reflexo: Religiosidade e monarquia no reino Visigodo de Toledo (Século VI e VII)*, 1997; Mário Jorge de Motta Bastos, *Religião e hegemonia aristocrática na Península Ibérica (século IV-VIII)*, 2002; Adailson José Rui, *São Tiago da Reconquista Espanhola à Conquista da América*, 2003; Adriana Vidotte, *Monarquia, justiça e direito: fundamentos do reino dos Reis Católicos em Castela (1474-1504)*, 2005; entre outros.

5.5 Conteúdos e temas do objeto educacional: a Reconquista ibérica

A seguir, vamos apresentar alguns aspectos do reinado de Alfonso VIII vinculados ao tema *Reconquista*. Por *Reconquista*, tradicionalmente, ficou conhecido o período que se estende do século VIII, com a entrada dos mouros na Península Ibérica, até o século XV, quando em 1492 os cristãos conquistaram Granada, o último reino islâmico.

Para realizar este trabalho nos embasamos na historiografia referente ao tema, a qual servirá como base para elaboração do texto para os professores, bem como indicação bibliográfica para os docentes. Sendo assim, por exemplo, ressalta-se primeiramente o trabalho de Ruy de Oliveira Andrade Filho, *Os muçulmanos na*

Península Ibérica: o início da expansão trajetória do século VIII ao XV crentes ou fanático?. Neste trabalho, o historiador buscou explicar como se deu a entrada dos muçulmanos na península até a sua saída completa em Granada, em 1492. Embora esse trabalho seja um resumo, ele é importante devido ao fato de ser um livro em português.

Outro livro que devemos dar destaque é *El enemigo en El Espejo: cristianos y musulmanes en la España medieval*, de Ron Barkai. Aqui, Barkai explora a relação de convivência entre muçulmanos e cristãos. É um trabalho inovador que apresenta a relação pacífica entre dois grupos religiosos. Essa obra influenciou a historiografia contemporânea porque tenta abordar as relações mouras e cristãs.

Em *História medieval da Península Ibérica*, de Adeline Rucquoi, a história ibérica foi abordada desde o declínio romano e entrada dos visigodos no território peninsular até a recuperação total dessa localidade pelos cristãos. Embora seja uma obra resumida, aborda os principais temas de Idade Média ibérica. É fundamental por oferecer um panorama geral. Outro fator muito importante é possuir tradução para o português.

Obra relevante que dá destaque para os muçulmanos é o estudo de Hugh Kennedy, *Os muçulmanos na Península Ibérica: história política do al-Andalus*. Merece um grande destaque devido à utilização de fontes árabes, além de também abordar a história por outra visão, ou seja, não tradicional. Ao utilizarmos esse livro, podemos compreender como a historiografia contemporânea tem abordado a nova perspectiva de traduções de fontes árabes e também como a história ibérica vem sendo contada através do uso dessa nova documentação. Com isso, o livro de Kennedy é fundamental para contrapor a historiografia ibérica tradicional, na qual se explora somente o posicionamento cristão.

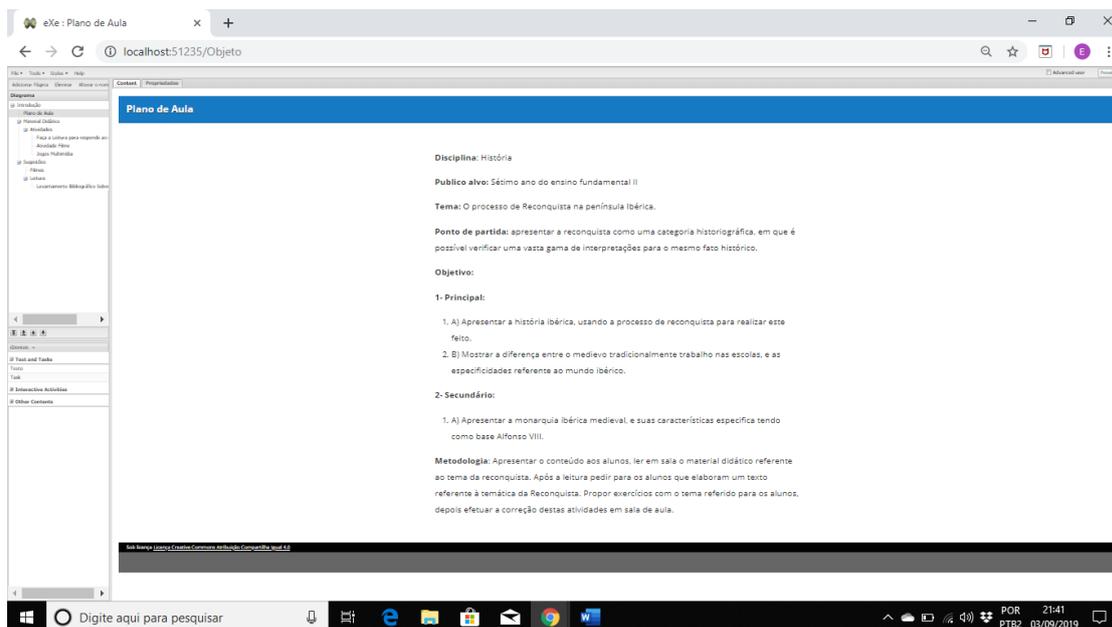
Trabalho de muita importância para o nosso estudo é o livro de Julio Valdeón Baroque, *La Reconquista*, em que o historiador busca apresentar como foi construída a identidade cristã na Península Ibérica, e como essa construção auxiliou os protegidos de Cristo na recuperação dos territórios, que antes haviam sido dos visigodos e na Baixa Idade Média estavam sob o domínio muçulmano. Desse modo, a guerra deveria ser feita para a recuperação da península. O autor também apresenta como essa identidade da *Reconquista* era compreendida nos diversos reinos cristãos peninsulares. Na obra, Baroque apresenta também que essa identidade de pertencimento ao território ibérico se inicia com os romanos, assumindo identidade no período visigodo, se fortalecendo durante a Idade Média e culminando com as formações precoces dos “estados nações”

na Península Ibérica. Neste sentido, *La Reconquista* é fundamental para o nosso trabalho, pois aborda a elaboração do conceito, a sua influencia no mundo ibérico e ainda como era compreendido nos diversos reinos cristãos presentes na península. Acreditamos que com esta obra seja possível responder a várias indagações sobre tal temática.

Trabalho recente é o livro do historiador Martín F. Ríos Saloma, *La Reconquista: una construcción historiográfica (siglos XVI-XIX)*. Nele, o autor apresenta uma crítica ferrenha à *Reconquista*, pois foi algo inventado e elaborado pela historiografia. Segundo ele, os homens medievais não tinham ideia dessa ação que buscava recuperar o território ibérico. O trabalho ainda recebe críticas, porque rompe com a historiografia tradicional e apresenta novas linhas interpretativas para a Idade Média ibérica. Outro ponto que merece atenção é o fato de que o autor apresenta um panorama enorme sobre a historiografia referente ao tema, apresentando as principais obras historiográficas ligadas à temática.

Acreditamos que as referências citadas sejam suficientes para a elaboração do material. Embora tenhamos procurado apresentar os principais títulos com traduções para o português, algumas das obras fundamentais, infelizmente, ainda não foram traduzidas.

5.5.1 Objeto pedagógico: público-alvo, texto de apoio pedagógico “livro didático digital”, atividades e exercícios



Fonte objeto pedagógico: Imagem extraída da eXe Learning, durante o desenvolvimento do objeto pedagógico, visando apresentar o plano de aula ao professor.

5.5.1.1 Plano de aula

Disciplina: História

Público-alvo: 7º ano do Ensino Fundamental II

Tema: O processo de *Reconquista* na Península Ibérica.

Ponto de partida: apresentar a *Reconquista* como uma categoria historiográfica, na qual é possível verificar uma vasta gama de interpretações para o mesmo fato histórico.

Objetivos:

1 - Principal:

- a) apresentar a história ibérica por meio do processo de reconquista;
- b) mostrar a diferença entre o medieval tradicionalmente trabalhado nas escolas e as especificidades referentes à Península Ibérica.

2 - Secundário:

Apresentar a monarquia ibérica medieval e suas características específicas, tendo como referência o reinado de Alfonso VIII.

Metodologia: apresentar o conteúdo aos alunos, ler em sala o material didático referente ao tema da *Reconquista*. Após a leitura, pedir para os alunos elaborarem um texto referente à temática. Propor exercícios com o tema referido e na sequência efetuar a correção dessas atividades em sala de aula.

5.5.1.2 Texto de apoio pedagógico “livro didático digital”: A *Reconquista* ibérica e o surgimento dos primeiros reinos cristãos peninsulares: a formação de Portugal e Espanha

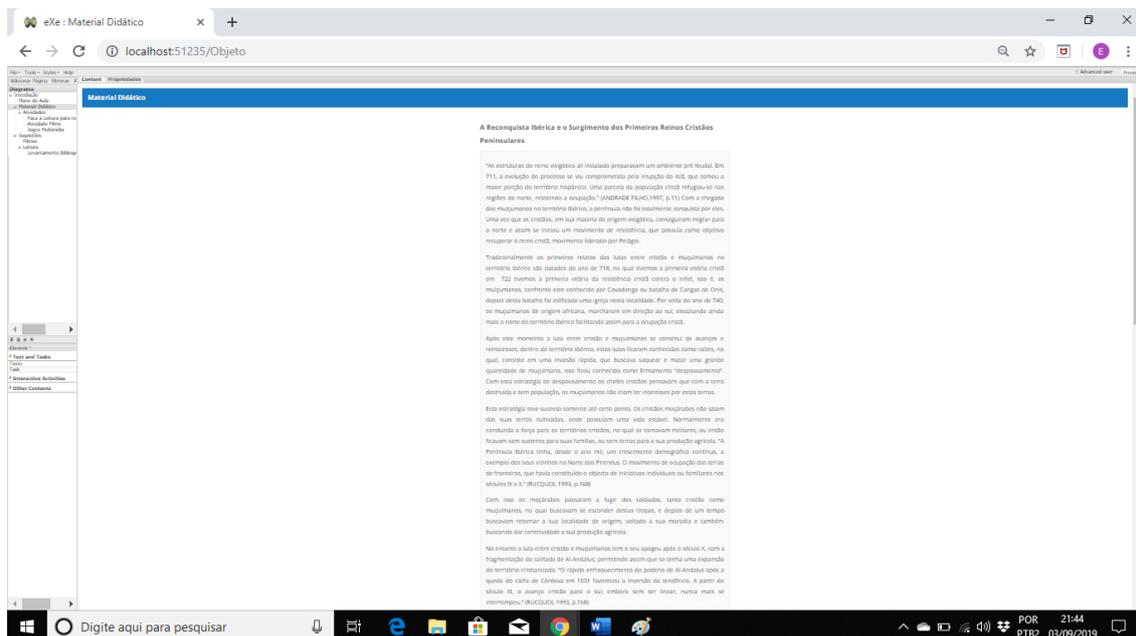


Imagem extraída da interface eXe Learning, durante o desenvolvimento do nosso objeto pedagógico, o livro didático em processo de criação. O texto completo segue no corpo desta dissertação.

Por Reconquista, tradicionalmente ficou conhecido o período que se estende do século VIII, com a entrada dos mouros na Península Ibérica, até o século XV, quando, em 1492, os cristãos reconquistaram Granada, o último reino mouro. A partir do século VIII, boa parte do território ibérico encontrava-se tomado pelos mouros. Restava para os cristãos apenas as áreas montanhosas do Norte, onde se formou posteriormente os reinos de Leão, Castela, Navarra e Aragão. Seus soberanos procuraram recuperar o território dos muçulmanos, mas poucos alcançaram o objetivo.

As causas do processo de *Reconquista* é a justificativa da luta contra os muçulmanos que têm como pressuposto a utilização do passado visigótico cristão e a ideia de uma união dos reinos cristãos nas lutas contra os mouros. São estes os alicerces para o desenvolvimento que, no futuro, a historiografia irá denominar *Reconquista*. Ou seja, mesmo a palavra “reconquista” não aparecendo em documentos elaborados durante o período medieval, os historiadores localizaram ideias e expressões que, segundo eles, corroboram a concepção de que os medievais teriam consciência de uma perda e, portanto, as batalhas contra os muçulmanos tinham como propósito de

recuperar o território. Para tanto, era necessária a união entre os reinos cristãos contra a um inimigo comum, os mouros.

Desta forma, hoje, basicamente toda a Idade Média ibérica é denominada como tempos de reconquista. De acordo com Andrade Filho, “as estruturas do reino visigótico ali instalado preparavam um ambiente pré-feudal. Em 711, a evolução do processo se viu comprometida pela irrupção do Islã, que tomou a maior porção do território hispânico. Uma parcela da população cristã refugiou-se nas regiões do norte, resistindo à ocupação” (ANDRADE FILHO, 1997, p. 11). Mesmo que os muçulmanos tenham dominado o território ibérico, a península não foi totalmente conquistada por eles porque os cristãos, em sua maioria de origem visigótica, conseguiram migrar para o norte. Assim se iniciou um movimento de resistência, liderado por Pelayo, cujo objetivo era recuperar o reino cristão.

Tradicionalmente os primeiros relatos das lutas entre cristãos e muçulmanos no território ibérico são datados de 718, quando houve a primeira vitória cristã. Em 722, teve lugar a primeira vitória da resistência cristã contra os infiéis, isto é, os muçulmanos, no confronto conhecido por Covadonga ou batalha de Cangas de Onís – após essa batalha foi edificada uma igreja na localidade. Por volta de 740, os muçulmanos de origem africana marcharam em direção ao sul, esvaziando ainda mais o norte do território ibérico e facilitando, portanto, a ocupação cristã.

Após esse momento, a luta entre cristãos e muçulmanos se constituiu de avanços e retrocessos no território ibérico. Essas lutas ficaram conhecidas como raízes, as quais consistem de uma invasão rápida que buscava saquear e matar uma grande quantidade de muçulmanos, procedimento chamado de Ermamento, “despovoamento”. Por meio dessa tática de despovoamento os chefes cristãos pensavam que, com a terra destruída e sem população, os muçulmanos não iriam ter interesses por essas terras. Essa estratégia teve sucesso somente até certo ponto.

Os cristãos moçárabes²¹ não saíam das suas terras cultivadas, onde possuíam uma vida estável. Normalmente eram conduzidos à força para os territórios cristãos, onde deveriam se tornar militares sob a condição de ficarem sem sustento para suas

²¹ “Após o triunfo muçulmano na Península Ibérica em meados do século VIII, esse termo foi aplicado àqueles cristãos e judeus que continuaram vivendo sob o domínio muçulmano sem se converterem ao Islã. Gradualmente, a descrição foi ficando limitada aos cristãos, porquanto os moçárabes foram cada vez mais identificados como guardiões da herança do Catolicismo visigótico. De 850 em diante enfrentaram perseguições esporádicas, às quais resistiram bravamente. Estavam concentrados em grande número nos centros urbanos, com destaque para Toledo, Córdova e Sevilha” [RS. Simonet, Historia de los mozarabes de Esparta, Madrid, Viuda de M. Tello, 1897] (LOYN. Henry R. (Org.). **Dicionário da Idade Média**. Editora Jorge Zahar: Rio de Janeiro. p. 608).

famílias e sem terras para a produção agrícola. De acordo com Rucquoi, “a Península Ibérica tinha, desde o ano mil, um crescimento demográfico contínuo, a exemplo dos seus vizinhos no Norte dos Pirenéus. O movimento de ocupação das terras de fronteiras, que havia constituído o objecto de iniciativas individuais ou familiares nos séculos IX e X” (RUCQUOI, 1993, p. 168). Com isso, os moçárabes passaram a fugir dos soldados, tanto cristãos como muçulmanos, buscando se esconder dessas tropas. Depois de um tempo retornavam à moradia de origem, dando continuidade à sua produção agrícola.

No entanto, a luta entre cristãos e muçulmanos tem o seu apogeu após o século X, com a fragmentação do califado de Al-Andalus, permitindo assim a expansão do território cristianizado.

O rápido enfraquecimento do poderio de al-Andalus após a queda do califa de Córdova em 1031 favoreceu a inversão da tendência. A partir do século XI, o avanço cristão para o sul, embora sem ser linear, nunca mais se interrompeu” (IDEM).

Apenas após o século XI as cruzadas começaram a ter entre cristãos e muçulmanos o carácter glorificante. Os cristãos que viviam na Península Ibérica denominaram tal processo de *Reconquista*. Os triunfos cristãos foram acontecendo aos poucos. No decorrer de quatro séculos (XI-XV), as guerras de *Reconquista* produziram o que vieram a ser Portugal e Espanha.

O rei de Leão e Castela, Afonso VI (1046-1109), foi um dos máximos soberanos da *Reconquista*. Desfrutando de enorme influência na Europa, angariou ajuda de nobres guerreiros franceses. Como recompensa dos trabalhos prestados, o monarca concedeu-lhes boa parte do território recuperado dos muçulmanos. Uma das localidades concedidas foi o Condado Portucalence, do qual o senhor desse condado virou-se, então, vassalo de Afonso VI.

Em 1139, o monarca Afonso Henriques, senhor do Condado Portucalence, desafiou as tradições feudais se rebelando contra o monarca de Leão e Castela, coroando-se como rei daquele condado. O reino Portucalence continuou a guerra contra os mouros, expandindo o território português para as localidades então conquistadas. Amparado por cavaleiros da Segunda Cruzada, que passavam pelo litoral português em direção a Jerusalém, conseguiu afastar totalmente os muçulmanos de Lisboa, em 1147. Assim, Lisboa tornou-se a capital do reino de Portugal. Para solidificar seus domínios, o rei Afonso Henriques buscou incentivar o povoamento dos territórios, atraindo habitantes e colonos com vantagens exclusivas e distribuindo castelos a nobres e

localidades para as ordens religiosas. Em troca, Afonso Henriques exigiu fidelidade, como a defesa de suas cidades e o pagamento de tributos.

Afonso Henriques, em 1147, recuperou Santarém. Nesse mesmo ano, o rei de Portugal se dirigiu para a Terra Santa, Jerusalém. Com o avanço do tempo os reinos ibéricos passaram a se tornar cada vez mais dependentes de Portugal ou de Castela, demarcando assim as fronteiras. Tais limites ficaram ainda mais evidentes com o tratado de Badajoz, ocorrido em 1267, entre os monarcas Alfonso X, de Castela, e Afonso III, de Portugal. Esse tratado definia as fronteiras entre os dois reinos ibéricos.

Abalado e ameaçado por dois inimigos, os mouros e o reino cristão de Leão e Castela, o rei português tentou centralizar os poderes que detinha em mãos, manipulando os nobres e aproximando-se dos burgueses com o intuito de oferecer-lhes direitos, cidades e comércio. Sendo assim, já no século XIII, Portugal estava totalmente formado, a conquista do território terminara e o país era governado por um rei forte.

Por sua vez, o desenvolvimento e a unificação da Espanha são um pouco diferentes de Portugal, pois aconteceram através da união de diferentes reinos cristãos, como, Castela e Aragão. Tendo seu início na sucessão do trono de Castela, com o casamento de Isabel, meia irmã de Enrique IV, e o monarca Fernando de Aragão, que futuramente seriam conhecidos como os reis católicos.

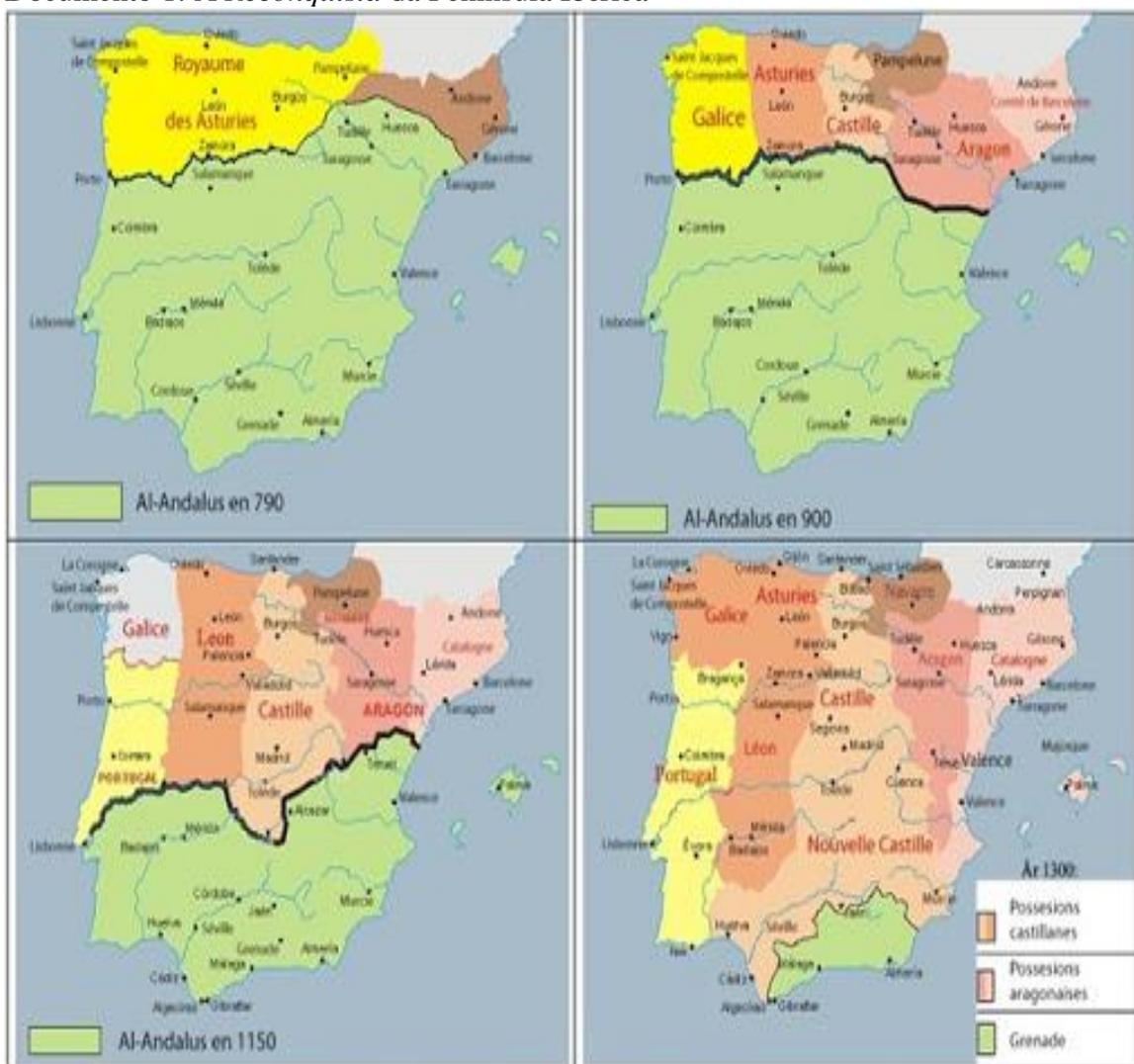
Porém, os pensamentos de unificação foram arquitetados com propostas bem definidas com o casamento de Isabel, que escolheu Fernando para se unir em matrimônio, sobretudo, pelo fato de que ele, diferentemente de Afonso de Portugal, não tinha herdeiros. Já pensava que seus filhos com Fernando herdariam os reinos de Castela e Aragão, caminhando, assim, para a unidade dos reinos. (...) Com a ascensão de Fernando e Isabel, deu-se início a esse projeto centralizador, que não visava somente à solidariedade entre os reinos, mas projetava-se numa ideia de unidade. Caminharam, deste modo, para a centralização do poder real e, para tanto, foram construídas as bases jurídicas desse novo reinado. Essa unificação reinante não se realizaria imediatamente com o casamento de Isabel de Castela e Fernando de Aragão, mas se projetaria na figura do sucessor do casal, que herdaria o trono de ambos os reinos. Contudo, de início, a união dos reinos foi expressa na imagem da união pessoal dos monarcas, com suas funções no exercício da Justiça (MOI, 2016, p. 34-35).

Após a união dos reinos de Castela e Aragão por meio do casamento dos reis católicos, houve frequentes lutas que tentaram expulsar os muçulmanos de Granada, o último reino mouro no território ibérico. Desta forma, Isabel e Fernando “empreenderam uma guerra sistemática de conquista contra o reino de Granada. Esta guerra foi muito diferente dos ataques e contra-ataques dos primeiros tempos. A

aristocracia andaluza recebia ordens dos reis católicos (Fernando e Isabel)” (KENNEDY, 1999, p. 331). Tal território só foi libertado em 1492 pelos famosos reis católicos e, portanto, após esse período houve o fim da dominação muçumana na península.

Atividades: De olho nos documentos

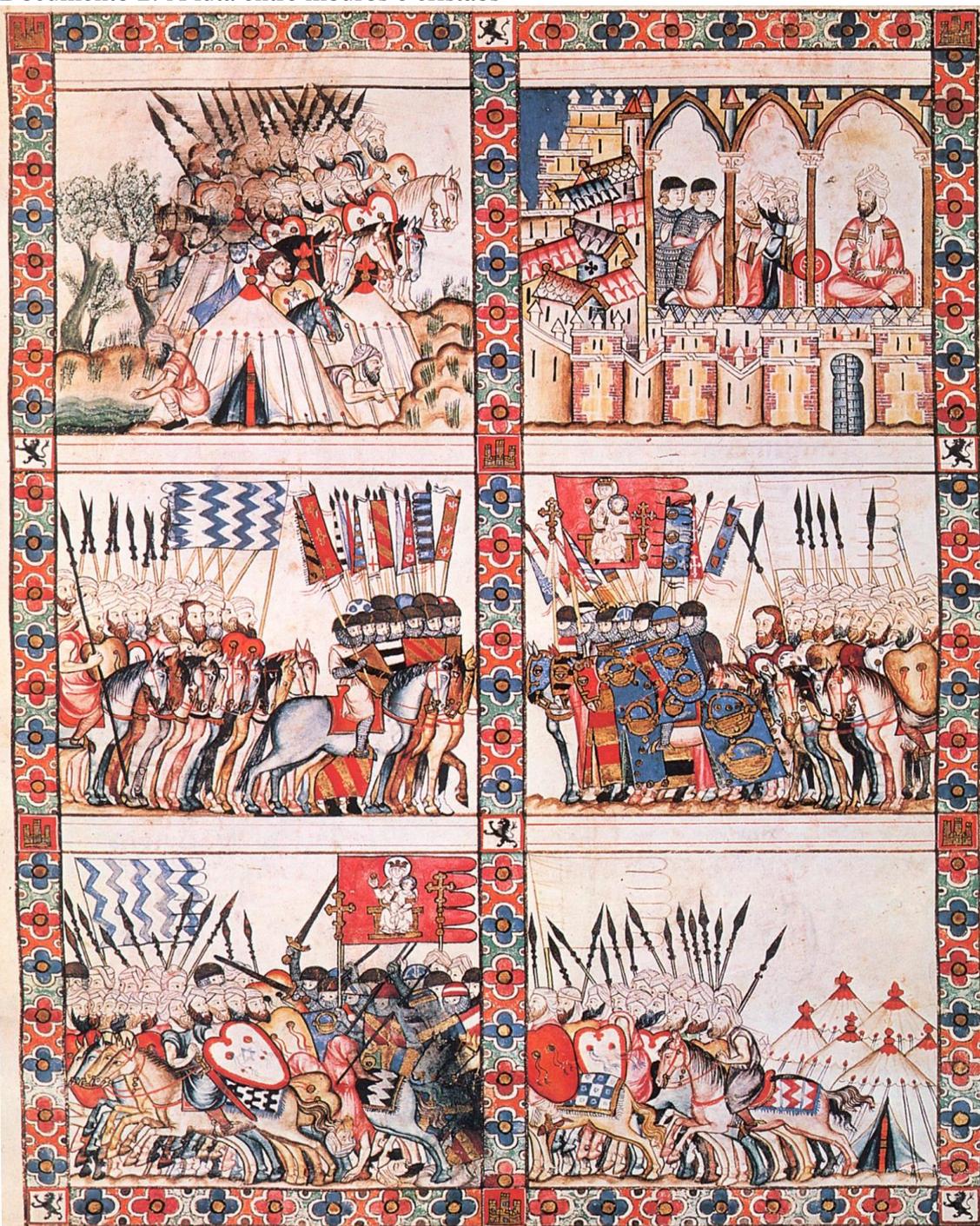
Documento 1: A *Reconquista* da Península Ibérica



Fonte site: <<https://www.ricardocosta.com/cronologia-da-peninsula-iberica-379-1500>>. Acesso em: 10 out. 2019.

- Em que local se iniciaram as formações de Portugal e Espanha?
- De quem os cristãos ibéricos tomaram o território?
- Qual foi o último reino muçumano conquistado pelos cristãos ibéricos?

Documento 2: A luta entre mouros e cristãos



Fonte do site: <<https://ballandalus.wordpress.com/2013/11/23/cantiga-181-from-the-cantigas-de-santa-maria/>>. Acesso em: 10 out. 2019. Iluminuras Cantiga de Santa Maria, de Alfonso X (Século XIII) – Retirada de:

- Identifique os dois exércitos adversários e descreva o que era utilizado neste conflito. quais elementos, presentes na iluminura, podemos identificar como de cruzadas?
- Tendo como base as leituras e o estudo sobre o tema responda: a formação de Portugal e Espanha significou o banimento dos muçulmanos do território ibérico? Por quê?

Formação dos reinos cristãos: e os principais acontecimentos da Reconquista na formação de Portugal e Espanha

O primeiro reino cristão a ser formado foi Astúrias, mais tarde esse território passou a se chamar Leão. Já no século X, uma província do reino de Leão se tornou independente, formando assim outro reino cristão com o nome de Navarra. No final do século X, os constantes confrontos entre os reinos cristãos, nutriram o seu próprio enfraquecimento. Almonçor aproveitou essa oportunidade e devastou a capital de Leão, limitando em muito o território daquele reino. Segundo Kennedy, “durante os vinte anos seguintes, seria o governante incontestado do al-Andalus, um período que alguns vêm como o apogeu da Espanha Muçulmana em termos de segurança territorial, paz e prosperidade internas” (KENNEDY, 1999, p. 137).

Sancho de Navarra, já no século XI, vai proporcionar a formação de distintos reinos cristãos no território ibérico. Após a sua morte o monarca vai deixar de herança para os seus três filhos (Fernando I, Garcia e Afonso IV) o reino, que futuramente vai dar origem a Navarra, Castela e Aragão. Logo Fernando I anexou Leão, passando, portanto, a ser o rei de Castela e Leão. Com a morte de Fernando I, em 1065, o reino foi fragmentado. Assim, a Galiza – “o condado Portucalence” –, o qual posteriormente receberia o nome de “Portugal”, ficou para Garcia; Leão, para Alfonso; e, finalmente, Castela, com Sancho. Iniciam-se assim os confrontos entre os irmãos. Sancho é destronado e morto e Alfonso passa a ser rei de Castela, Galiza e Leão. Por isso o monarca passou a ser conhecido como Alfonso VI.

Alfonso VI deu continuidade em seu processo de expansão territorial chegando a conquistar Toledo, em 1085, tornando-a capital de seu reino. Devido a essa sequência de vitórias cristãs, os muçumanos buscaram ajuda no norte da África, conseguindo assim apoio dos Almorávidas, os quais derrotaram os cristãos na batalha de Zalaca, em 1086. Mesmo assim, continuaram as vitórias cristãs, especialmente por parte dos galegos e dos condes de Portucalense, que conquistaram Lisboa e Santarém, em 1093. Essas localidades são recuperadas, posteriormente, pelos muçumanos. Sendo assim, Alfonso VI pede auxílio para cavaleiros de origem não peninsular, conseguindo o suporte bélico.

O principal grupo de cavaleiros a apoiar Alfonso VI foi o Homens de Armas. Nesse grupo estava D. Raimundo, cuja recompensa por lutar foi casar-se com Dona Urraca, filha verdadeira do rei, e herdar todas as terras da região da Galiza. Após um tempo, outros estrangeiros, como D. Henrique, primo de D. Raimundo, que ao chegar à

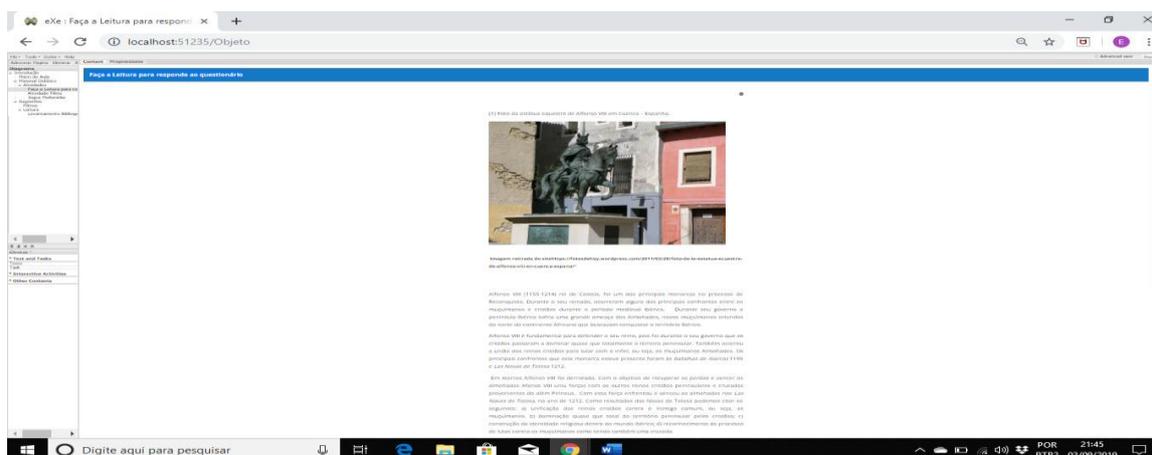
península, também devido à sua participação nas batalhas, teve como prêmio o direito de se casar com Dona Teresa, filha do rei da Galiza e do Condado Portucalense.

Já em 1139, ocorreu a batalha de Ourique. Com o triunfo cristão D. Afonso Henriques foi aclamado rei pela população. No entanto essa independência só é reconhecida em 1143, no tratado de Zamora, assinado pelo rei de Castela, Alfonso VII. Só em 1179, o papa Alexandre III chancelou a independência de Portugal, através de uma bula conhecida como Manifestis Probatum.

Em 1147, D. Afonso Henriques recupera Santarém e neste mesmo ano o rei de Portugal se dirige para Terra Santa. Com o avançar do tempo os reinos ibéricos passaram a se tornar cada vez mais dependentes de Portugal e de Castela, demarcando-se assim as fronteiras. Isso ficou ainda mais evidente com o tratado de Badajoz, que ocorreu em 1267, assinado pelos reis Alfonso X, de Castela, e por Afonso III, de Portugal.

Após esse momento, o reino mulçumano só ficou restrito a Granada, “empreenderam uma guerra sistemática de conquista contra o reino de Granada. Esta guerra foi muito diferente dos ataques e contra-ataques dos primeiros tempos. A aristocracia andaluza recebia ordens dos reis católicos (Fernando e Isabel)” (KENNEDY, 1999, p. 331). Tal território só foi libertado em 1492, pelos famosos reis católicos. Assim, após esse período, tivemos o fim da dominação mulçumana na península.

5.5.1.3 Atividades: faça a leitura para responder



Fonte objeto pedagógico: Imagem extraída da interface eXe Learning, durante o desenvolvimento do nosso objeto pedagógico, atividades presentes em nosso material.



Fonte do site: <<https://fotosdehoy.wordpress.com/2011/03/28/foto-de-la-estatua-ecuestre-de-alfonso-viii-en-cuenca-espana/>>. Acesso em: 10 out. 2019. Foto da estátua equestre de Alfonso VIII em Cuenca.

Rei de Castela, Alfonso VIII (1155-1214) foi um dos principais monarcas no processo de *Reconquista*. Durante o seu reinado, no período medieval ibérico, ocorreram alguns dos principais confrontos entre muçulmanos e cristãos. No seu governo, a Península Ibérica sofreu uma grande ameaça dos Almôadas, novos muçulmanos oriundos do norte do africano, que buscavam conquistar o território ibérico. Alfonso VIII foi fundamental para defender o seu reino, pois no decorrer de seu governo os cristãos passaram a dominar quase que totalmente a península. Também se esforçou pela união dos reinos cristãos a fim de lutar contra o infiel, ou seja, os muçulmanos Almôadas. As principais batalhas em que o monarca esteve presente foram as de Alarcos, em 1195, e Las Navas de Tolosa, em 1212.

Em Alarcos, Alfonso VIII foi derrotado. Com o objetivo de recuperar as perdas e vencer os Almôdas, Afonso VIII uniu forças com os outros reinos cristãos peninsulares e cruzados provenientes da França. Com essa força enfrentou e venceu os Almôadas nas Las Navas de Tolosa, em 1212. Como resultado de Las Navas de Tolosa podemos citar: a) unificação dos reinos cristãos contra o inimigo comum, ou seja, os muçulmanos; b) dominação quase que total do território peninsular pelos cristãos; c) construção da identidade religiosa dentro do mundo ibérico; d) reconhecimento do processo de lutas contra os muçulmanos como sendo uma cruzada.



Fonte 1: o trabalho acima foi pintado em 1878 e encontra-se no Palácio do Senado de Espanha. Ele descreve a batalha de Las Navas de Tolosa, travada em 16 de julho de 1212, perto do município jienense de Santa Elena. É também conhecida como a batalha dos três reis, porque nela lutaram Alfonso VIII, de Castela, Pedro II, de Aragão, e Sancho VII, de Navarra.

Fonte 2: ao longo do século VIII foram se organizando pequenos núcleos políticos de resistências aos árabes nas regiões montanhosas do Norte, especialmente nas Astúrias e na Cantábria. Por meio deles teve início a chamada *Reconquista*, ou seja, a retomada pelos cristãos das terras ocupadas pelos muçulmanos. Até o século X, a ação desses núcleos limitou-se à defesa do território que ocupavam. Orientados fundamentalmente no sentido da resistência, quando muito saqueavam colheitas alheias. A partir do século XI, quando diversas áreas políticas ou reinos já estavam claramente estabelecidos, os cristãos iniciaram seu avanço para o sul.

Fonte [2] (...) A consequência dessa situação foi a militarização da sociedade e sua organização para a guerra. Essa guerra, precedida da etapa de ocupação do espaço geográfico e seu consequente povoamento, acabou criando uma comunidade de homens livres, motivados pela perspectiva da ascensão social e econômico que, às vezes, a coragem individual pode proporcionar. (...) O momento decisivo dessa virada foi a derrota dos almóadas na batalha de Las Navas de Tolosa, 1212, resultando da ação conjunta dos reinos

cristãos. (...) somente o reino muçulmano de Granada sobreviveu, até 1492, na condição de feudo castelhano. Do século XIII até o fim da Idade Média, a península Ibérica foi a “Espanha dos cinco reinos” Castela, Aragão, Navarra, Portugal e Granada (PEDRERO-SÁNCHEZ, 2001, p. 23-25).

- Fonte 1: Qual é o objetivo da elaboração dessa obra?
- Fonte 2: Que acontecimento é mencionado no texto e qual a importância desse acontecimento para o mundo ibérico?
- Fontes 1 e 2: Comparando as fontes 1 e 2, o que encontramos como elementos comuns?
- Fontes 1 e 2: Como a figura de Alfonso VIII se relaciona com esses documentos?

5.5.1.4 Atividades: questionário interativo do Adobe Flash Player

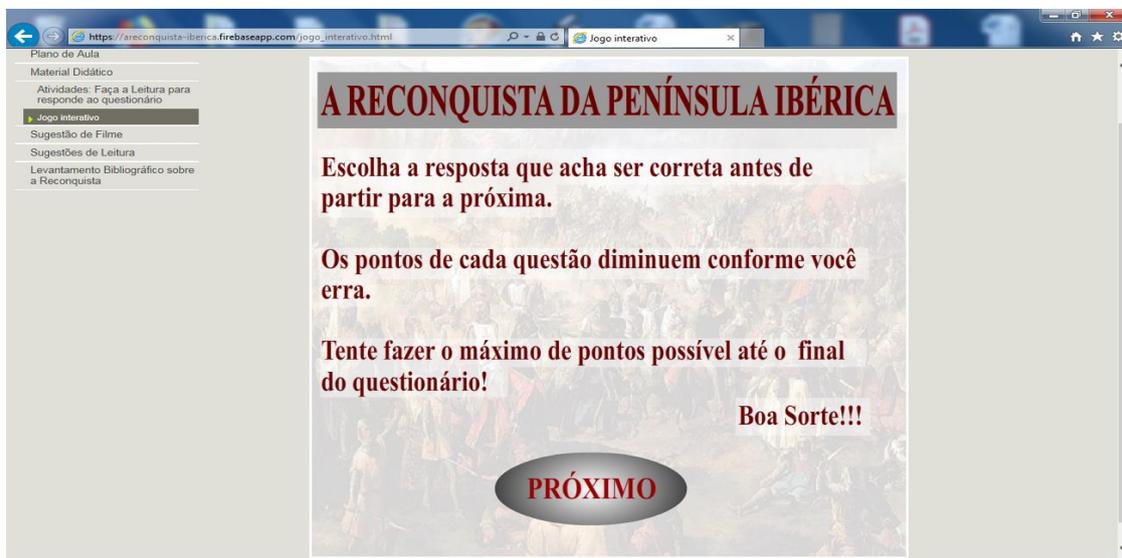
O Adobe Flash Player, que começou a ser produzido em 1996, é reprodutor de multimídias, comumente utilizado na internet e em diversas plataformas de tecnologia. O Flash, como normalmente é chamado, inicialmente foi desenvolvido com o objetivo de facilitar animações. No entanto com o advento da internet se tornou uma importante ferramenta, pois com ele tornou-se possível desenvolver animações, podendo ser compartilhadas com facilidade, devido ao fato de que normalmente os arquivos desenvolvidos em Adobe Flash Player possuem tamanho reduzido, facilitando assim o seu compartilhamento.

Outro ponto que devemos levar em consideração é a facilidade de abertura dos projetos feitos em Adobe Flash Player em variados navegadores, pois grande parte reconhece o Flash com um *plug-in* de reprodução. Outro aspecto importante do Flash é a facilidade de desenvolvimento, porque possui uma linguagem simples de programação, o que facilita, portanto, o seu desenvolvimento.

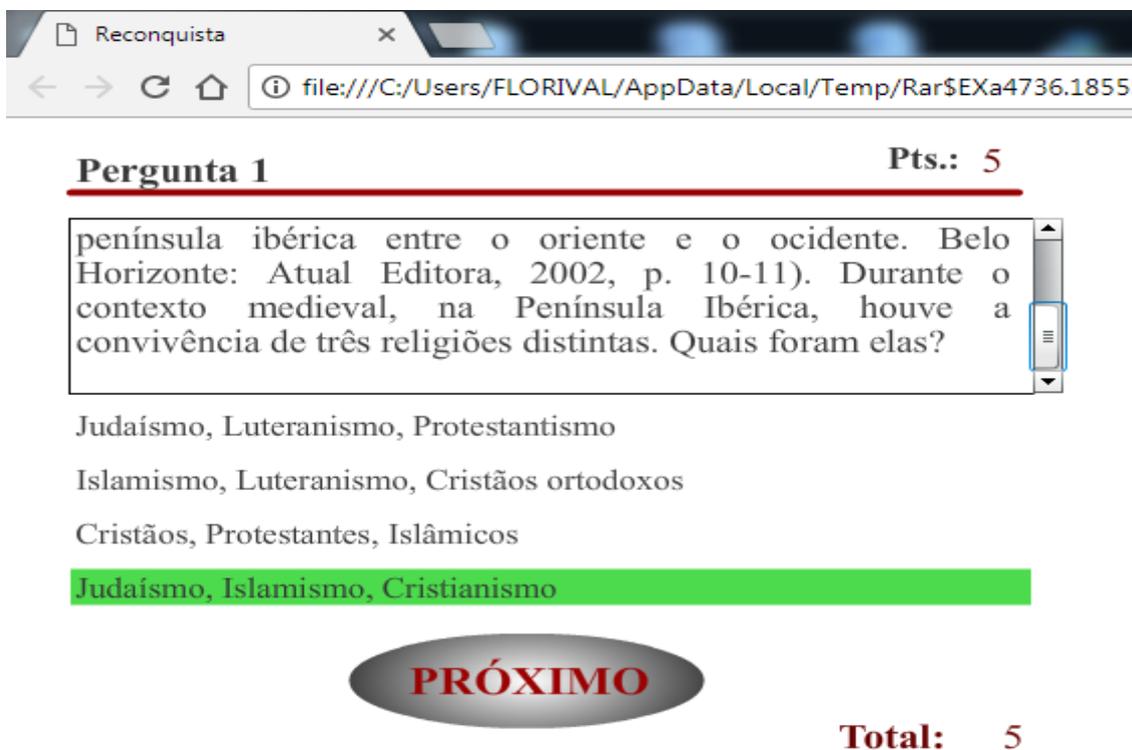
Assim optamos por desenvolver um questionário no Adobe Flash Player. Dessa forma, a interação entre o nosso objeto pedagógico e os discentes é facilitada. Nesse grupo de perguntas, os alunos podem utilizar os textos de apoio anteriormente demonstrados. Entretanto, para cada erro ao responder as indagações será descontada uma quantidade de pontos. Além disso, o usuário só conseguirá avançar para a próxima pergunta ao acertar a questão.

Como exemplo, a cada questão do formulário é atribuída cinco pontos por pergunta. Assim, se o docente conseguir acertar na primeira tentativa ganhará cinco

pontos; se na segunda, o valor da pontuação vai ser de quatro pontos; após a segunda tentativa a pontuação atribuída será de dois pontos; por fim, na última tentativa, não será atribuída qualquer pontuação. A seguir iremos apresentar algumas questões do referido jogo.



Fonte objeto pedagógico: interface inicial do jogo interativo sobre a Reconquista ibérica.



Fonte objeto pedagógico: interface do jogo com a questão certa.



Pergunta 4

Pts.: 4

refugiou-se nas regiões do norte (ANDRADE FILHO, Ruy. Os muçulmanos na Península Ibérica: o início da expansão trajetória do século VIII ao XV crentes ou fanáticos? São Paulo: Contexto, 1997. p. 11).

Os Vândalos

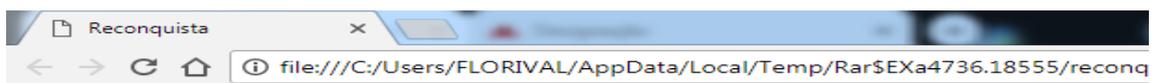
Os Visigodos

Os Francos

Os Hunos

Total: 14

Fonte objeto pedagógico: interface do jogo com a primeira tentativa errada.



Pergunta 4

Pts.: 2

refugiou-se nas regiões do norte (ANDRADE FILHO, Ruy. Os muçulmanos na Península Ibérica: o início da expansão trajetória do século VIII ao XV crentes ou fanáticos? São Paulo: Contexto, 1997. p. 11).

Os Vândalos

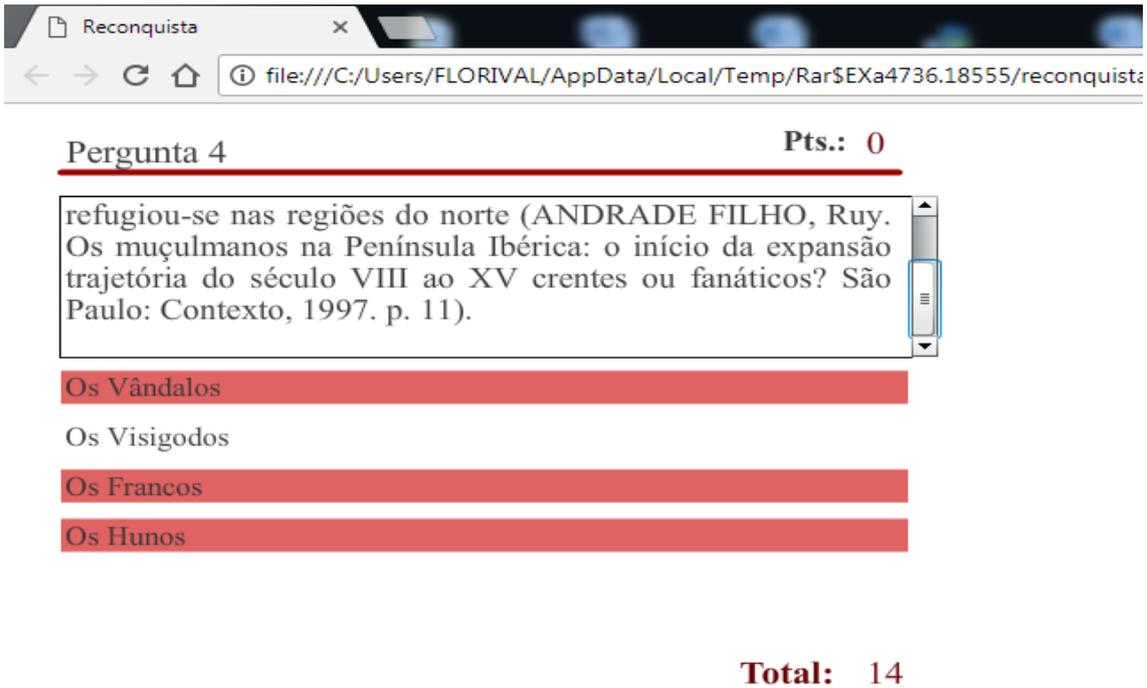
Os Visigodos

Os Francos

Os Hunos

Total: 14

Fonte objeto pedagógico: interface do jogo com a segunda tentativa errada.



Reconquista

file:///C:/Users/FLORIVAL/AppData/Local/Temp/Rar\$EXa4736.18555/reconquista

Pergunta 4 **Pts.: 0**

refugiou-se nas regiões do norte (ANDRADE FILHO, Ruy. Os muçulmanos na Península Ibérica: o início da expansão trajetória do século VIII ao XV crentes ou fanáticos? São Paulo: Contexto, 1997. p. 11).

Os Vândalos

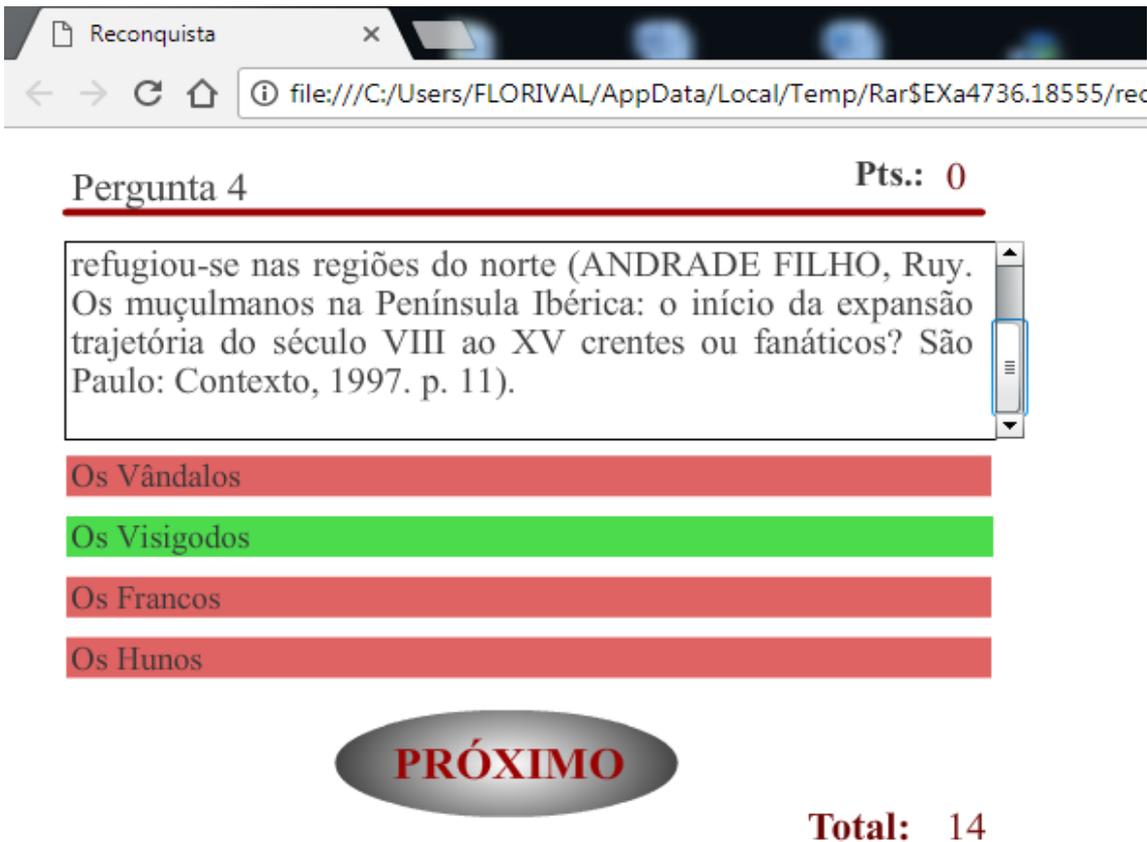
Os Visigodos

Os Francos

Os Hunos

Total: 14

Fonte objeto pedagógico: interface do jogo com a terceira tentativa errada.



Reconquista

file:///C:/Users/FLORIVAL/AppData/Local/Temp/Rar\$EXa4736.18555/rec

Pergunta 4 **Pts.: 0**

refugiou-se nas regiões do norte (ANDRADE FILHO, Ruy. Os muçulmanos na Península Ibérica: o início da expansão trajetória do século VIII ao XV crentes ou fanáticos? São Paulo: Contexto, 1997. p. 11).

Os Vândalos

Os Visigodos

Os Francos

Os Hunos

PRÓXIMO

Total: 14

Fonte objeto pedagógico: interface do jogo na quarta tentativa.

5.5.1.5 As questões do jogo interativo

1- Um dos principais elementos identificadores da sociedade e das comunidades humanas durante a Idade Média, as religiões são responsáveis por costumes e formas de organização social derivados de suas práticas e normas. (...) a coexistência de credos diferentes proporcionou também a formação, da Península Ibérica. (...) esse contexto original e único, com três religiões e três culturas convivendo e se influenciando mutuamente ao longo de oito séculos, é que possibilita compreender o desenvolvimento cultural da Espanha. (PEDRERO-SÁNCHEZ, Maria Guadalupe. **A península ibérica entre o oriente e o ocidente**. Belo Horizonte: Atual Editora, 2002, p. 10-11). Durante o contexto medieval, na Península Ibérica, houve a convivência de três religiões distintas. Quais foram elas?

- a) **Judaísmo, Islamismo, Cristianismo.**
- b) Islamismo, Luteranismo, Cristãos ortodoxos.
- c) Cristãos, Protestantes, Islâmicos.
- d) Judaísmo, Luteranismo, Protestantismo.

2- Situado no extremo ocidental do Mediterrâneo, no *finis terrae* – como a essa parte da Europa se referiam os latinos -, sempre ocupou um lugar de fronteira. Na Antiguidade marcava o limite das terras conhecidas. (...) A queda do Império Romano marcou o início da Idade Média e da fusão de elementos culturais greco-romanos, germânicos e cristãos (PEDRERO-SÁNCHEZ, Maria Guadalupe. **A Península Ibérica entre o oriente e o ocidente: Cristãos, Muçulmanos e Judeus**. Belo Horizonte: Atual Editora, 2002. p. 10-11). Tendo como referência o texto de apoio, onde ocorreu o processo histórico que ficou conhecido como Reconquista?

- a) Península Escandinávia.
- b) Península Balcânica.
- c) **Península Ibérica.**
- d) Península Itálica.

3- A chegada dos muçulmanos surpreende a sociedade peninsular numa profunda depressão, unida a desagregação do Estado visigodo. No Norte, na área cântabro-pirenaica aglutinam-se grupos e bandos de homens formados pelos montanhese e por alguns, poucos, dos refugiados procedentes do Sul invadido. Ao longo do século VIII, vão-se organizando certos núcleos político que somente no século XI permitirão reconhecer a existência de cinco áreas políticas diferenciadas: Astúrias-Leão-Galícia, Castela, Navarra, Aragão e Catalunha (PEDRERO-SÁNCHEZ, Maria Guadalupe. **Os judeus na Espanha**. São Paulo: Editora Giordano, 1994, p. 31). Na Península Ibérica durante o período medieval ocorreu um processo de guerra conhecido por Reconquista. Por quais motivos guerreavam?

- a) **A recuperação do território cristão.**
- b) A recuperação do território muçulmano.
- c) A independência da Catalunha.
- d) A independência de Portugal.

4- Em fins do século VII, a Península Ibérica se inseria no contexto de regressão geral que caracterizava o Ocidente europeu. As estruturas (...) ali instaladas preparavam um ambiente pré-feudal. Em 711, a evolução do processo se viu comprometido pela irrupção do Islã, que tomou a maior porção do território hispânico. Uma parcela da população refugiou-se nas regiões do norte (ANDRADE FILHO, Ruy. **Os muçulmanos na Península Ibérica: o início da expansão** trajetória do século VIII ao XV crentes ou fanáticos? São Paulo: Contexto, 1997. p. 11). Tendo como referência o texto, qual população germânica vivia no território ibérico antes da chegada do islamismo?

- a) Os Hunos.
- b) **Os Visigodos.**
- c) Os Francos.
- d) Os Vândalos.

5- A monarquia visigótica passou por uma curta crise política aquando da subida de Rodrigo ao trono, resultando na deserção de importantes elementos da classe

dominante, que, por sua vez, terão contribuído para uma significativa derrota militar que deixou o país indefeso. O exército que Rodrigo chefiou contra os invasores era, sem dúvida, de dimensão suficiente para o efeito, embora o seu mérito militar já não seja tão fácil de avaliar. A batalha estava manifestamente perdida, mais isso teria sido o resultado de falta de sorte ou de tomada das decisões erradas na altura, e não de uma prolongada fraqueza militar (KENNEDY, Hugh. **Os muçulmanos na Península Ibérica: História política do al-Andalus**. Lisboa: Europa-américa, 1999. p. 32-33). À qual crise vivenciada pela monarquia visigótica o texto faz referência?

- a) A guerra contra os muçulmanos.
- b) A revolução do cravo ocorrida em Portugal.
- c) **A sucessão do trono da monarquia goda.**
- d) O medo do avanço das tropas napoleônicas.

6- O domínio muçulmano (...) fez da Península Ibérica, durante toda a Idade Média, um lugar com um modo de vida singular, em razão da coexistência de cristãos, muçulmanos e judeus. Essa foi uma situação única, não vivida em nenhum outro lugar do Ocidente europeu. Nos oito séculos que ela durou, múltiplas influências e intercâmbios se processaram nos muitos momentos de paz estabelecidos em meio as guerras (PEDRERO-SÁNCHEZ, Maria Guadalupe. **A Península Ibérica entre o oriente e o ocidente: Cristãos, Muçulmanos e Judeus**. Belo Horizonte: Atual Editora, 2002, p. 10-11). Um exemplo das existências das relações apresentadas no texto esteve presente na?

- a) **Escola de Tradutores de Toledo.**
- b) O processo de Reconquista.
- c) A chega dos Almóadas no território ibérico.
- d) O desenvolvimento dos reinos de Taifas.

7- A partir do século XI, quando diversas áreas políticas ou reinos já estavam claramente estabelecidos, os cristãos iniciaram seu avanço para o sul. De oeste para leste, encontrava-se o reino (PEDRERO-SÁNCHEZ, Maria Guadalupe. **A península Ibérica entre o oriente e o ocidente: Cristãos, Muçulmanos e Judeus**. Belo Horizonte: Atual Editora, 2002, p. 27) Além da situação dos reinos cristãos apresentadas no texto, qual outro fator contribuiu para o avanço cristão?

- a) O desenvolvimento do armamento cristão.
 b) As divergências entre os diferentes grupos muçulmanos.
 c) O desenvolvimento de diferentes reinos cristãos na Península Ibérica.
 d) **O fim do Califado de Córdoba e o surgimento dos reinos de Taifa.**
- 8- Ao longo do século VIII foram se organizando pequenos núcleos políticos de resistência aos árabes nas regiões montanhosas do Norte (...) por meio deles teve início a chamada Reconquista, ou seja, a retomada pelos cristãos das terras ocupadas pelos muçulmanos (PEDRERO-SÁNCHEZ, Maria Guadalupe. **A península Ibérica entre o oriente e o ocidente: Cristãos, Muçulmanos e Judeus.** Belo Horizonte: Atual Editora, 2002, p. 23) Qual foi o primeiro reino cristão a se formar no território ibérico?
- a) Leão.
 b) **Astúrias.**
 c) Portugal.
 d) Castela.
- 9- A Península Ibérica tinha, desde o ano mil, um crescimento demográfico contínuo, a exemplo dos seus vizinhos do Norte dos Pirenéus. O movimento de ocupação das terras de fronteiras, que havia constituído o objeto de iniciativas individuais ou familiares. (...) o rápido enfraquecimento do poder de Al-andaluz após a queda do Califa de Córdoba (...) favoreceu a inversão da tendência (RUCQUOI, Adeline. **História medieval da Península Ibérica.** Lisboa: Estampa, 1995, p. 168). Os cristãos começaram a ganhar territórios dos muçulmanos na Península Ibérica a partir do século_____ em virtude da _____. Busque a alternativa que preencha corretamente as lacunas.
- a) Século VIII e a formação do reino de Al-Andaluz.
 b) Século X e a formação do reino de Al-Andaluz.
 c) **Século X e a fragmentação do reino de Al-Andaluz.**
 d) Século VIII e a fragmentação do reino de Al-Andaluz.
- 10- Do lado hispano-muçulmano, o lugar ocupado pela guerra e o grau de intensidade da militarização na organização social era menor. Os potentados locais das taifas dispunham de efetivos militares reduzidos e despreparados para

a guerra permanente. Maior disposição para o combate e melhor preparo para confrontos de maior envergadura demonstravam os muçulmanos, cujos efeitos militares eram integrados por cavaleiros e guerreiros a pé recrutados nos territórios do vasto domínio territorial (MACEDO, José Rivair. In: GUIMARÃES, Marcella (Org.). **Por São Jorge! Por São Tiago!** Batalhas e narrativas Ibéricas Medievais. Paraná, 2013, p. 70). O texto se refere ao desenvolvimento do Almôadas diante dos confrontos armados. O que esses muçulmanos buscavam no território ibérico?

- a) **O desenvolvimento de um Califado Almôada em terras ibéricas.**
- b) Defender-se dos cristãos que habitavam o território peninsular.
- c) Buscar impedir o avanço dos cristãos que queriam reconquistar seu território.
- d) A independência muçulmana frente aos cristãos.

11- Afonso VI, que governava os reinos de _____ e _____, concedeu ao nobre Henrique de Borgonha, como recompensa por sua atuação nas guerras de Reconquista, uma porção de terras situada entre os rios Douro e Minho e denominada _____. Mais tarde, em 1139, Afonso Henriques, o filho de Henrique, rompeu com o reino de Castela e proclamou-se rei das terras recebidas por seu pai. O passo seguinte foi a conquista das terras ao sul, era o início do reino de _____. Busque a alternativa que preencha corretamente as lacunas.

- a) Navarra e Catalunha, Condado Portucalense, Portugal.
- b) **Leão e Castela, Condado Portucalense, Portugal.**
- c) Leão e Castela, Condado de Espanha, Espanha.
- d) Navarra e Catalunha, Condado de Espanha, Espanha.

12- O prélio teve lugar no dia 18 de julho, junto do castelo de Alarcos, precipitado pela chegada dos Almôadas ao campo de batalha antes da altura prevista por Afonso VIII, que entretanto tinha posicionado as suas forças junto daquela fortaleza. Disposto a resolver rapidamente a questão e sem esperar pelos prometidos efetivos leoneses, o excessivamente confiante monarca castelhano abandona a posição onde se encontra e lança — talvez de forma pouco coesa e desorganizada — uma primeira carga de cavalaria contra a formação inimiga. Apesar de recebido pelos habituais e bem-sucedidas manobras de fuga simulada e chuvas de projéteis, o avanço dos cavaleiros cristãos atinge violentamente o corpo central do dispositivo tático inimigo (MONTEIRO, João Gouveia

(Org.). **Guerra e poder na Europa Medieval**: das cruzadas a guerra dos 100 anos. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2015, p. 118). Em 1195, o monarca de Castela, Alfonso VIII, foi derrotado pelos Almôadas. Quais fatores contribuíram para esse resultado?

- a) A pouca utilização de tecnologia bélica pelos cristãos.
- b) A utilização de armas de fogo pelos muçulmanos.
- c) O auxílio de poucos reinos cristãos a Castela.
- d) **O enfrentamento apenas de Castela a essa frente muçulmana.**

13- Ao ver o desastre que se desenrolava à frente dos seus olhos, Afonso VIII ainda tentou, como um mártir, morrer em combate, mas foi “bruscamente resgatado” do campo de batalha e posto a salvo por alguns dos seus homens, que o levaram em segurança para Toledo. (...) As ofensivas muçulmanas dos anos subsequentes souberam tirar grande partido desta vitória, conquistando um conjunto significativo de praças-fortes até então controladas pelos castelhanos. Estes, profundamente fragilizados pela derrota e acossados também pelos vizinhos leoneses e navarros — que não hesitaram em aproveitar a sua debilidade para se apossar de importantes extensões territoriais —, tiveram que se remeter a uma postura eminentemente defensiva durante mais de uma década. (MONTEIRO, João Gouveia (Org.). **Guerra e poder na Europa Medieval**: das cruzadas a guerra dos 100 anos. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2015, p. 119). Quais foram as principais batalhas em que se envolveu o monarca de Castela, Alfonso VIII?

- a) Alarcos e Guadalete.
- b) Aljubarrota e Las Navas de Tolosa.
- c) Guadalete e Aljubarrota.
- d) **Alarcos e Las Navas de Tolosa.**

14- Formalmente submetido à autoridade do califa abássida de Bagdá, eles defendiam formas religiosas próprias, não reconheciam a legalidade dos poderes estabelecidos e advogavam o retorno as fontes originais do Islã. Aproximavam-se das vertentes originais do xiismo e defendiam posições rigoristas: proclamavam a unidade absoluta de Deus. (MACEDO, José Rivair. In: GUIMARÃES, Marcella (Org.). **Por São Jorge! Por São Tiago!** Batalhas e

narrativas Ibéricas Medievais. Paraná, 2013, p. 63). Qual grupo muçulmano era o principal inimigo do monarca Alfonso VIII, de Castela?

- a) Fatímidas.
- b) Sunita.
- c) Xiitas.
- d) **Almôadas.**

15- Mas o desfecho da Batalha de _____ não se refletiu apenas em Castela, levando também a que as restantes monarquias cristãs abrandassem o seu processo reconquistador, ora em resultado das alianças firmadas depois de 1195 com os norte-africanos, ora por se sentirem incapazes de lhes fazerem frente. De facto, seria preciso esperar até ao ano de 1210 para se assistir novamente a uma grande e bem-sucedida ofensiva contra o sul muçulmano. Era o primeiro sinal de que algo estava prestes a mudar. Contudo, a mais expressiva vitória militar sobre os exércitos almôadas teria lugar apenas em 1212, quando uma hoste encabeçada por _____ (e constituída por largos milhares de efetivos oriundos de todos os reinos cristãos peninsulares e reforçada ainda por um grande número de combatentes ultramontanos) infligiu uma pesada derrota ao exército do califa Abu Abd Allah Muhammad, al-Nasir, o filho e sucessor de Abu Yusuf, al-Mansur. O desfecho da batalha, ocorrida no dia 16 de julho no campo de _____ (MONTEIRO, João Gouveia (Org.). **Guerra e poder na Europa Medieval**: das cruzadas a guerra dos 100 anos. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2015, p. 119). Busque a alternativa que preencha corretamente as lacunas.

- a) Aljubarrota, Sancho VIII, Las Navas de Tolosa.
- b) Aljubarrota, Pedro II, Alarcos.
- c) **Alarcos, Alfonso VIII, Las Navas de Tolosa.**
- d) Alarcos, Inocêncio III, Aljubarrota.

16- A mais expressiva vitória militar sobre os exércitos almôadas teria lugar apenas em 1212, quando um “exército” encabeçado por Alfonso VIII (e constituída por largos milhares de efetivos oriundos de todos os reinos cristãos peninsulares e reforçada ainda por um grande número de combatentes ultramontanos) infligiu uma pesada derrota ao exército do califa (MONTEIRO, João Gouveia (Org.). **Guerra e poder na Europa Medieval**: das cruzadas a guerra dos 100 anos. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2015, p. 119).

Quais fatores contribuíram para a união de forças em torno a Alfonso VIII?

- a) **O medo do grande avanço muçulmano sobre o território.**
- b) A fragmentação de Al-Andaluz.
- c) As divergências entre os vários reinos cristãos.
- d) O receio do desenvolvimento de novos Estados modernos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o desenvolvimento desta dissertação foi possível perceber algumas possibilidades de pesquisas futuras, tanto no âmbito da história como também nas perspectivas vinculadas ao campo da educação.

Nas propostas educacionais pudemos colocar nosso objeto pedagógico em uso e levantar dados sobre sua usabilidade. Dessa forma, possíveis erros poderão ser verificados, bem como poderá ser notada a aceitação do público-alvo. Assim, abre-se possibilidade para a elaboração de um material didático que não esteja restrito somente ao período medieval ibérico, podendo ser pensada, futuramente, a possibilidade de desenvolvimento de uma coleção de material didático e digital de história.

No âmbito da história, pudemos destacar algumas propostas de estudo, ainda muito pouco trabalhadas no Brasil, como, por exemplo, uma pesquisa ligada à história da África, tendo os Almôadas como principais alicerces desse trabalho futuro. Em relação a essa temática, durante o desenvolvimento de nossa dissertação, encontramos em português apenas a coleção de *História da África*, da UNESCO. Dessa forma para desenvolver nossa pesquisa tivemos que buscar historiografia em outros idiomas como, por exemplo, o espanhol, inglês e francês.

Já sobre as questões do medievo ibérico é possível pensar o desenvolvimento de uma pesquisa historiográfica sobre a Reconquista, com o objetivo de compreender como tal conceito é refletido no decorrer da história ibérica, mas pensando não apenas a partir das historiografias espanhola e portuguesa que abordam tal conceito. Outra possível proposta vinculada às fontes medievais é tentar compreender como se dá o uso do passado nas documentações e como esse uso foi legitimador dos acontecimentos na Idade Média, justificando feitos bélicos e também monarquias no mundo ibérico.

REFERÊNCIAS

- ALI ABD AL-RÁZIQ. **El islam y los fundamentos del poder**. Estudio sobre el Califado y el Gobierno en el Islam. Granada: Editorial Universidad de Granada, 2007.
- ALMEIDA, Jémerson Quirino de; CARVALHO, Ligia Cristina. **A Reconquista como missão do príncipe castelhano segundo a Primeira Crónica General de España**. *Cultura e Comunidade*, Belo Horizonte, v. 16, n. 9, p.453-468, 2014.
- ALVES, Gilberto Luiz. **A produção da escola pública contemporânea**. Campo Grande: UFMS, 2001.
- _____. **O trabalho didático na escola moderna: formas históricas**. Campinas: UNICAMP, 2005.
- ANDRADE FILHO, Ruy de Oliveira. **O reino visigodo católico (séculos VI-VIII): cristianização ou conversão?**. 2005. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/politeia/article/viewFile/192/213>>. Acesso em: 06 mar. 2019.
- _____. **Os muçulmanos na Península Ibérica: O início do século VIII ao XV crentes ou fanáticos?**. São Paulo: Contexto, 1989.
- _____. **Imagem e reflexo: religiosidade e monarquia no reino Visigodo de Toledo (Século VI-VIII)**. São Paulo: EDUSP, 2012.
- ANASTASIA, Carla; RICEIRO Vanise. **Brasil encontro com a história**. São Paulo. Editora Brasil, 1999, (vol. II).
- APOLINÁRIO, M. Raquel. **Projeto Araribá História**. Editora Moderna: São Paulo 2007.
- AYALA MARTÍNEZ, C. **Directrices fundamentales de la política peninsular de Alfonso X**. Madri: Universidad Autónoma de Madrid, 1986.
- BARKAI, Ron. **El enemigo en el espejo: cristianos y musulmanes en la España medieval**. Madrid: Rialp, 2007.
- BARBERO, A.; VIGIL, M. **Sobre los orígenes sociales de la Reconquista**. Barcelona: Ed. Ariel 1974.
- BARUQUE, Julio V. **La Reconquista**. Madrid. Editora Espasa Calpe España, 2006.
- BASTOS, Mario Jorge da Motta. **Religião e hegemonia aristocrática na Península Ibérica (século IV-VIII)**. 2002. 329 f. Tese (Doutorado em História) - Curso de Programa de Pós-graduação em História, USP, São Paulo, 2002.
- _____. **Quatro décadas de história medieval no Brasil: contribuições à sua crítica, no qual o historiador**. 2016. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/html/3055/305549840002/>>. Acesso em: 6 mar. 2019.
- BARTHÉLENY, Dominique. **L'an mil et la paix de Dieu**. Paris. Editora Fayard, 1999.
- BARKAI, Ron. **El enemigo en el espejo**. Cristianos y musulmanes en la España medieval. 3ª ed. Madrid: Rialp, 2007.

BRONISCH, Alexandre Pierre. **Reconquista y Guerra Santa**: La concepción de la guerra en la España cristiana desde los Visigodos hasta comienzos del siglo XII. Granada: Editorial Universidad de Granada, 2006.

BRUYEL, Augusto. **Alfonso VIII**: Historia de una voluntad. VIII Centenario de las Navas de Tolosa. Madrid: Editorial Manuscritos, 2012.

BLOCH, Marc. **A sociedade feudal**. Lisboa: Edições 70, 2009.

_____. **Os Reis Taumaturgos**: O caráter sobrenatural do poder régio “França e Inglaterra”. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. **Apologia da História**: ou o ofício do Historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

CABRINI, Conceição. **História Temática Diversidades Culturais e Conflitos**. Editora Scipione: São Paulo, 2000.

CARDOSO, Odimar. **Tudo é História**. São Paulo. Editora Ática, 2010.

CASTRO, Amelia Domingues de; CARVALHO, Anna Maria Pessoa de (Org.). **Ensinar a Ensinar**: didática para a escola Fundamental e Média. São Paulo: Cengage Learning, 2001.

CASTRO, Américo. **Dos ensayos**: Descripción, narración, historiografía. 2. Discrepancias y mal entender. Cidade do México: Porrúa SA, 1956.

_____. **Teresa La Santa Gracian y los Separatismos Con Otros Ensayos**. España: Alfaguara, 1972.

_____. **España En Su Historia Cristianos, Moros y Judios**. Madri: Critica, 2001.

CBC/SEE-MG. **Conteúdos básicos comuns**; História, ensinos fundamental e médio. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. Disponível em <110D-42C2-ACB1-A52372D19CB6%7D_LIVRO%20DE%20HISTORIA.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2015.

CERDA, José Manuel. **Leonor Plantagenet y la consolidación política de Castilla en el reinado de Alfonso VIII**. 2012. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/269574481_Leonor_Plantagenet_y_la_consolidacion_politica_de_Castilla_en_el_reinado_de_Alfonso_VIII>. Acesso em: 21 set. 2018.

CERTEU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHECA-ARTASU, Martín M.; NIGLIO, Olimpia (Orgs.). **El Neogótico en la Arquitectura Americana**: historia, restauración, reinterpretaciones y reflexiones. Ermes: Ariccia (Roma), 2016.

COLARES, Maria Lília Imbiriba Sousa. **O professor-pesquisador-reflexivo**: debate a cerca da formação de sua prática. Revista Olhar de Professor, Ponta Grossa, v. 14, p.151-165, 2011.

COUTO, Eliane; CARMO, S. Irene. **História Passado e Presente**: “A formação do Capitalismo e a Formação da América volume 2”. Belo Horizonte: Editora Atual, 2001.

CONTAMINE, Philippe. **La guerra medieval**. Barcelona: Labor, 1984.

COSTA, Ricardo da; SANTOS, Arnaldo Alexandre dos. **O pensamento de Sato Tomás de Aquino (1225-1274) sobre a vida militar, a guerra justa e as ordens militares de cavalaria.** 2010. Disponível em: <<https://www.ricardocosta.com/artigo/o-pensamento-de-santo-tomas-de-aquino-1225-1274-sobre-vida-militar-guerra-justa-e-ordens>>. Acesso em: 30 dez. 2018.

_____. **A Guerra na Idade Média:** Estudo da mentalidade de cruzada na Península Ibérica. Rio de Janeiro: Editora Paratodos. 1998.

_____. **Um Espelho de Príncipe artístico e profano:** a representação das virtudes do bom governante e os vícios do mau governante nos afrescos de Ambrogio Lorenzetti (c. 1290-348?). Utopía y Praxis Latinoamericana. Venezuela, v.23, p.55-71, 2003.

CIRCE BITTENCOURT (Org.). **O Saber histórico na sala de Aula.** São Paulo: Editora Contexto, 2006.

DEMURGER, Alain. **Os Cavaleiros de Cristo – Templários, Teutônicos, Hospitalários e Outras ordens Militares na Idade Média.** RJ. Editora Copyright. 2002.

DÍEZ, Carlos Estepa; RUIZ, Maria Antonia Carmona (Orgs.). **La Península Ibérica En tiempos de Las Navas de Tolosa.** Madrid: Sociedad Española de Estudios Medievales, 2014.

DOMINGUES, J. Ester. **História em Documentos “Imagem e Textos”.** São Paulo. Editora FTD, 2009.

DUBY, Georges. **As Três Ordens ou o Imaginário do Feudalismo.** Lisboa: Editorial Estampa. 1982.

_____. **L’na Mil.** Paris: Editora Folio, 1993.

_____. **O domingo de Bouvines:** 27 de julho de 1214. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1993.

_____. **Guerriers et Paysans.** Paris. Editora Gallimard, 1980.

ECO, Umberto (Org.). **La Edad Media: Bárbaros, cristianos y musulmanes.** Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 2015.

ESCALONA, Julio. “Los nobles contra su rey. Argumentos y motivaciones de la insubordinación nobiliaria de 1272-1273”. **Cahiers d’Études Hispaniques Médiévales.** v. 25, 2002. p. 131-162.

ESTEPA DÍEZ, C. **Curia y cortes en el reino de León.** Las cortes de León y Castilla en la Edad Media. Valladolid: Universidad de Valladolid, 1988.

_____. “La monarquia castellana en los siglos XIII-XIV. Algunas consideraciones”. In: Edad Media. **Revista de História.** v. 8, 2007.p. 79-98.

FARIAS, Paulo Fernando de Moraes. **Sahel: a outra costa da África.** Curso apresentado no departamento de História da USP, setembro de 2004. Transcrição Daniela Baoudoin.

FONSECA, Selva Guimarães (Org.). **Ensinar e Aprender História:** Formação, saberes e práticas educativas. Campinas: Alínea, 2009.

_____. **História ensinar e aprender:** formação, saberes e práticas educativas. Campinas: Alínea Editora, 2009.

- FITZ, Francisco García. **Las Navas de Tolosa**. Madri: Ariel, 2012.
- FLORO, Jean. **Guerra santa, Yihad, Cruzada: Violencia y religión, el cristianismo y el Islam**. Granada: Universidad de Granada, 2008.
- _____. **La guerra Santa** la formación de la idea de cruzada en el Occidente cristiano. Madrid: Editorial Trotta, 2003.
- FRANCO JÚNIOR, Hilario. **As Peregrinações a Santiago de Compostela e a formação do feudo-clericalista periférico na Península Ibérica**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- FREITAS, Cezar Ricardo de; PELETTI, Amilton Benedito; SOUZA, Adriele Cristina de. **Livro didático e o ensino de História: professor, mero apêndice do instrumento de trabalho?** 2011. Disponível em: <http://cac-php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario6/arqs/Trab_completos_politicas_educacionais/Livro_didatico_e_ensino_historia_pf_apendice.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2019.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. Editora Global. 49 Edição: São Paulo, 2004.
- FROMHERZ, Allen J. **The Almohads: The Rise of an Islamic Empire**. New York: Tauris, 2012.
- IGLESIA DUARTE, José Ignacio de la (Org.) **XIII Semana de Estudios Medievales Nájera**, 2002. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2003.
- IGLESÍAS-ZOIDO, Juan Carlos. **Retórica historiografía y tradición clásica en la Estoria de España**. España, v.8, p. 1-19, 2013.
- ISLA FREZ, Amancio. **La Alta Edad Media**. Siglos VIII-XI: Madrid, 2005.
- GARCIA DE CORTAZAR, Fernando; GONZALEZ VESGA, José Manuel. **Breve Historia de España**. Madrid: Alianza Editorial, 1999.
- GAARDER, J; HELLER, V.; NOIARERR, H. **O livro das Religiões**. São Paulo: Cia das Letras, 2005.
- GARCIA DE CORTÁZAR, José A. La época medieval. In: ARTOLA, Miguel (Org.). **Historia de España**. Volumen 2. Madrid: Alianza Editorial, 1999.
- _____, M. **Sobre la Ideología de la Reconquista Realidades y Tópicos**. Acesso em: 21 fev. 2015.
- GARCÍA DE CORTÁZAR, J. A. “De las conquistas fernandinas a la madurez política y cultural del reinado de Alfonso X. Alcanate – **Revista de Estudios Alfonsés**. El Puerto de Santa María. Cátedra Alfonso X el Sabio. v. 3, 2003, p. 19-54.
- GARCÍA MARIN, J. M. **El oficio público en Castilla durante la Baja Edad Media**. Madrid: Instituto Nacional de Administración Pública, 1997.
- GARCINUÑO CALLEJO, Óscar. “La visión de la ciudad medieval (s. XIII) en las miniaturas de las Cantigas de Santa María”. In: **Revista de Filología Románica**, 2002. p. 81-89.
- GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. “Alfonso X y las oligarquias urbanas de caballeros”. In: **Glossae. Revista de História del Derecho europeu**. v. 5-6, 1993, p. 195-214.
- _____. Sobre la ideología de la Reconquista: realidades y tópicos. In: IGLESIA DUARTE, José Ignacio de la (Org.). Memoria, Mito y Realidad en la Historia

- Medieval. **XIII Semana de Estudios Medievales de Nájera**, 2002. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2003, p. 151-170.
- GUADILLA, José Luis Montero. **La Reconquista que nunca existió**. España: Bruño, 1991.
- GUINOT RODRÍGUEZ, Enric. “Sobre la génesis del modelo político de la Corona de Aragón en siglo XIII: pactismo, corona y municipios”. **Res publica**. Vol. 17, 2007. p. 151-174.
- GARCÍA FITZ, F. **Las Navas de Tolosa**. Madri; Editora Ariel, 2005.
- _____. El año de la batalla de las Novas de Tolosa 1212, un año, un reinado, un tiempo de despegue. **XXIII Semana de Estudios Medievales, Nájera**, v. 23, p. 171-200, 2012.
- _____. La Reconquista: un estado de la Cuestión. Clío e Crínen. **Revista de centro Histórico del Crimen de Durango**, v. 6, p. 142-215, 2009.
- _____. **Relaciones políticas y guerra**: La experiencia castellano-Leonesa frente al Islam. Siglos XI-XIII. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2002.
- GUERREAU, Alain. **El Feudalismo: Un Horizonte Teórico**. Barcelona: Grupo Editorial Grijalbo, 1984.
- GUENÉE, Bernard. **O ocidente nos Séculos XIV e XV**. São Paulo: Pioneira, 1971.
- GUIMARÃES, Marcella Lopes (Org.). **Por São Jorge! Por São Tiago!:** Batalhas e Narrativas Ibéricas Medievais. Paraná: UFPR, 2013.
- HUIZINGA, Johan. **El otoño de la Edad Media**. Madrid: Alianza Editorial, 1982.
- JIMENEZ VICENTE, M. C. **Paulo Orosio en la Primera Crónica General**. Valladolid: Universidad de Valladolid, 1993.
- JIMÉNEZ, Manuel González. **Sobre la Ideología de la Reconquista Realidade y Tópicos**. 1995. Disponível em: <<http://www.vallenajerilla.com/berceo/santiago/reconquista.htm>>. Acesso em: 06 mar. 2019.
- J. A. Del regimen feudal al regimen corporativo en el pensamiento de Alfonso X. In: Estudios de Historia del pensamiento español. **Serie primera – Edad Media**. Madrid: Ediciones Cultura Hispánica, 1983. p. 97-145.
- KANTOROWICZ, Ernst H. **Os Dois Corpos do Rei**: um estudo sobre a teologia política medieval. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- KARNAL, Leandro (Org.). **História na sala de aula**: Conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Editora Contexto, 2008.
- KEEGAN, John. **Uma história da Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KENNEDY, Hugh. **Os Muçulmanos na Península Ibérica**: História Política do al-Andalus. Lisboa: Euro-américa, 1999.
- LADERO QUESADA, Miguel Á (Org.). **La Edad Media Hispánica**: en torno a Cuatro Centenarios. Editora Real Academia de la Historia: Madrid, 2012.
- LEWIS, David L. **El Crisol de Dios El Islam y El Nacimiento de Europa (570 – 1215)**. Editora Paidós Orígenes, 2009.
- LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

_____. **A civilização do Ocidente Medieval**. Bauru-SP : Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2002.

_____. **As Raízes medievais da Europa**. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

_____. **Deus da Idade Media**: conversas com Jean-Luc Pouthier; RJ: Civilização Brasileira 2007.

_____. **Reflexões Sobre a História**. Lisboa: Edições 70, 2009.

LE GOFF Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval** (Vol. I e II). Bauru-SP: Editora EDUSC: 2006.

LIMA, Marcelo Pereira. **Representações da península ibérica medieval nos livros didáticos: os (des)compassos entre a escola e a Academia?** 2012. Disponível em: <<https://letham.ufba.br/wp-content/uploads/2017/05/2012-Representa%C3%A7%C3%B5es-da-pen%C3%ADnsula-ib%C3%A9rica-medieval.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2019.

LOYN, Henry R. (Org). **Dicionário da Idade Média**. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 1990.

MADERO, M. “Formas de la justicia en la obra jurídica de Alfonso X el Sabio”. **Hispania**. v. LVI/2, n. 193, 1996, p. 447-466.

MARCELO, Carlos. Pesquisa sobre formação de professores: o conhecimento sobre aprender a ensinar. **Revista Brasileira de Educação**, Caxambu, v. 20, p.51-75, 1997.

MARQUES, José. “A presença da Igreja na História Militar Portuguesa das origens aos finais do século XIV”. **Actas das II Jornada Luso-Espanhol de História Medieval**. Porto: Instituto Nacional de investigação Científica, 1987.

MATTOSO, José. “O triunfo da monarquia portuguesa: 1258-1264”. v. XXXV, n. 157, 2001, p. 899-935.

MITRE, Emilio. **La España Medieval**: sociedades, estados, culturas. Madrid: Ediciones ISTMO, s/d.

_____. **Historiografía y mentalidades histórica en la Europa Medieval**. Madrid: Universidade Complutense, 1982.

MONTEIRO, João Gouveia; MARTINS, Miguel Gomes (Org.). **Guerra e poder na Europa Medieval**: Das Cruzadas a Guerra dos 100 anos. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2015.

NIANE, Djibril Tamsir (Org.). **História Geral da África IV: África do século XII ao XVI** (UNESCO). 2010. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000060158_por?posInSet=4&queryId=N-EXPLORE-57c4dd05-0d5f-4c6d-bb94-359ddb8fb3bc>. Acesso em: 8 mar. 2019.

NIETO SORIA, J. M. “Origen divino, espíritu laico y poder real en la Castilla del siglo XIII”. **Anuario de Estudios Medievales**. v. 27/1, 1997, p. 43-100.

_____. “Sobre los orígenes de la idea de ‘comunidad política’ en la Corona Castellano-leonesa”. **Memoria y Civilización**. Vol. 6, 2003, p. 5-41.

NOGUEIRA, Carlos Roberto F. A Reconquista Ibérica: A Construção de uma ideologia. **Historia, Instituciones e Documentos**, n. 28, 2001, p. 290.

PEDRERO SANCHEZ, Maria Guadalupe. **O saber e os centros de saber nas Sete Partidas de Alfonso X**, o sábio. In. BONI, Luis Alberto de. Porto Alegre: Edpuhrs, 2000, p. 191-210.

_____. **História da Idade Média Textos e Testemunhas**. Editora UNESP: São Paulo, 1999.

_____. **Os Judeus na Espanha**. São Paulo: Editora Giordano, 1994.

PEREIRA, Nilton Mullet. **Imagens da Idade Média na cultura Escolar**. 2009. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/9834/5655>>. Acesso em: 21 dez. 2018.

_____. **Representações da Idade Média no Livro Didático**. 2007. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/1775425/idade-media-e-livro-didatico>>. Acesso em: 13 jan. 2019.

PILETTI, Claudino; PILETTI, Nelson. **História e Vida**. São Paulo. Editora Ática: SP, 1997.

QUESADA, Miguel-Ángel Ladero. **Historia institucional y política de la península Ibérica en la Edad Media** (La investigación en la década de los 90). En la España Medieval, España, v. 23, p.441-481.

REDONDO GÓNEZ, F. **Modelo Políticos y conducto de rey en la Literatura de Siglo XIII**. Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale, Francia, v. 23, p. 285-304, 2000.

REI, António. A Laude Spaniae de Isidoro de Sevilla na Crinística Medieval Peninsular (séculoVII, XIV). **Mirabilia**, Brasil, v. 13, p. 315-346, 2011.

RINCÓN, David Nogales, Los espejos de príncipes en Castilla (siglos XIII-XV): Un modelo literário de la realeza bajomedievales. **Boletín de la sociedad Española de Estudios Medievales**, España, v. 16, p. 9-40, 2006.

RUI, Adailson José. A elaboração da história na Idade Média. In: **A ciência e a organização dos saberes na Idade Média**. Porto Alegre: EDPUCRS, 2000, (p. 211-217).

_____. Santiago: da Reconquista Espanhola a Conquista da América. Tese. UNESP, 2003.

_____. **Livro dos Castigos del rey don Sancho IV**: ensinamentos para a arte de governar, 2010, p. 9-22.

RUCQUOI, A. **História Medieval da Península Ibérica**. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

_____. **De Los reyes que no son Taumaturgos**: Los Fundamentos de la Realeza en España. Temas Medievales, v. 5, 1995, p. 55-100.

_____. La Royauté sous Alphonse VIII de Castille. **Cahiers de Linguistique Médiévale**. n. 23, 2000, p. 215-241.

RUCQUOI, A; BIZZARRI, Hugo O. **Los espejos de príncipes en Castilla**: entre oriente y occidente. Buenos Aires: Cuadernos de historia de España, v. 79, n. 1, p. 1-16, 2005.

RUNCIMAN, Steven. **História de las Cruzadas** (Vol. I, II, III). Editora Alianza, 2000.

SALOMA, Martin F. Rios. **La Reconquista**. Una Construcción historiográfica (siglos XVI-XIX). Madrid: Marcial Pons, 2011.

SALVADOR, Moxó de. **Feudalismo, señorío y nobleza en la Castilla medieval**. Madrid: Real Academia de la Historia, 2000.

SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Claudio. **De la Andalucía islámica a la de hoy**. Madrid: Rialp, 1998.

_____. **Orígenes de la Nación Española**. El reino de Asturias. Instituto de Estudios Asturianos: Oviedo, 1972. (3 v.).

_____. **España, un enigma histórico**. Barcelona: Edhasa, 1962.

_____. **Investigaciones y Documentos sobre las Instituciones Hispánicas**. Buenos Aires: Direito, 1970.

_____. **La España musulmana**. Buenos Aires: Espasa Calpe, 1982 (Vols. I, II).

_____. **Viejos y nuevos estudios sobre las instituciones medievales españolas**. Madrid: Espasa-Calpe, 1976.

SÁNCHEZ SARASA, Esteban. La construcción de una memoria de identidad. El género historiográfico de la Edad Media: de lo Europeo a lo Hispano. Los espacios de poder en la España medieval. **XII Semana de Estudios Medievales, Nájera**, v. 12, p.409-424, 2002.

SANTOS, Dominique Vieira Coelho dos. **Acerca do conceito de Representação**. Revista de Teoria da História, Goiás, v. 6, p. 27-53, 2011.

SEHELLART, Michel. **As artes de governar**. São Paulo: Editora 34, 2006.

SOPENA, Martínez Pascual; RODRÍGUEZ, Ana (orgs.). **La construcción medieval de la memoria regia**. Madrid: Universitat de Valencia, 2011.

SORIA, J. M. N. **El poder real como representación en la monarquía castellano-leonesa del siglo XIII**. Las ideas políticas medievales, España, v. 17, p. 81-104, 2007.

SOUZA JÚNIOR, Almir Marques de. **As duas facetas da realeza na Castela do século XIII: Os reinados de Fernando III e Afonso X**. 2009. 188f. Dissertação (Mestrado em História) - Curso de Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

_____. **Teoria política e poder régio em Castela (1252-1284)**. 2014. 198f. Tese (Doutorado em História) - Curso de Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

SULMARÃES, Marcella Lopes (Org.). **Por São Jorge! Por São Tiago!:** Batalhas e narrativas. Paraná: Editora UFPR, 2013.

TOLEDO, Eliete; DREGUER, Ricardo. **História, cotidiano e mentalidades:** contatos entre civilizações do século V ao século XVI. Belo Horizonte: Editora Atual, 1996 (vol. II).

TYERMAN, C. **Las Guerra de Dios Una Nueva historia de las Cruzadas**. Barcelona: Editora Crítica, 2007.

VAL, José María Martínez. **La batalla de Alarcos**. 1962. Disponível em: <<http://biblioteca2.uclm.es/biblioteca/ceclm/ARTREVISTAS/cem/CEM12MartinezValAlarcos.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2019.

VASCONCELOS, Éderson José de. A construção da idéia de Reconquista na Primera Crónica General de España de Alfonso X, o Sábio. Cuiabá. **IX Encontro Internacional de Estudos Medievais**: O ofício do medievalista, 2011, p. 272-275.

VIDOTTE, Adriana. **Monarquia, justiça e direito**: fundamentos do reino dos Reis Católicos em Castela (1474-1504). 2005. 200f. Tese (Doutorado em História) - Curso de Programa de Pós-graduação em História, UNESP, Assis, 2005.

VICENTINO, Claudio. **Viver a História**. Belo Horizonte: Editora Scipione, 2002.

WOOD, Ellen Meiksins. **Citizens to Lords**: A Social History of Western Political Thought from Antiquity to the Late Middle Ages. New York: Verso, 2008.

ZABALO ZABALEGUI, Javier. El número de musulmanes que atacaron Covadonga. Los precedentes bíblicos de unas cifras simbólicas. **Historia, Instituciones, Documentos**, n. 31, 2004.